

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E CULTURA**

**OTÁVIO AUGUSTO CUNHA**

**O aparente vazio: permanências do golpe e organização da cultura**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro sob a orientação do Prof. Dr. Eduardo Granja Coutinho

Rio de Janeiro

Março

2016

**Banca examinadora:**

Prof. Dr. Eduardo Granja Coutinho - Orientador  
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

---

Prof. Dr. Muniz Sodré Lopes Cabral  
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

---

Prof. Dr. Igor Sacramento  
Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz

---

É sempre bom lembrar  
Que um copo vazio  
Está cheio de ar  
É sempre bom lembrar  
Que o ar sombrio de um rosto  
Está cheio de um ar vazio  
Vazio daquilo que no ar do copo  
Ocupa um lugar

É sempre bom lembrar  
Guardar de cor  
Que o ar vazio de um rosto sombrio  
Está cheio de dor  
Que o ar no copo ocupa o lugar do vinho  
Que o vinho busca ocupar o lugar da dor  
Que a dor ocupa a metade da verdade  
(Gilberto Gil – "Copo Vazio")

## Resumo

A pesquisa tem como objetivo discutir (sem a pretensão de esgotar as possibilidades de análise) as permanências do golpe militar na atual conjuntura política e cultural no Brasil sob a ótica de uma categoria específica: o vazio cultural. Através de uma comparação entre dois momentos históricos distintos, buscaremos entender a categoria de vazio como uma ideologia, para estabelecer uma leitura crítica e dialética sobre os objetivos e as consequências do golpe militar na disputa pela hegemonia na sociedade brasileira. Entendemos que a ideia de um “aparente vazio” tem como objetivo denunciar o que ainda podemos identificar do rompimento democrático de abril de 1964 e nos ajuda a entender melhor a violência de todo processo histórico ao recolocar uma crítica necessária para compreender a conjuntura de funcionamento cultural e político atual.

**Palavras-chave:** vazio cultural, comunicação, hegemonia, política.

## **Abstract**

The research aims to discuss (with no claim to exhaust the possibilities of analysis) the permanence of the military coup in the current political and cultural situation in Brazil from the perspective of a specific category: the cultural empty. Through a comparison between two different historical moments, we will seek to understand the empty category as an ideology, to establish a critical and dialectic reading about the objectives and the consequences of the military coup in the struggle for hegemony in Brazilian society. We understand that the idea of an "apparent emptiness" aims to report what we can still identify of the democratic rupture of April 1964 and helps us understand better the violence of the whole historical process when place again an important critical to understand the cultural working environment and current political.

**Keywords:** cultural empty, communication, hegemony policy.

Para Clara Alves Machado Bittencourt

## **Agradecimentos**

À minha família: Avelino (in memorian), meu pai e primeiro amigo; Lucimar, minha mãe e guerreira incansável; Guilherme, meu irmão, por todo apoio; Lizette, minha avó materna, pelo amor e dedicação nos momentos mais difíceis; Flaviano e Isabel (in memorian), meus avós paternos, por tudo que representaram como família. Aos meus sogros, Isabel Narcisa e Luiz Henrique, por todo carinho, e, principalmente, à minha namorada, Clara, pessoa maravilhosa que tenho ao meu lado, companheira de todas as horas e principal incentivadora.

Ao meu orientador, Eduardo Granja Coutinho, amigo e principal referência intelectual, pela confiança depositada nesta pesquisa e por tudo que me ensinou nos últimos dois anos.

Aos amigos Christiano Barbosa, Leandro Velasques, Matheus Luciano, Bruno Roberto, Elio Alencar, Walter Alves, Amanda Fará, Cristiane Ferreira, Jonathan Luiz, Marianna Araújo, Leila Salim Leal, Guilherme Curi, Carol Mendes, Caroline Nascimento, Hugo Arruda, Tamiris Gerolimich e todos os outros que fazem parte do caminho, pessoal e acadêmico, percorrido até aqui.

Aos professores, Muniz Sodré, Raquel Paiva, Marialva Barbosa, José Paulo Netto, Virgínia Fontes, Micael Herschmann e Mauro Iasi, cujas disciplinas e contribuições foram fundamentais para as reflexões aqui desenvolvidas. Ao professor Igor Sacramento, pelo importante apoio na conclusão da pesquisa, pela atenção dada no exame de qualificação e por ter se disposto a avaliar este trabalho. Ao professor Carlos Nelson Coutinho (in memorian), que, infelizmente, não tive a oportunidade de conhecer em vida, mas foi fundamental na construção intelectual que tento seguir daqui em diante.

Aos funcionários do departamento de Pós-Graduação em Comunicação da ECO/UFRJ. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pela bolsa concedida durante o curso de mestrado.

## Sumário

|   |    |
|---|----|
| Introdução.....   | 1  |
| Capítulo 1: A sociedade brasileira, o golpe e o aparente “vazio cultural” 1968/1973.                    |    |
| 1.1 Breve panorama da sociedade brasileira antes do golpe – cultura e política.....                     | 11 |
| 1.2 O sentido do golpe: 1964 – 1968.....  | 17 |
| 1.3 O Ato Institucional Número 5: A sociedade civil e o esvaziamento.....                               | 23 |
| 1.4 Modernização Conservadora e políticas culturais.....  | 30 |
| Capítulo 2: Brasil recente: Permanências do golpe e o aparente “vazio” hoje                             |    |
| 2.1 Redemocratização ou democratização por cooptação: permanências da Ditadura no aspecto político..... | 37 |
| 2.2 Permanências da Ditadura no terreno da cultura: a herança autoritária.....                          | 47 |
| 2.3 A retórica do “vazio cultural” hoje: debate – Revista Carta Capital/fevereiro de 2013.....          | 55 |
| 2.3.1 Vazio cultural ou cultura do espetáculo?.....   | 58 |
| Capítulo 3: O aparente vazio: Cultura e política em tempos pós-modernos                                 |    |
| 3.1 O neoliberalismo e a lógica cultural pós-moderna.....   | 64 |
| 3.2 A Indústria Cultural: mito e guerrilha semiológica.....   | 74 |
| 3.3 Vazio: ideologia e abstração - do estruturalismo ao discurso pós-moderno.....                       | 82 |
| Conclusão.....  | 92 |
| Referências bibliográficas.....   | 95 |







## Introdução

O tema proposto nesta pesquisa é parte das inquietações que venho desenvolvendo ao longo da minha trajetória na tentativa de compreender a disputa pela organização da cultura na lógica do atual estágio do capitalismo, particularmente no Brasil. Em 2009, ingressei no curso de história da Universidade Federal Fluminense. Durante os quatro anos de graduação, me interessei pelas discussões a respeito dos problemas enfrentados no campo com a chamada condição pós-moderna<sup>1</sup>. Dessa forma, o caminho que tracei em toda minha formação em história buscou compreender as peculiaridades do tempo presente; pois, como afirmou Eric Hobsbawm: “Já se disse que toda história é história contemporânea disfarçada” (1998, p.243)<sup>2</sup>. Ao direcionar os estudos para um viés crítico dentro do campo da comunicação, percebi que poderia realizar uma pesquisa que envolvesse minha experiência no curso de história com as novas problemáticas encontradas no curso de mestrado em Comunicação e Cultura da UFRJ, iniciado no ano de 2014, sob a orientação do professor Eduardo Granja Coutinho, e, assim, dar conta da hipótese que tentarei sustentar. Contudo, pretendo começar a construir com esta pesquisa (sem a pretensão de esgotar as possibilidades de análise) uma observação a respeito do predomínio de um suposto “vazio cultural” no Brasil.

Antes de expor nossa abordagem nos capítulos seguintes, gostaríamos de uma breve reflexão em torno da nossa categoria para tentar estabelecer um método claro. Para refletir e desvendar os contrassensos em torno da ideia apresentada, é importante retomar uma leitura crítica sobre o papel da burguesia na cultura moderna e seu papel político revolucionário. Os valores de uma cultura política humanista e progressista que nortearam toda a transformação social contra o Antigo Regime foram sumariamente abandonados por esta classe posteriormente. De acordo com Carlos Nelson Coutinho (1972)<sup>3</sup>, na época em que essa classe era a porta voz do progresso social e que seus representantes ideológicos podiam considerar o social com um todo racional, o conhecimento era aberto à razão humana. A tradição progressista colocava os pensadores em contato com a apreensão do real como síntese de uma

---

<sup>1</sup> Harvey, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

<sup>2</sup> Hobsbawm, Eric. **1997 – Sobre História**. Tradução: Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

<sup>3</sup> Coutinho, Carlos Nelson. **O estruturalismo e a miséria da razão**. São Paulo: Expressão Popular, 1972.

totalidade concreta e em contínua evolução, que determinaria o caráter racional da sociedade frente as suas contradições. O papel da tradição progressista burguesa produziu, por exemplo, o entendimento do real através da economia política clássica, na qual o papel ativo dos sujeitos indicava na práxis econômica a determinação da relação entre valor e trabalho. Entretanto, o papel da filosofia hegeliana nesse processo demonstra o caráter progressista como bandeira viva frente à sociedade. Hegel e a noção dialética e ontológica representam a evolução do pensamento racional para a assimilação de que a história é formada, transformada e conduzida pelos homens, de acordo com suas necessidades e interesses e, por isso, o papel dialético e progressista da identificação do movimento real é o ponto alto desse processo.

A determinação central desse pensamento progressista está ligada às ideias de historicismo, humanismo e da razão dialética, de forma que o pensamento hegeliano, ao negar o caráter definitivo da determinação social e estabelecer a leitura crítica e dialética, cria as bases necessárias para uma captação ontológica e ética da sociedade, com um viés nitidamente progressista. De forma que, nas palavras de Carlos Nelson Coutinho, o historicismo concreto é “a afirmação do caráter ontologicamente histórico da realidade, com a consequente defesa do progresso e do melhoramento da espécie humana” (2011, p.28). A concepção humanista ou humanismo é “a teoria de que o homem é um produto de sua própria atividade, de sua história coletiva” (2011, p.28). Por fim, a razão dialética significa, em seu duplo aspecto: 1) que há “uma racionalidade objetiva imanente ao desenvolvimento da realidade”, 2) e que a razão humana nota “as categorias capazes de apreender subjetivamente essa racionalidade objetiva” (2011, p.28). Todavia, ao tornar-se uma classe conservadora interessada numa visão cada vez mais fechada da objetividade real, a burguesia encara a razão com um ceticismo interessado na manutenção da ordem vigente e não na identificação dos paradoxos sociais pela inaplicabilidade do regime de acumulação estabelecido. De acordo com Carlos Nelson Coutinho: “não é arbitrário afirmar que o rompimento com a tradição progressista pode ser considerado, imediatamente, como um rompimento com o pensamento ontológico de Hegel”.<sup>4</sup>

Em um contexto global de decadência ideológica, podemos identificar que o abandono dos preceitos filosóficos apontados anteriormente estão relacionados ao declínio do projeto

---

<sup>4</sup>Coutinho, Carlos Nelson. **O estruturalismo e a miséria da razão**. São Paulo: Expressão Popular, 2011, p.29.

burguês como classe revolucionária. Quando Marx propõe uma superação ao caráter idealista da filosofia hegeliana, determina que a práxis social possui uma classe herdeira da bandeira progressista comprometida com o avanço social: o proletariado urbano. O processo ativo do marxismo seria propor a inversão da dialética hegeliana; se para Hegel é a consciência dos homens que define o sentido das coisas, para Marx são as relações materiais de produção que definem a consciência humana.

Na produção social das suas vidas os homens entram em relações definidas, que são indispensáveis e independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma fase definida de desenvolvimento das suas forças materiais de produção. A soma total destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se ergue uma superestrutura legal e política e à qual correspondem formas definidas de consciência social (Marx, 1974, p.62)

Ao adotar as citadas premissas que embasam a tradição progressista hegeliana, e apontar o caráter revolucionário da crítica dialética e ontológica, Marx & Engels definiram e estabeleceram as bases teóricas do materialismo histórico. Dessa forma, nos interessa um ponto fundamental da teoria marxista: quanto ao papel da ideologia no processo de dominação de classes da sociedade capitalista, no qual o colapso da sociedade burguesa e o desmanche de uma cultura humanista e letrada representa o papel conservador que essa classe passa a exercer, principalmente após as revoluções de 1848, na qual essa classe descarta definitivamente os valores progressistas e o compromisso com o social. Porém, apesar de toda a catástrofe do século XX e da crescente desigualdade social, a burguesia, usando suas ferramentas ideológicas, continuará passando seus interesses particulares como se fossem universais.

A esfera escolhida é rica porque demonstra como esse diagnóstico parece querer indiciar o esvaziamento, empobrecimento e dissolução exatamente do caráter humanista e progressista, uma cultura letrada e interessada na percepção humana do real e sem suas antinomias. Todavia, esse diagnóstico determina o assalto da sociedade civil pela ideologia (já decadente) em determinado processo histórico, e a tentativa de preenchimento com um tipo de cultura que seja conivente com a ordem. Carlos Nelson Coutinho observa que para Gramsci: “a sociedade civil é a arena da luta de classes, um âmbito de múltiplas relações de poder e de contradições, lugar de disputas de sentidos entre forças e grupos sociais, esfera pluralista de organizações, de sujeitos coletivos, em luta ou em aliança entre si, [...] o espaço da luta pelo consenso, pela direção político ideológica”. (Coutinho, 2000, p.18) Se a ideologia dominante, em busca de sua hegemonia, não tentasse preencher a sociedade com seus valores reificados,

esse deserto poderia ser fermento para organização de uma nova classe revolucionária, porém, o papel da ideologia se faz presente, complexificando a realidade e dificultando a organização de uma cultura contra-hegemônica. A cultura humanista e dialética esvazia-se de história, mas preenche-se de natureza, ao passar da essência à aparência, da história para a natureza, cria a supressão e naturalização dos elementos dialéticos da crítica social, estabelecendo uma forma cultural que não indique problemas para a ordem estabelecida sob a égide da acumulação de capital.

Quando é apontada a total ausência cultural ou política, nota-se que o que se perde é o caráter ontológico da crítica social. Perde-se, também, o caráter histórico do processo que determina tais condições materiais da vida humana, servindo bem às correntes filosóficas que não presam pela tradição progressista, como é o caso do estruturalismo e do pós-modernismo. Se levarmos em consideração as percepções da tradição filosófica progressista, vamos nos deparar com a incoerência da denúncia, pois a crítica social precisa considerar o papel ontológico e histórico do processo para estabelecer um julgamento que dê conta de expor verdadeiramente as mazelas de determinado processo social. Dessa forma, acreditamos que a metodologia escolhida para nortear este trabalho nos permite abrir um imenso campo filosófico para reflexão. Todavia, teremos como objetivo a comparação (e não uma linha do tempo) entre dois períodos históricos específicos de nossa história recente. De modo que buscaremos contribuir com o debate em torno da atual conjuntura política brasileira e da dificuldade de organização da cultura por nossa sociedade civil.

Partimos, então, de um pressuposto chave para nossa pesquisa: a atualidade do impacto do golpe civil militar de 1964 – o que não quer dizer que não haja rupturas nesse processo histórico, pelo contrário, apesar de rupturas concretas, acreditamos que a total superação dessa página de nossa história está vinculada a uma leitura crítica do presente, levando em consideração o papel ativo dos sujeitos na construção da sociedade e na luta de classes inerentes à história, na observação desse movimento real que sai do abstrato ao concreto, da aparência à essência dos problemas enfrentados. É inegável que, ainda hoje, podemos identificar heranças da era militar na sociedade brasileira, de forma que tentaremos expor esses traços deixados em nossa atual conjuntura, tanto no aspecto político como no aspecto cultural. Seguimos a reflexão de Carlos Nelson Coutinho para apontar como o caráter elitista da “revolução passiva”<sup>5</sup> se faz presente na história do Brasil. Ao tentar perceber quais

---

<sup>5</sup> Para Gramsci, a revolução passiva consiste na “expressão prática das necessidades da ‘tese’ de se desenvolver integralmente, até o ponto de conseguir incorporar uma parte da própria antítese, para não se deixar ‘superar’,

as condições da atual sociedade em relação aos objetivos concretos do golpe, pretendemos apontar a importância de compreender criticamente esse processo histórico para evitar diagnósticos equivocados na leitura do presente. Se considerarmos a rica atualidade do debate sobre as permanências do golpe, numa junção com nossa hipótese, acreditamos ser possível olhar para história de forma crítica, porém esperançosa na intensidade das lutas sociais para a identificação e superação das heranças deixadas pelo rompimento democrático de 1964.

Destarte, a escolha para o título dessa dissertação é intencionalmente uma tentativa de chamar a atenção para as permanências concretas no âmbito social. Muito se fala sobre a atual situação cultural e política no Brasil, uma vez que, o processo de desmemorização imposto pela ditadura civil militar ainda está bastante arraigado na sociedade, porém, a necessidade de uma crítica que leve em consideração a importância do processo histórico foi o que nos motivou a iniciar este trabalho. Portanto, a partir de toda discussão abordada, vamos apontar como o diagnóstico aparece e reaparece na tentativa de compreensão sociocultural. Entretanto, compreendemos que a abrangência de toda discussão não se esgota nesta dissertação. No decorrer da reflexão feita para a conclusão deste trabalho, foi importante o entendimento das infinitas investigações que a pesquisa permite. Dessa forma, não teremos a pretensão de esgotar nenhuma das questões expostas aqui, mas sim, aplicar um viés específico para tentar compreender como os objetivos do golpe militar dificultam a organização da cultura na atual conjuntura política de nossa sociedade.

No primeiro capítulo, iniciaremos uma reflexão a respeito do sentido que o golpe de abril de 1964 teve para a sociedade e a cultura brasileira. Para isso, é importante um breve balanço sobre a sociedade brasileira antes do rompimento democrático, para compreender como se articulava a cultura e a política no país no instante que antecede o golpe. Desde 1955, com a criação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), a sociedade brasileira possuía um órgão estatal responsável por articular a produção cultural e política sob o viés da consciência histórica necessária para o avanço do país e, com isso, ganhava fôlego o projeto nacional desenvolvimentista de valorização da mentalidade nacionalista para a industrialização no Brasil. Para os intelectuais ligados ao ISEB – entre eles, Carlos Estevam Martins, Nelson Werneck Sodré, Ignácio Rangel, Ant nio Cândido e Hélio Jaguaribe -, somente ao descobrir o real sentido do pensamento brasileiro seria possível desvencilhar-se da dependência do Imperialismo e do capital estrangeiro, e assim, alcançar o progresso: “Com o

---

isto é, na oposi o dialética somente a tese desenvolve, na realidade, todas as suas possibilidades de luta, até capturar os supostos representantes da antítese.

objetivo de promover o projeto nacional-desenvolvimentista, do qual o ISEB foi um dos centros mais importantes de elaboração teórica”. (Toledo, 1977, p.17)

Havia claramente, no centro das discussões do ISEB, a preocupação com a formação de uma identidade nacional moderna. De acordo com Renato Ortiz, a cultura era o elemento principal para realizar essa articulação. O crescente protagonismo dos movimentos sociais progressistas e a politização da sociedade civil frente às discussões a respeito das reformas se intensificaram logo após a renúncia do presidente Jânio Quadros e a primeira tentativa de golpe com a instauração do parlamentarismo, em 1961. Restaurado o presidencialismo e a posse de João Goulart como chefe do executivo (via plebiscito popular, em 1963), temos as classes populares ainda mais engajadas nas discussões a respeito das transformações necessárias para rearticular a organização social, política e econômica do país. Justamente por isso, Roberto Schwarz aponta com otimismo que na época que antecede ao golpe de abril: “o país estava irreconhecivelmente inteligente”, de forma que o avanço dos setores progressistas, tanto o movimento operário quanto a influência do ISEB, davam conta de explicar o engajamento político e o mundo da cultura em plena expansão.

Na produção cinematográfica, podemos destacar filmes mais importantes do Cinema Novo, feitos entre 1963 e 1964 (*Vidas Secas*, de Nelson Pereira dos Santos; *Deus e o Diabo na Terra do Sol*, de Glauber Rocha; *Os Fuzis*, de Ruy Guerra) que mostravam um Brasil até então invisível aos olhos dos setores mais conservadores da sociedade: o sertão nordestino. A criação e a importância do Centro Popular de Cultura da UNE e o diálogo com o ISEB foi fundamental na organização dessas demandas nacionalistas. O Teatro do Oprimido, a canção de protesto, a arte de Candido Portinari, tudo isso justificava a afirmativa otimista de Roberto Schwarz.

Analisaremos o período iniciado em abril de 1964 como uma tentativa de esvaziamento político dessa sociedade que tinha setores populares participando ativamente da vida política e no rumo do país. Ao tentar compreender o sentido do golpe, observaremos a contrarrevolução preventiva (Fernandes, 1976) imposta pelo avanço conservador que se consolida em 1964. Em um primeiro andamento, a ditadura civil militar desenvolveu um modelo de apropriação capitalista baseado na aceleração econômica, principalmente atrelado à dependência do capital externo e por um quadro social que limitou os benefícios do desenvolvimento econômico aos diversos setores dominantes em detrimento das massas populares e, principalmente, dos trabalhadores (Netto, 2006). O Estado resultante desse processo aperfeiçoou seu viés autocrático. A brutal repressão (após o AI-5) se configurava como uma política de favorecimento aos setores dominantes - ao mesmo tempo em que o



Estado reduzia as classes subalternas ao silêncio e destinava os opositores políticos à submissão. Logo após a instauração da autocracia em sua forma mais brutal, observamos entrar em curso um intenso projeto de esvaziamento das consciências críticas e de reformulação social com impacto, principalmente, no mundo da educação e da cultura. A domesticação do sistema educacional se realizou de forma deliberada, uma vez que era de profundo interesse norte americano que seu modo de vida fosse rapidamente hegemônico em todo o continente da América do Sul. O Imperialismo norte-americano foi violentamente repressivo ao apoiar regimes autoritários, as correntes nacionais populares no Brasil e a instauração de ditaduras por grande parte da América Latina.

Já para desenvolver um estudo sobre a ascensão dos meios de comunicação de massa no Brasil, a modernização conservadora e a industrialização propagada como projeto desenvolvimentista, serão de rico interesse os argumentos do sociólogo Renato Ortiz. O autor faz uma observação a respeito do papel do projeto de modernização conservadora no país, em que a modernidade vinha atrelada à necessidade da instalação de um capitalismo tardio, com o desenvolvimento da indústria em diversas frentes, inclusive na indústria de cultura, com amplo financiamento do estado para que esse projeto fosse estruturado de forma grandiosa (destacaremos a formação da Rede Globo de Televisão, em 1965). Como consequência direta desse processo, vemos emergir um projeto de monopólio das telecomunicações pelo setor empresarial, que, com o dinheiro público, criou um império e iniciou intensamente o processo de esvaziamento e empobrecimento das consciências críticas ao regime, através da sua indústria cultural. O Estado tinha amplo interesse no controle da organização da cultura e na aquisição do consenso da sociedade civil. Bem por isso investiu pesado, posteriormente, em atividades culturais, como por exemplo: O Pró-Memória, a Embrafilme e a Funarte. Os meios de comunicação de massa, financiados pelo estado e pelo capital estrangeiro, fariam o papel de doutrinar e moldar um tipo de cultura que não tivesse como pressuposto o ideal nacional-popular, ou seja, a consciência crítica em relação aos contrassensos da sociedade. E é justamente nos anos seguintes ao Ato Institucional 5 que o diagnóstico pessimista tenta compreender a situação social frente à brutal repressão e à censura. Em 1972, o crítico literário Alceu Amoroso Lima cunhou a expressão “vazio cultural”, para exemplificar a miséria em que vivia o campo da cultura, com desenvolvimento de uma indústria cultural no país, e a criação de meios massivos de informação, a cooptação das consciências e a violência exercida pela censura, que buscava bloquear todo e qualquer tipo de produção intelectual e política que pudesse colocar em risco a ordem vigente. A preocupação do Estado autoritário frente à organização da cultura se justifica pela gestão do ministro Jarbas Passarinho à frente

do MEC (1969-1973) e pela preocupação na elaboração de uma política cultural oficial por parte do Estado Brasileiro. Observaremos de que forma as preocupações do MEC, em convivência direta com o consórcio norte americano United States Agency for International development (USAID), mais conhecidos como acordos MEC-USAID, mostram a relação de interesses entre o Ministério da Educação e o projeto de hegemonia das elites dirigentes. Hegemonia que, sabemos, não foi conquistada imediatamente após o golpe de abril.

Dessa forma, destacaremos como as políticas culturais por parte do Estado atuam para preencher o espaço desarticulado pela censura. Ou seja, ao mesmo tempo em que a repressão esvaziava a sociedade civil de forma deliberada, o Estado Brasileiro rearticulava suas preocupações para controlar e a reorganizar, a partir de seus interesses, a produção e a disseminação cultural no país. Toda essa observação tentará denunciar como a proposta colocada por Alceu Amoroso Lima é equivocada durante os anos que vão de 1969 até 1973, ocasião em que o Estado Brasileiro mais se preocupou em ocupar o cargo dirigente no que diz respeito à organização da cultura.

No segundo capítulo, abordaremos o processo de redemocratização no Brasil para tentar identificar permanências autoritárias atualmente na sociedade. Como foi dito anteriormente, não é nosso objetivo uma linha do tempo, e sim uma comparação entre duas ocasiões de nossa história recente. Dessa forma, ao observar o processo que leva ao fim ditatorial no Brasil problematizaremos o conceito de democracia liberal para iniciar a crítica sobre as permanências do golpe civil militar no aspecto político do Estado Brasileiro. É de profundo interesse que nossa indagação traga para o centro da discussão o caráter elitista histórico do Estado Brasileiro em relação à sua sociedade civil, uma vez que o processo que nos traz de um período coercitivo para um aparentemente Estado democrático está cheio de contrastes e permanências dos mecanismos autoritários de exclusão das demandas das classes trabalhadoras. Tentaremos expor como, tanto os argumentos de Florestan Fernandes (1976) quanto a possibilidade de um processo democratizante via cooptação da classe da trabalhadora, geram um debate atual em torno do ciclo da revolução burguesa no Brasil. Porém, a transição democrática que se dá “pelo alto” e tem como gerente de seu processo as classes dominantes, e não a classe subalterna, deixa marcas profundas na atual organização da sociedade, delimitando novos desafios políticos.

Todavia, buscaremos pontuar as permanências que a atual sociedade ainda tem dos objetivos traçados pelas classes dominantes durante o rompimento democrático de 1964. A desarticulação da sociedade civil, o projeto de modernização conservadora e a manutenção do caráter elitista das transformações sociais nos abrem o questionamento que buscaremos

responder: a consolidação ou não da hegemonia capitalista no Brasil. Através da observação desse processo histórico buscaremos entender como o modelo de Estado presente hoje no Brasil conserva objetivos e direcionamentos que foram traçados, ainda, na ocasião militar. Com isso, iniciaremos uma observação sobre o papel do Estado quanto às permanências sólidas que podemos identificar, especificamente, no terreno da cultura. Entendendo o Estado, como definiu Gramsci, como a soma de sociedade política e sociedade civil, pretendemos apontar a manutenção do poder de um importante aparelho privado de hegemonia que dificulta e despolitiza a luta pela organização da cultura em tempos atuais. O aparato midiático forjado pela classe dominante em consonância com os interesses militares, com amplo investimento do Estado Brasileiro e de seu projeto modernizador, ainda tem expoentes importantes atuando de forma engajada na manutenção da ordem vigente. A Rede Globo de Televisão terá papel de destaque numa observação na qual buscaremos traçar uma crítica sobre o papel dos aparelhos privados de hegemonia na sociedade civil e, também, o papel da ideologia no projeto hegemônico das classes dominantes no Brasil.

Feita essa verificação sobre as permanências do golpe na atual sociedade brasileira, nos deteremos a analisar o debate em torno de nossa matriz de exploração. Em fevereiro de 2013, a revista Carta Capital, edição nº 473, exibiu uma capa com o título: *O vazio da cultura ou a imbecilização do Brasil*. Observando o debate gerado pela publicação, no qual diversos argumentos contrários e favoráveis levantaram o importante questionamento sobre a atual organização da cultura na sociedade brasileira, nosso objetivo é acrescentar à discussão trazendo à tona a importância de compreender a influência que o rompimento democrático de 1964 ainda tem sobre a sociedade atual, sua produção intelectual, organização cultural e sua atuação política. Os limites da denúncia feita pela revista demonstram a importância de uma crítica mais abrangente sobre o conceito de cultura, que leve em consideração o processo histórico que determina o atual estágio da sociedade. Para isso, traremos a argumentação do professor Celso Frederico (ECA-USP) em um artigo intitulado: *Da periferia ao centro: cultura e política em tempos pós-modernos*.

No terceiro capítulo, com o objetivo de demonstrar com mais argumentos teóricos nossa proposta, será feita uma reflexão sobre o atual estágio do capitalismo e sua relação com a cultura. Inicialmente tentaremos abordar a junção entre a prática econômica capitalista neoliberal e a cultura pós-moderna, com o objetivo de demonstrar como a prática neoliberal, que corrobora com os elementos fundamentais do processo de acumulação capitalista, e a cultura pós-moderna estão necessariamente relacionadas. A desarticulação do Estado de Bem-Estar Social e a implementação das diretrizes neoliberais têm um impacto profundo no terreno

da cultura, principalmente no aumento dos investimentos aos setores de tecnologia e entretenimento. Todavia, tentaremos relacionar o papel que a cultura pós-moderna tem na sociedade em convivência direta com os objetivos da indústria cultural e do capital financeiro.

Uma vez que as relações sociais reificadas mostram o papel crucial que a mercantilização da cultura tem no exercício da ideologia como fator dominante da sociedade capitalista, é objetivo central do processo mercantil o esvaziamento político e a desarticulação de setores progressistas da sociedade civil na luta pela organização da cultura. Um intenso esforço é feito para desistoricizar qualquer que seja a reivindicação que aponte incongruências da sociedade, o que leva, necessariamente, a criação daquilo que Roland Barthes definiu como “mito”, ou seja, uma fala roubada, despolitizada e desistoricizada. Esvazia-se de história para preencher de natureza, num contínuo processo de luta.

Será de rico interesse para nossa reflexão a respeito do papel da indústria cultural, nesse processo, a reflexão de Umberto Eco sobre a necessidade de uma guerrilha semiológica contra o processo imposto pela ideologia dominante. A reflexão que o autor traz a discussão demonstra como as lutas existentes na práxis social são ininterruptas e estão sempre presentes, por maior que seja a dificuldade colocada pelos interesses irracionais da classe dominante. O papel da indústria cultural de criar um “todo falso”, tal qual previu Adorno, esbarra na resistência dos elementos de luta que travam uma profunda resistência ao processo ideológico dominante, e é aqui que gostaríamos de demonstrar como a luta pela organização da cultura não cessa.

É necessário, portanto, se afastar de uma crença de características pós-modernas como aquelas que indicam o fim da história. Tentaremos apontar como os dois momentos históricos analisados possuem vínculos com duas correntes filosóficas que apontam para o irracionalismo, pois, tanto em 1972 como em 2013, a retórica catastrófica aparece na tentativa de compreensão da atual situação brasileira. Com base na reflexão de Carlos Nelson Coutinho, mais especificamente na obra *O estruturalismo e a miséria da razão*, nos deteremos em tentar compreender as relações possíveis entre a probabilidade de um “vazio cultural” e as tendências estruturalistas e pós-modernas. Acreditamos que a crítica presente na reflexão de Carlos Nelson Coutinho nos embasa com ferramentas teóricas necessárias para apontar tais propostas como parte do projeto irracional que desconsidera a necessidade de uma crítica totalizante da sociedade capitalista e de seus absurdos.

# Capítulo 1: A sociedade brasileira, o golpe e o aparente “vazio cultural” 1968/1973

## 1.1 Breve panorama da sociedade brasileira antes do golpe – cultura e política

Neste ponto, pretendemos um breve panorama sobre o ambiente cultural no país antes do golpe de 1964. Acreditamos que ao compreender que existia uma verdadeira efervescência cultural, durante o período que antecede o rompimento democrático, podemos observar melhor qual foi o sentido do golpe de abril. Não perdendo de vista o intenso debate político, destacaremos alguns movimentos significativos que tiveram impacto direto sobre o mundo da cultura. Desde os primeiros trabalhos intelectuais daqueles que se propuseram a pensar o Brasil, como Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre, existia uma preocupação central que, segundo Renato Ortiz, partia da necessidade de construir uma identidade nacional que permitisse formar uma consciência popular, apoiada na especificidade e autenticidade da cultura brasileira.

A ideia da cultura como “elemento de transformação socioeconômica” já aparecia nas análises do Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB, ligado ao Ministério de Educação e Cultura – MEC, produzidas na década de 1950, durante o governo de Juscelino Kubitschek, e mantidas até a sua extinção após o golpe civil militar de 1964.<sup>6</sup> Os intelectuais ligados ao ISEB colocarão a questão da cultura como ponto central da discussão sobre a identidade nacional. Como consequência da perspectiva teórica que direcionava a visão isebiana que privilegiava a ação social, a cultura passa a ser vista como importante elemento de transformação social. De acordo com Renato Ortiz, a influência que vinha do ISEB foi fundamental para a discussão a respeito da questão cultural. Influência essa que saiu do campo da cultura e das discussões intelectuais e conquistou significativa popularidade. Segundo o autor:

Na esfera cultural a influência do ISEB foi profunda. Ao me referir a este pensamento como matriz, o que procurava descrever é que toda uma série de conceitos políticos e filosóficos que são elaborados no final dos anos 50 se difundem pela sociedade e passam a constituir categorias de apreensão e compreensão da realidade brasileira. (1994)

---

<sup>6</sup> Ortiz, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 5ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1994, p.46.

Para exemplificar como os movimentos culturais adotaram a influência advinda do ISEB, Ortiz destaca dois desses grupos: o Movimento de Cultura Popular do Recife, que, entre outros projetos, implantou o método de alfabetização de adultos criado por Paulo Freire, e o Centro Popular de Cultura – CPC, da UNE. Com relação ao CPC, é interessante notar que ele contou tanto com intelectuais do ISEB - como Carlos Estevam Martins, que participou diretamente da criação do Centro - quanto com ativistas do PCB que, por sua vez, também tinha em seus quadros intelectuais vinculados ao ISEB.

A política cultural do PCB modificou-se radicalmente na metade da década de 1950. No período anterior (1947–1954), predominava uma restrição estética em torno da ideologia do “realismo socialista”, que coincide com o período de isolamento político do partido em relação às forças de esquerda e ao sistema político como um todo. A “Declaração de Março de 1958” apontava uma postura de aliança de classes para defender o Brasil do imperialismo norte americano, e a união de setores progressistas para concretizarem as lutas em torno das reformas de base fundamentais para o avanço da democracia.

O PCB tentava formular uma junção entre o reformismo e a tradição revolucionária, e o protagonismo dos comunistas nos anos finais do ISEB (1962 – 1964), não por acaso, mas fruto dessa leitura revolucionária a respeito de um projeto nacionalista. Segundo Roberto Schwarz, antes de 1964, ainda que o PCB tivesse grande inserção nas massas, o socialismo que se difundia no Brasil era anti-imperialista e incipiente na propaganda e organização da luta de classes (2001, p.10). Dessa forma, intelectuais e artistas ligados ao PCB organizavam comitês culturais em diversas partes do Brasil e faziam parte de movimentos como o Centro Popular de Cultura - CPC, o Teatro de Arena e o Cinema Novo. Apesar das diferenças que identificavam os movimentos do período, como a Ação Popular – AP, as Ligas Camponesas e o próprio PCB, havia, segundo Ridenti, antes do golpe militar, uma “união de forças de esquerda pelas reformas de base (que) era mais forte que as rivalidades entre elas”. (2000)

Segundo o autor, em meio ao “emaranhado ideológico das esquerdas no período, em que se misturavam as utopias românticas do povo-nação e da revolução histórica redentora da humanidade, indissociadas da questão do socialismo, da emancipação dos povos do Terceiro Mundo, da afirmação de uma identidade nacional brasileira, romântica, mas simultaneamente movida pelo ideal iluminista de progresso” os mesmos temas estavam presentes nos discursos e nas reflexões que norteavam as ações políticas destes grupos.

A criação do CPC da UNE exemplifica essa realidade. Em 1961, o Teatro de Arena de São Paulo visitou o Rio de Janeiro para uma temporada que acabou resultando em um grande sucesso. Oduvaldo Viana Filho então decide permanecer na cidade e terminar um trabalho

que se chamava “*A mais valia vai acabar, seu Edgar*” e, segundo Ridenti: “já pensando em travar contato com camadas mais populares que as atingidas pelo Teatro de Arena. Procurou assessoria científica para formular trechos da peça, referentes a conceitos básicos da teoria da mais-valia e buscou ajuda no ISEB, onde trabalhava o jovem sociólogo Carlos Estevam Martins”. (2000) O resultado desse trabalho foi, além do êxito alcançado pela montagem, a formação de um grupo de pessoas que se aproximou em função da peça e que desejava manter aquela proximidade. O grupo montou, então, um curso de História da Filosofia e procurou a UNE, que cedeu uma sala de sua sede. O próximo passo foi a criação do CPC, movimento que, segundo Feijó, “adquiriu um conteúdo claramente de política cultural”,<sup>7</sup> voltado para a promoção da arte popular, com produções nos campos da música, do teatro, do cinema, da literatura e das artes plásticas. A experiência positiva do CPC pode ser ampliada com a criação da UNE Volante em 1962 que, segundo Ridenti:

(...) pretendia levar suas propostas de intervenção dos estudantes na política universitária e na política nacional, em busca das reformas de base, no processo da revolução brasileira, envolvendo a ruptura com o subdesenvolvimento e a afirmação da identidade nacional do povo. (2000)

O sucesso da intervenção cultural do CPC pelo Brasil não impediu que o movimento recebesse críticas, principalmente com relação ao manifesto produzido por Carlos Estevam Martins, no qual estavam estabelecidas as estratégias de aplicação de uma política cultural a ser adotada como conceito. Progressivamente, diversas críticas fizeram o CPC abandonar, aos poucos, a estratégia considerada por muitos como sectária, porém o movimento não abandonou a bandeira que buscava uma cultura com raízes populares e uma identidade verdadeiramente nacional. Apesar dos julgamentos ao CPC, é inegável que esse foi um dos mais importantes no plano da cultura brasileira no momento que antecede o golpe militar. Ele conseguiu reunir intelectuais e artistas em torno de um projeto voltado para a busca de uma identidade nacional que pudesse aglutinar as discussões culturais e políticas e colaborar para o avanço dos movimentos sociais em torno das reformas que iriam transformar a sociedade em direção à revolução brasileira.

Outro movimento que adquiriu grande destaque na época, tornando-se um marco na história da cinematografia nacional, e influenciando outras áreas, foi o Cinema Novo. Segundo Ridenti, “o cinema estava na linha de frente da reflexão sobre a realidade brasileira,

---

<sup>7</sup> Feijó, Martin Cezar. O que é política cultural. São Paulo: Brasiliense, 1983.

na busca de uma identidade nacional autêntica do cinema e do homem brasileiro, à procura de sua revolução”. (2000) Sua origem remete aos trabalhos de Paulo César Sarraceni, Linduarte Noronha, Joaquim Pedro, Carlos Diegues, Mário Carneiro, Marcos Faria, Leon Hirszman, Paulo Emílio Salles Gomes, Gustavo Dahl, Jean-Claude Bernardet, Roberto Pires e Glauber Rocha, entre outros. O Cinema Novo tinha como princípio a produção independente e tinha como principal tema os problemas comuns à maioria do povo brasileiro. Desde a década de 1950, nos primeiros congressos nacionais do cinema brasileiro, já se discutia a questão da formação de um mercado interno que desse espaço à produção nacional, contra a presença esmagadora da produção estrangeira.

Se compararmos os diversos movimentos culturais do período, certamente identificaremos divergências significativas no direcionamento de cada um, porém, é importante ressaltar o ponto em que todos estavam profundamente ligados, que era exatamente sob o aspecto da valorização de uma cultura estreitamente nacional, em oposição a uma cultura estrangeira que não dialogaria com os reais problemas do país. A influência do ISEB como um centro de inteligência brasileira deve ser entendida como fundamental para o crescimento de um sentimento profundamente nacional no plano político e, conseqüentemente, no plano da cultura. Em torno dele crescia a compreensão da necessidade de se realizar as reformas de que a sociedade necessitava, a política e a cultura dialogavam sobre outro Brasil possível.

A politização dos trabalhadores do campo influenciava tanto as discussões políticas do período quanto os temas culturais das peças de teatro ou o Cinema Novo – as Ligas Camponesas surgiram da resistência, na maioria das vezes armada, contra a tentativa de expulsão das terras, onde os camponeses trabalhavam. De 1959 a 1962, as Ligas tiveram uma acelerada expansão em todo o Nordeste, contestando a dominação política e econômica a que estavam, abertamente, submetidas as massas rurais. Em diversas regiões ocorreram conflitos armados entre proprietários de terra e líderes camponeses, que na maioria das vezes eram perseguidos e assassinados pelos proprietários, alarmados com a politização das camadas rurais.

Para o deputado Francisco Julião, principal líder das Ligas, a luta que travavam era, fundamentalmente, contra o latifúndio. De acordo com Caio Navarro Toledo, nesse sentido, a principal bandeira levantada pelas ligas camponesas era a da *Reforma Agrária Radical*, e essa bandeira impulsionava as demais organizações políticas em manifestos por todo o país. Comícios, passeatas e manifestações pressionavam diretamente o congresso, clamando pela urgência das Reformas de Base. O Nordeste, que alimentava a produção cultural, sobretudo



do Cinema Novo, estava a beira de uma verdadeira guerra camponesa contra o histórico domínio latifundiário no Brasil, o que criava um ambiente cultural e político diferente em nossa história, na qual, tradicionalmente, movimentos sociais e populares dificilmente teriam êxito na totalidade de suas demandas frente à violência característica do Estado Brasileiro.

Os trabalhadores rurais organizavam seus sindicatos, apesar de terem uma proposta diferente das Ligas. Partindo do pressuposto de que no campo predominavam as relações capitalistas, procuravam trazer a consciência proletária dos trabalhadores rurais - progressivamente esses sindicatos passam a adotar as reivindicações em torno da Reforma Agrária junto com as Ligas Camponesas, lideradas por Francisco Julião. Se compararmos os discursos, as convergências e as divergências que existiam nesse período e envolveram diversos intelectuais e artistas de diferentes grupos políticos ligados ao campo da cultura, podemos observar uma busca particular que norteia a maioria dessas falas. A busca pela construção de uma identidade brasileira verdadeiramente ligada ao povo se concretizaria com o sucesso de uma verdadeira revolução cultural e política no Brasil. Dessa forma, do ponto de vista da cultura, percebemos a sociedade brasileira articulando-se em diversos projetos diferentes e buscando uma modernização atrelada a um sentimento profundamente nacional.

É bem verdade que os recursos destinados pelo governo JK às áreas de educação e cultura nem de perto se aproximavam dos investimentos nos setores de energia e transportes, era claro que o desenvolvimentismo do plano de metas não via o campo da cultura como elemento primordial para o seu sucesso. Pesava um dilema central em torno de todos os projetos culturais, que acompanhava a própria política de massas da democracia brasileira desde o início dos anos 1950: como acrescentar o que era necessariamente “popular” ao projeto brasileiro de desenvolvimento capitalista? Obviamente que as forças conservadoras articulavam seus aparelhos privados na busca pelo consenso das massas desde o final dos anos 1950, como demonstrou o rico trabalho de René Dreifuss sobre o complexo IPES/IBAD.<sup>8</sup>

O complexo IPES/IBAD teve papel fundamental no esvaziamento político da sociedade e na organização do golpe militar de 1964, em que as elites brasileiras desenvolviam o que Dreifuss definiu como “uma ação medida, planejada e calculada que a conduziu ao poder” (1981, p.145). O protagonismo desses institutos mostra como a classe

---

8 Dreifuss, René Armand. **1964: A conquista do Estado – Ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Vozes, 1981.

burguesa evoluiu de um grupo de pressão para uma organização de classe capaz de uma ação política sofisticada a ponto de articular um golpe de Estado. De acordo com o autor,

Essa elite, ligada organicamente ao bloco multinacional e associado, acabaria com as incoerências e indecisões do Estado populista, indicando claramente ao capitalismo brasileiro o caminho a seguir, a despeito da oposição da direita e da esquerda dentro de suas próprias fileiras. (1981, p.146)

De acordo com Dreifuss (1981), o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais foi responsável por duas funções políticas durante sua existência. Oficialmente se configurava como uma instituição sem preferências ideológicas, com objetivos fundamentalmente educacionais. Orientado por dirigentes de empresas e empresários liberais democráticos, se mostrava como não defensor de alguma classe ou interesses privados. O Instituto articulava uma complexa rede de campanhas ideológicas e políticas vinculadas aos interesses da burguesia e do capital multinacional e associado. O que mostra com propriedade o quão influente o “complexo IPES/IBAD” foi no sistema político do país é o fato de estabelecerem ligações com empresários diversos, militares e altos governantes, além do povo de maneira geral.

Por sua vez, o IBAD cuidava de penetrar profundamente no poder legislativo, além de nos governos Estaduais, intervindo em assuntos nacionais e regionais. Para tal, eram fornecidos dinheiro, materiais para campanha, faixas, cartazes e propagandas para aqueles candidatos que, se eleitos, se comprometeriam a seguir a orientação ideológica do IBAD, ou seja, o combate ao comunismo e a João Goulart. Por isso, um ano após o golpe o ISEB foi fechado e denunciado pelos militares como um órgão político a serviço da subversão política e do comunismo no Brasil. A função dos intelectuais ligados ao ISEB e ao complexo IPES/IBAD, numa perspectiva gramsciniana, demonstra uma intensa disputa pela hegemonia frente à movimentada sociedade civil no Brasil durante o período que antecede o rompimento democrático.

A função dos intelectuais ligados ao ISEB foi suplantada pelo poderio do complexo IPES/IBAD, que disseminou, com a ajuda da imprensa e dos principais jornais, a cultura anticomunista no Brasil. Ao determinar a extinção do ISEB fica clara a função da autocracia burguesa no pós-64: o esvaziamento político dos setores progressistas junto a sociedade civil.

## 1.2 O sentido do golpe: 1964 – 1968

O que fica evidente é a aplicação de uma *contrarrevolução preventiva* contra as demandas populares debatidas pela sociedade civil naquele contexto. A tentativa de uniformização das economias de países periféricos (sob a égide do Imperialismo norte-americano) é o que é exposto como ponto mais importante a ser defendido pela autocracia burguesa no pós-64. Ao associar os interesses sociais e econômicos a liderança ideológica imperialista norte-americana, ficava excluído todo e qualquer projeto com pretensões nacionais populares ou democráticos, e entrava em vigor o modo de acumulação do capital próprio dos interesses das classes hegemônicas presentes no Brasil desde nossa colonização.

A histórica tendência autocrática das elites brasileira encontrou no golpe civil – empresarial e militar - de 1964 a melhor forma de converter o Brasil numa economia monopolista dependente. O Estado nacional brasileiro declinou junto aos interesses da classe burguesa. Assim, o capitalismo monopolista não eclode nas economias periféricas rompendo seu próprio caminho e destruindo estruturas arcaicas e obsoletas. Mas vem de fora e preserva essas estruturas.

De um lado, a “decisão externa” de converter o Brasil numa economia capitalista dependente repousa em dois fatores diversos: a disposição das economias centrais e da comunidade internacional de negócio de alocar no Brasil um volume de recursos suficiente para deslocar os rumos da revolução econômica em processo; e no deslocamento empresarial envolvido por essa disposição, que iria implantar dentro do País o esquema de organização e de crescimento intrínsecos à grande corporação. (Fernandes, 1976, p.256)

Recuperando a ideia de “contrarrevolução preventiva” como fundamental para a compreensão da tentativa de formação da hegemonia burguesa na sociedade brasileira, sobretudo no pós-64, Florestan Fernandes observa em *A revolução burguesa no Brasil*, como essa classe conservadora brasileira atua de uma forma diferenciada em relação ao padrão burguês “clássico” de revolução nacional. Na medida em que a afirmação da ordem capitalista no Brasil não implicou uma ruptura com a ordem agrária e latifundiária, mas foi sendo efetivada a partir de um conjunto de composições entre os estratos sociais de origem oligárquica e os emergentes interesses industriais e financeiros com os países imperialistas. A burguesia não assume seu papel como “classe revolucionária”, sua atuação na sociedade brasileira está fundamentalmente relacionada com a manutenção da estrutura presente desde o período colonial e a aceleração do padrão dependente de desenvolvimento.

Dessa forma, precisamos pontuar a relação do estado brasileiro, desde sua formação, com as agências da nossa sociedade civil. Carlos Nelson Coutinho observa que está na gênese da formação do estado brasileiro, as mudanças políticas sempre se desenvolverem “pelo alto, por vias antipopulares, ou seja, naquilo que Gramsci chamou de “revolução passiva”<sup>9</sup> – onde as classes subalternas não foram gerentes de mudanças estruturais”.<sup>10</sup> Essa recorrente exclusão de forças populares ocorre na formação do nosso estado desde a proclamação da independência na primeira metade do século XIX, ou seja, a socialização da política brasileira sempre foi um processo incompleto. Uma vez que o domínio ideológico das elites nacionais sempre buscou reprimir e frear qualquer sombra de mudanças estruturais no seio de nossa sociedade - fato que ainda observamos nitidamente atualmente -, a neutralização de forças populares: *seja por dispositivos sinuosos ou mecanismos de coerção* (Netto, 2008) conseguiu anular qualquer sombra de transformação estrutural gerenciado pelas classes subalternas.

Como observou Walter Benjamin (1989), a cultura do opressor é a da barbárie, mesmo que seja reivindicada como civilização, uma vez que subjuga outras culturas: a dos dominados. Então, assinala Gagnebin, “no momento em que a experiência coletiva se perde, em que a tradição comum já não oferece nenhuma base segura, outras formas narrativas tornam-se predominantes”. Toda a violência do processo histórico excludente deixa marcas profundas na organização da sociedade brasileira atualmente. Infelizmente, nossas transformações sociais e decisões políticas sempre foram destinadas aos interesses das classes dirigentes – configurando uma sociedade civil privada de seus interesses e necessidades mais urgentes.

Com relação aos mecanismos utilizados para frear as transformações de caráter popular, temos desde a revolução de 1930 como características de nosso estado - desestruturar ou desfigurar essas demandas populares e democráticas - seja pela incorporação e deformação

---

<sup>9</sup> Coutinho, Carlos Nelson. In: Lima, Júlio César França; Neves, Lúcia Maria Wanderley. “O estado brasileiro: gênese, crise, alternativas”. **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006, p.173200.

<sup>10</sup> Segundo Carlos Nelson Coutinho, o paradigma denominado de via prussiana representa um tipo de transição ao capitalismo que conserva ainda características da antiga ordem, e nesse sentido prevê o fortalecimento do poder do Estado. Aplicando o pensamento de Antônio Gramsci à realidade brasileira, o autor usa a expressão “revolução passiva” para referir-se aos movimentos que ocorrem com a acomodação de elementos da fração moderna e antiga das classes dominantes, visando, nesse processo de transformação, eliminar a participação da camada popular na sociedade.

dessas vozes contra-hegemônicas (como o trabalhismo da era Vargas),<sup>11</sup> seja pela repressão violenta, característica do estado brasileiro desde sua formação em 1822. O estado brasileiro no pós-64 colocou em práticas características centenárias do seu funcionamento, não se trata de se deslocar da sociedade civil e sim de impedir que vontades coletivas e projetos democráticos alternativos fossem gerentes de transformações sociais efetivas. O caso brasileiro pode ser entendido dentro dessa perspectiva, e fundamentalmente relacionado com a proposta da manutenção desse status quo defendido pela autocracia burguesa apoiadora da ditadura civil, empresarial e militar. Novamente recorremos a Florestan Fernandes:

O regime vigente, instituído em 1964 através de um golpe militar e em nome de “ideais revolucionários”, constitui, de fato, uma contrarrevolução. Seu caráter contrarrevolucionário se evidencia de modo específico, tanto em termos do seu significado interno, quanto à luz da situação mundial. No plano interno, ele surgiu como uma contrarrevolução, no sentido específico, porque não se tratava realmente de uma “autodefesa da democracia contra o comunismo internacional” (...) o que se procurava impedir era a transição de uma democracia restrita para uma democracia de participação ampliada, (...) no qual vários setores das classes trabalhadoras (e mesmo massas populares mais ou menos marginalizadas, no campo e na cidade) contavam com crescente espaço político próprio. (...) Quanto ao plano externo, o golpe de Estado faz parte de um ciclo mais amplo, que levou à guerra fria e à doutrina do desenvolvimento com segurança do centro para a periferia do mundo capitalista. (Fernandes, 1980, p.113-114)

Dessa forma, entendemos que o sentido do golpe de abril se encontra na desarticulação da sociedade civil brasileira e principalmente no esvaziamento político e social das demandas populares. A imersão de amplas camadas populares no cenário político brasileiro poderia desencadear uma transformação nova na sociedade, mesmo que “não caracterizasse um quadro pré-revolucionário”. (Netto, 2006) Isso não quer dizer que não havia no seio das demandas populares um caráter revolucionário de classe, era nítida a disputa de caráter classista na sociedade brasileira. Os interesses democráticos eram ampliados, as discussões sobre o caminho a ser seguido pelo país passavam pela manifestação de uma sociedade civil com voz de reivindicação nunca antes estabelecidas no cenário nacional.

O Brasil que, atrasado economicamente e socialmente, não configurava numa típica sociedade de tipo ocidental (como a Itália da época que Gramsci escrevia do cárcere),

---

<sup>11</sup> Com Vargas temos a configuração inicial do que viria a se chamar de um estado “paternalista”, o que não quer dizer um estado reacionário e sim conservador, e inegavelmente progressista. Onde o assistencialismo sobre as demandas mais urgentes das classes subalternas não configurava em um processo de governo popular, mas sim, como um processo desarticulador do potencial revolucionário dessas demandas. Essa articulação fica claramente demonstrada na criação do ministério do trabalho logo após a instauração da ditadura do estado novo no ano de 1937.

regrediu após a implantação da autocracia burguesa da ditadura civil militar para uma “democracia frágil” onde percebemos que o poder monopolista do estado burguês se manteve intacto - como o sistema de telecomunicações gerido no período que deu origem ao maior intelectual orgânico em atividade em favor dos interesses dominantes na atualidade: os grandes monopólios de mídia. De forma que ecos da violência de todo esse processo histórico ainda podem ser ouvidos na nossa sociedade.

A consciência nacional popular suprimida pelo poder exercido pelas elites dirigentes sempre encontrou dificuldades para organizar sua cultura, porém, a luta pela cultura na sociedade civil jamais se esvaziou por completo e ainda hoje sofre com as permanências do processo antidemocrático instaurado pela autocracia burguesa 1964. Entendemos que o principal objetivo do golpe era desarticular o rico debate que se travava na sociedade civil, principalmente no que diz respeito ao projeto nacional desenvolvimentista do governo Jango e às reformas de base necessárias para modernização da sociedade brasileira.

A intenção de bloquear, através do uso da força armada, o rico debate social político e cultural da sociedade brasileira foi fator primordial para compreender quais forças articularam um rompimento democrático no Brasil, e a quem essas forças serviam. Logo após a instauração da autocracia burguesa, na expressão de Florestan Fernandes (1975), com o golpe civil – empresarial - militar de 1964, observamos entrar em curso um intenso projeto de esvaziamento das consciências críticas e reformulação social com impacto, principalmente, no mundo da cultura. Como observa Roberto Schwarz, a ação direta do golpe não foi suficiente para desarticular uma postura anti-imperialista e esquerdizante, presente no Brasil desde os anos 1950, desde o florescimento do nacional desenvolvimentismo como modo econômico alternativo à submissão imperialista brutal. A cultura nacionalista se expande e, segundo o autor, apesar do rompimento democrático de 1964, florescia e intensificava-se no Brasil uma *hegemonia de esquerda*<sup>12</sup> no plano da cultura, politizando assim, a sociedade. Dessa forma, compreendemos, é possível identificar uma forte oposição à ordem política autoritária da ditadura.

A cultura vista como instrumento de hegemonia, portanto contestadora, era fruto de uma crescente mobilização nacional popular. Se de um lado sempre existiu a cultura de caráter reacionário e despolitizado, de outro devemos considerar como fundamentais para o período os movimentos culturais engajados de esquerda. Como por exemplo, o teatro de

---

<sup>12</sup>Schwarz, Roberto. **Cultura e política, 1964 – 1968**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

arena, o teatro opinião, os centros populares de cultura, o cinema novo, a canção de protesto, etc. Como vimos anteriormente, a maioria dos movimentos culturais desse período possuía estreitas ligações com o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a ideia de “nacional-popular” tentava construir um retorno às origens do que realmente seria o povo brasileiro. Nas análises do PCB, o país encontrava-se sob o domínio do Imperialismo e do sistema capitalista. Então, a arte e a cultura tinham a tarefa de conscientização e de resgate da cultura genuinamente brasileira.

O aliado principal do Imperialismo e, portanto, o inimigo principal da esquerda, seriam os aspectos arcaicos da sociedade brasileira, basicamente o latifúndio, contra o qual deveria erguer-se o povo, composto por todos aqueles interessados no progresso do país. (Schwarz, 2001, p.13)

O entendimento do que seria nacional-popular, uma cultura nacionalista pela esquerda, fundamentava-se, justamente, na luta anti-imperialista. A superação da sociedade capitalista traria o fim do ciclo de dependência capitalista, fazendo nascer a ditadura do proletariado e também a cultura do povo brasileiro. E para que emergisse essa cultura nacional-popular era necessário uma cultura engajada politicamente. O comportamento anti-imperialista da juventude brasileira movimentava uma corrente intelectual crítica que o golpe não foi capaz de anular nos primeiros anos pós-64. As articulações políticas no âmbito da sociedade civil com operários, camponeses, e outros setores subalternos foram freados pelo golpe. O Debate a respeito da reforma agrária e as reformas de base foram interrompidas, visando preservar os interesses econômicos da direita latifundiária. Porém, a luta não cessou. Podemos definir este momento como uma época em que a militância política e o engajamento cultural andavam juntos: os temas do debate político ecoavam diretamente nas produções artístico-culturais. Havia uma grande confiança de que através da arte seria possível mudar o mundo.

O período ficou marcado por uma grande ascensão de movimentos que interligavam a cultura e a política na luta pela hegemonia dentro da sociedade civil - fazendo da arte um instrumento revolucionário. Durante o governo do general Costa e Silva, o cenário de contestação se intensifica. A famosa passeata dos Cem Mil, realizada em 26 de junho de 1968, no Rio de Janeiro, constituiu o ponto mais alto do processo de luta das massas desencadeado no período. Os estudantes, mais uma vez, atuaram como força motriz da impressionante manifestação, da qual participaram, como se sabe, todas as correntes de opinião democrática carioca.

Se em 1964 fora possível à direita “preservar” a produção da cultura, pois bastara liquidar o seu contato com a massa operária e camponesa, em 1968, quando os estudantes e o público dos melhores filmes, do melhor teatro, da melhor música e dos melhores livros já constituem massa politicamente perigosa, será necessário trocar ou censurar os professores, os encenadores, os escritores, os músicos, os livros, os editores – noutras palavras, será necessário liquidar a própria cultura viva do momento. (Schwarz, 2001, p.9)

O predomínio dos fatores internos na luta dos estudantes e em outras movimentações políticas em 1968 levaram a autocracia burguesa a exprimir o golpe definitivo na espinha dorsal da sociedade civil brasileira – o Ato Institucional Número 5 deixava claro que a luta de classes no Brasil era algo que o estado autocrático burguês tinha como objetivo desarticular, e dessa forma, a violência se intensifica, pensadores são perseguidos, livros proibidos, artistas exilados, etc. A partir de 1968 a autocracia burguesa estabeleceu os rumos de sua contra revolução preventiva e como observa José Paulo Netto: *Se já houve alguma vez, um paraíso burguês, este existe no Brasil, pelo menos depois de 1968*” (Apud Netto, p.38). Os conflitos sociais que permaneceram mesmo com o golpe, com a crescente oposição, foram resolvidos com o Ato Institucional 5 (AI-5), que se caracteriza como o ponto máximo do autoritarismo da ditadura empresarial civil militar.

Depois da instauração do Ato Institucional Número 5, a ditadura reacionária, que ainda conservava um pequeno espaço para algumas mediações democráticas e um discurso ainda com alusões à democracia, transforma-se num regime de características nitidamente repressoras, com afinidades fascistas. Agora, o estado burguês, que buscava o consenso das massas, parte indiscriminadamente para a mais intensa coerção, colocando em prática o projeto de esvaziamento e naturalização das contradições sociais justamente porque está interessado em superar sua crise de hegemonia e organizar a manutenção da ordem autoritária vigente.



### 1.3 O Ato Institucional Número 5: A Sociedade civil e o esvaziamento

Pretendemos iniciar nossa análise com a observação a respeito do impacto que o Ato Institucional Número 5 teve na sociedade brasileira em dezembro de 1968. Sabemos que o golpe de abril de 1964 não foi capaz de extirpar a atuação de forças progressistas que se desenvolviam no seio da sociedade civil desde meados dos anos 1950. Era notável que, apesar da autocracia burguesa, existia uma relativa *hegemonia de esquerda* no plano da cultura (Schwarz, 1978). Para resolver o problema em relação ao consenso, a ditadura deixou de ser simplesmente reacionária - como no período inicial de governo do general Castelo Branco. Depois da instauração do AI-5, ela ganha características fascistas, aplicando um claro terrorismo de estado contra qualquer voz contrária à ordem vigente e o terreno da cultura era onde seria travada a disputa pela hegemonia.

O governo do general Costa e Silva, representante da linha dura entre os militares, teve início no dia 15 de março de 1967 em uma eleição por via indireta, onde ficou claro não haver consenso entre os militares sobre quem seria o sucessor chefe do executivo brasileiro. Dois dias após sua posse, em 17 de março de 1968, entra em cena, no plano econômico, o professor da USP, Delfim Netto. Com o PAEG (Programa de Ação Econômica do Governo) realizado pelo governo Castelo Branco entre 1964 e 1967, os militares tinham como meta reduzir o processo inflacionário brasileiro. Para estabilização dos preços, ficava exposto à orientação macroeconômica: imposição de regras para fixação de preços, redução do poder aquisitivo, “arrocho salarial” e acreditava-se na inflação por demanda, articulando, portanto, o crescimento econômico.

Ainda em 1967, o grande setor prejudicado por essa orientação era evidente, não só as classes trabalhadoras, como também as classes médias urbanas, começavam a mostrar insatisfação com os rumos indicados pela autocracia burguesa instaurada pelo golpe de abril. Com Delfim Netto, o governo continuou com o objetivo de controlar a inflação e, portanto, não se alterou a política de arrocho salarial imposta aos trabalhadores e às classes médias urbanas. Porém, Netto acrescentou o Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED), em vigor de 1968 até 1970, que visava à política de oferta de crédito ao setor privado e o estímulo às exportações. É notável o estímulo a um crescimento considerável no setor de bens de consumo duráveis, que atendia, especialmente, às demandas de consumo das classes médias urbanas. Política econômica essa que voltaremos a expor mais à frente e que levou o nome falacioso de “milagre econômico brasileiro”. A orientação governamental iniciada com o

general Costa e Silva era bastante clara: “caíram investimentos em saúde e educação de 1967 até 1969, respectivamente, de 8,71 % para 8,69% e de 3,45% para 2,59%, aumentaram investimentos em setores ligados à preocupação com a ‘segurança nacional’” (Netto, 2007). Um dos primeiros decretos de Costa e Silva criava o Centro de Informações do Exército – CIE, confiado à extrema direita mais fascista, na figura do general Adyr Fiúza de Castro.

Desde o golpe de abril de 1964, a Ditadura jamais conseguiu ter total hegemonia dentro do quadro político nacional. No início do governo Costa e Silva essa falta de sustentação fica evidente com a configuração da Frente Ampla – iniciativa que a Ditadura tentou jogar na ilegalidade em abril de 1965 e que exemplifica como o regime não conseguiu sustentar suportes políticos presentes durante o golpe de abril, o que ficava evidente era que estava em processo uma reconfiguração da oposição. Carlos Lacerda, principal nome da Frente Ampla, que ajudou no processo de rompimento democrático de 1964, agora passa ao lado oposto, criticando o fechamento do regime e o não cumprimento da proposta de democratização social. Lacerda faz as pazes com Juscelino Kubitschek e logo depois com João Goulart e o grupo lança o “Manifesto de Lisboa” - que contava também com a simpatia do clandestino PCB. O governo de Costa e Silva respondeu com a proibição (em agosto de 1967) da propaganda televisiva por parte de Lacerda e de seus correligionários, e, no dia 5 de Abril, proibiu todas as atividades da Frente Ampla.

Acreditamos que para uma compreensão mais completa em relação ao conturbado período que desencadeia na decretação do AI-5 é necessário uma breve reflexão sobre o contexto internacional, não menos conturbado. O ano de 1968 foi bastante movimentado nos países centrais da Europa, uma juventude universitária e contestadora saiu às ruas para desenvolver mudanças nas áreas da cultura, das lutas sociais, na forma de se fazer política e também no comportamento estético dos próprios jovens. Não é interesse nosso dissertar sobre todos os aspectos, bastante significativos, desse período da história, porém, vale destacar o período dos anos de 1950, o movimento da contracultura Beatnik (que precede o movimento hippie), o existencialismo de Sartre e a ode à liberdade, o sucesso de Elvis Presley e o nascimento do Rock n’ roll, o surgimento da Beatlemania e a reinvenção da juventude.

Na França, o mês de maio de 1968 ficou para a história. As jornadas, que inicialmente convocaram a juventude, mobilizaram, mais de 10 milhões de trabalhadores franceses que foram às ruas reivindicar outro modo de vida. Nos EUA, o ano 1967 também ficaria marcado pelo movimento da contracultura, que sacudiu amplas camadas sociais da sociedade, e o ano de 1968 passou a ser temido pelo que ainda estava por vir. O assassinato de Martin Luther King, em abril de 1968, e o assassinato de Robert F. Kennedy, em junho, fizeram com que o

presidente Lyndon Johnson anunciasse que não mais concorreria ao segundo mandato. O momento era tão complexo que parecia que existiam agora duas Américas: a oficial, que elegeu o conservador Richard Nixon para presidente, e a América da contracultura, que tentava reinventar a realidade, seja por meio das artes ou por meio dos protestos mais radicalizados.

A contracultura, na América, também não se expressou, como querem alguns, como um movimento uniforme e de fácil identificação. Eram múltiplas manifestações de descontentamento com aquele momento da sociedade norte-americana, como também era um descontentamento com a lógica capitalista e tecnocrata que tinha na América seu principal expoente em tempos de Guerra Fria. Se por um lado os hippies e psicodélicos viam nas drogas e no amor livre uma forma de manifestação de rejeição à sociedade, uma parte da ala mais politizada da chamada “Nova Esquerda” intensificava os protestos e a luta pelo fim da guerra do Vietnã, pelo direito dos negros, pela liberdade das mulheres e por todos os outros gritos de minorias que estivessem em questão. Ou seja, 1968, e seu espírito do tempo, modificou a visão sobre as artes em geral, que estavam no bojo de transformações estéticas e sensoriais carregadas de experimentalismo e renovações, tanto culturais como políticas.

Na América Latina, o período foi igualmente rico do ponto de vista da vida social. A revolução socialista em Cuba, no ano de 1959, e as movimentações sociopolíticas pelos principais países do continente movimentavam o terceiro mundo. No Brasil, desde finais dos anos 1950, com o incentivo do governo Juscelino à urbanização, à industrialização e a todas as transformações já mencionadas, o Brasil experimentou um processo de renovação cultural intenso.

Voltando ao período de Costa e Silva, a oposição se rearticulava e atualizava a crítica ao regime estabelecido em 1964. A cúpula do poder militar, que não conseguiu desarticular totalmente a sociedade civil brasileira com o golpe, também não conseguiu extirpar toda a crítica, com a proibição da atuação da Frente Ampla. O Assassinato do estudante Edson Luís de Lima Souto, pela ação repressiva da polícia militar durante uma manifestação de estudantes em frente ao calabouço - onde se vendiam refeições a preços populares -, desencadeou um grande apelo da sociedade. No dia seguinte, mais de 50 mil pessoas acompanharam o cortejo fúnebre proferindo palavras de ordem contra a Ditadura. As manifestações contrárias ao regime se seguiram durante os festejos de aniversário de golpe, em 1 de abril de 1968, e posteriormente a famosa marcha dos 100 mil indicava que a sociedade civil brasileira não estava totalmente convencida pelo regime, ou seja, a autocracia

burguesa não conseguiu obter consenso, era uma demonstração clara daquilo que Antonio Gramsci caracterizou como “ditadura sem hegemonia”.

Quanto mais violência por parte do estado, mais o sentimento de contestação se generalizava pelo corpo da sociedade. Com a crescente conscientização social contra o regime, a resposta não demorou a chegar. No dia 13 de dezembro de 1968, o Conselho de Segurança Nacional/CSN, que era presidido pelo general Costa e Silva, instituiu o Ato Institucional número 5, que muitos estudiosos declaram como “o golpe dentro do golpe”. O endurecimento do regime a partir de então pode ser definido da seguinte forma: a arbitrariedade por parte da autocracia burguesa se tornava absoluta, não havia recursos contra medidas previstas pelo ato, a justiça militar reinava sem restrições, a censura à imprensa e o controle imediato sobre o mundo da cultura se tornaram obsessão por parte dos governos da chamada linha dura, assim como o enquadramento do sistema educacional para um claro esvaziamento ideológico (e físico) da sociedade civil.

A época do chamado “vazio cultural” coincide com o período conhecido como o milagre econômico brasileiro, que podemos definir, de forma direta, como uma política econômica de forte investimento do Estado em setores não lucrativos ou de baixa lucratividade inicial, porém importantes para o crescimento econômico (energia, estradas, siderurgia e telecomunicações), e também em setores que garantiam alta lucratividade para o grande capital e abertura ao capital estrangeiro. Um modelo claramente garantidor de uma concentração brutal da renda, uma vez que, contemplava a criação de um mercado interno atrelado, fundamentalmente, aos setores mais altos da sociedade, como a grande burguesia e as camadas médias urbanas. A dívida externa do país, que era de 3,7 bilhões de dólares em 1968, passou para 12,5 bilhões de dólares em 1973.

Era fundamental a manutenção do mercado interno para o consumo de bens duráveis, e também, a manutenção da política de arrocho salarial que atingia, obviamente, as classes mais baixas da sociedade. Nas palavras do ministro da fazenda Delfim Netto, “era necessário fazer o bolo crescer para depois dividir”. É importante destacar que a consolidação do modelo do milagre econômico tinha como condição política necessária o terrorismo de Estado. Apenas pelo terror imediato das forças repressivas contra qualquer oposição e pela censura irrestrita (condições permitidas pela instauração do AI-5) era possível programar um modelo tão corrosivo à economia brasileira. Como bem definiu, Delfim Netto, “Com o AI-5, aproveitei para fazer tudo que precisava fazer”. A censura aos meios de comunicação estava prevista como parte importante da ideologia da segurança nacional, no âmbito da comunicação social, os mãos de chumbo estabeleceram variações importantes que favoreciam

ao regime, e o ponto mais significativo, sem dúvida, foi a afirmação da televisão como veículo central para obter um consenso maior entre as massas, de forma que a afirmação da televisão no Brasil se relaciona com a expressão cunhada pelo crítico literário Alceu Amoroso Lima para o período posterior ao Ato Institucional Número 5: o “vazio cultural”.

O esvaziamento político e físico da sociedade civil passou a vigorar sem nenhuma restrição. A perseguição a artistas, cientistas, jornalistas e a todos que se opunham ao regime caracterizou a destruição que a autocracia burguesa logrou ao mundo da cultura. Já sob o governo do general Garrastazu Médici, foram censurados mais de 500 filmes, 450 peças teatrais, 200 livros e 500 músicas. O objetivo era claro: reprimir e eliminar a hegemonia crítica de esquerda que se afirmou entre 1964 e 1968. A reforma da universidade e do ensino médio em favor de uma doutrina “Moral e Cívica”, que resultou em um sistema educacional domesticado, segundo Otávio Ianni:

Tratava-se de executar a reforma universitária aconselhada pelos técnicos norte-americanos e brasileiros trabalhando conforme as especificações dos acordos estabelecidos entre a United States Agency for International development (USAID) e o Ministério da Educação e Cultura (MEC), mas conhecidos como acordos MEC-USAID. Tratava-se de dar andamento ao processo de burocratização, tecnificação e “despolitização” do trabalho intelectual. O sistema de poder se propôs a eliminar ou controlar o espírito crítico, inerente a toda atividade intelectual: jornalística, artística, filosófica ou científica. Para impor soluções do “modelo brasileiro”, que interessam ao grande capital monopolista, torna-se necessário transformar a universidade numa agência de técnicos, assessores, consultores, conselheiros, executivos ou simplesmente funcionários do capital. (Ianni, 1991, p.169)

A tentativa brutal e repressiva implantada pela autocracia burguesa no pós-68 ao mundo da cultura deve ser compreendida dentro de uma análise sobre a organização da cultura em sociedades contemporâneas. Devemos atribuir tal fenômeno ao advento da indústria cultural e à atuação dos sistemas de comunicação social que viabilizavam tal investida sobre a sociedade civil. Sabemos que, em raras exceções, o estado não produz cultura, mas ela é produzida e significada no âmbito da sociedade civil - cabe ao Estado realizar políticas educacionais e culturais que atendam aos seus interesses. No contexto político posterior ao AI-5, apesar do chamado “vazio cultural”, a luta pela organização da cultura não se encerrou, e foram criadas possibilidades de discursos alternativos e contra-hegemônicos, onde uma realidade, ainda que sufocada e deformada pelos aparelhos de coerção e consenso, precisava ser capaz de expressar os estratos críticos do senso comum.

Destacaremos três eixos principais de ação da autocracia burguesa no período posterior a implementação do AI-5: 1) censura a um tipo de produção cultural considerada subversiva e, por outro lado, incentivo à produção considerada, pelos governantes, “afinada

com a tradição e os valores da cultura brasileira”; 2) investimentos em infraestrutura, principalmente na área de telecomunicações, que favoreceram a consolidação da indústria cultural no país justamente para preencher a lacuna deixada pela violência e pelo esvaziamento; 3) criação de órgãos governamentais destinados a regulamentar e organizar a produção e a distribuição cultural pelo território brasileiro. Além disso, tais ações deveriam estar em consonância com o projeto de modernização do país. Dentre os aspectos apontados acima, o da censura foi o que recebeu maior atenção dos estudos sobre a produção cultural do período, tanto por parte de artistas e intelectuais (que buscaram diferentes meios de denunciar as arbitrariedades), quanto por parte de analistas que tomaram tal período como objeto de estudo.

A época do “vazio” a que se referiu Alceu Amoroso Lima é, justamente, o período de intervenção direta da autocracia burguesa sobre o sistema educacional e, conseqüentemente, sobre o mundo da cultura. Se num primeiro momento a reformulação do sistema educacional visou criar uma universidade asséptica e conivente com o projeto modernizador da Ditadura, num segundo momento a “borracha” sobre as correntes progressistas e democráticas do mundo da cultura foram o alvo a ser apagado pelo Estado. O entendimento da importância desses atores sociais para a autocracia burguesa leva o Estado a não tratar mais a cultura como inimigo a ser batido, mas sim um aliado a ser controlado (Netto, 2006). A produção cultural que ganha força com a intervenção mediadora do Estado passa a ser um tipo de cultura irracionalista, necessária para a manutenção da ordem vigente. Dessa forma, o poder coercitivo da autocracia passa a direcionar e a modelar o tipo de cultura necessária para a hegemonia do regime.

Todavia, se a intervenção do Estado no direcionamento da produção cultural se afirma como estratégia para a consolidação da hegemonia autoritária, segundo José Paulo Netto, há um “lapso do vazio”, no qual vemos florescer de forma imediata a intervenção estatal sobre o mundo da cultura esvaziada pela censura e pela coerção física. Deixamos claro aqui neste ponto que, mesmo no período que contempla os anos de 1968 até 1973, o aparente “vazio cultural” e político na verdade fazia emergir os traços mais irracionais e assépticos que buscavam legitimar a ordem estabelecida pelos golpistas de 1964. Se considerarmos que são os sujeitos que criam sua práxis social e recriam formas de pensamento, podemos entender que o “terrorismo cultural sistemático” imposto pela Ditadura, o incentivo a uma cultura irracionalista aos moldes do padrão norte-americano e a reformulação do sistema educacional fazem parte do projeto hegemônico tão almejado pela autocracia burguesa, que a partir de

1968 e do AI-5 direcionam suas forças não somente para combater o mundo da cultura, mas para moldá-lo aos seus interesses específicos.

## 1.4 Modernização Conservadora e políticas culturais

O termo modernização conservadora foi formulado por Moore Junior (1975), quando o autor visava compreender as revoluções burguesas que aconteceram no Japão e na Alemanha no período de modernização das economias pré-industriais para as economias capitalistas e industriais. Dessa forma, o ponto central do processo resultante de uma modernização conservadora aponta para um pacto político tecido entre as elites dominantes com o intuito de condicionar o desenvolvimento capitalista nesses países, conduzindo-os a regimes políticos autocráticos e totalitários. No Brasil, a experiência social que leva o país a um patamar moderno, em oposição ao domínio rural das oligarquias da República Velha, pode ser compreendida como uma experiência conservadora no âmbito da Revolução (?) de 1930 e da ascensão de Getúlio Vargas ao poder, onde a característica principal se dá no âmbito da exclusão política das classes populares ao mesmo tempo em que o estado atende suas demandas mais urgentes. Para compreender esse processo, alguns autores brasileiros se valeram de outros termos para determinar essa “via não clássica para a modernidade”, como por exemplo, Florestan Fernandes, Caio Prado Jr e Carlos Nelson Coutinho.

A via não clássica para a modernidade seria, assim, a característica marcante na sociedade brasileira, em que as grandes transições sociais e políticas, desde 1930, nunca tiveram como base as classes populares, e sim as classes dominantes, causando a debilidade de nossa sociedade civil. Como vimos no ponto anterior, a ditadura civil militar implantada em 1964 visou, após o ano de 1968, um intenso esvaziamento político sobre o mundo da cultura. O estado autocrático burguês (que continha alguma inclinação democrática no período de 64-68) transformou-se numa ditadura violenta que tinha por objetivo modernizar o país com investimentos grandiloquentes (sob a falácia de um milagre econômico) e uma intensa coerção e controle sobre a produção cultural e política. Para empreender seu projeto de conquista da hegemonia, a autocracia burguesa terá papel fundamental na construção e difusão de um enorme sistema de telecomunicações. De acordo com Renato Ortiz (1994), a afirmação de um mercado de bens simbólicos no Brasil só se consolidou durante a década de 1960 justamente pelo papel fundamental que a autocracia burguesa teve nesse processo. Até os anos de 1950, Ortiz explica que não seria possível a aplicação do conceito de indústria cultural de Adorno & Horkheimer para a realidade brasileira:

Seria difícil aplicar à sociedade brasileira deste período o conceito de indústria cultural introduzido por Adorno & Horkheimer. Evidentemente as empresas culturais existentes buscavam expandir suas bases materiais, mas os obstáculos que



se interpunham ao desenvolvimento do capitalismo brasileiro colocavam limites concretos para o crescimento de uma cultura popular de massa. Faltavam a elas um traço característico das indústrias da cultura, o caráter integrador. (Ortiz, 1994, p.48)

Junto com o incentivo infraestrutural, podemos destacar o papel da censura, que esteve presente em todas as áreas: jornais, revistas, livros, rádio, TV, filmes, peças teatrais, músicas e ensino. Ortiz (1994) esclarece como se deu o processo de desenvolvimento da indústria cultural nesse contexto, afirmando que a censura não atingiu qualquer manifestação cultural. Sua principal função era reprimir determinadas ideias que não estivessem em harmonia com o projeto de modernização imposto pela Ditadura, assim como sua política de segurança nacional.

O ato da censura proibia a divulgação de determinados elementos culturais, tais como: peças teatrais, filmes, livros, novelas, porém, não proibia o teatro, o cinema, a TV, o mercado das editoras de livros. Com os altos investimentos estruturais e com a censura, a autocracia burguesa soube criar laços íntimos com os principais empresários do setor de comunicação do país. Importante destacar a frase que teria sido dita pelo presidente Médici: “Sinto-me feliz, todas as noites quando ligo a televisão para assistir ao jornal. Enquanto as notícias dão conta de greves, agitações, atentados e conflitos em várias partes do mundo, o Brasil marcha em paz, rumo ao desenvolvimento”.

Era a partir da concepção de que para obter a hegemonia sobre o social era necessário um plano ideológico que integrasse toda a população, principalmente a crescente população urbana, que a autocracia burguesa visa manter a “segurança nacional” apostando suas fichas sobre o controle institucional do mundo da cultura. Para isso, o governo programa uma política modernizadora no ainda precário setor de telecomunicações no Brasil. Ainda em 1965, foi criada a Empresa Brasileira de telecomunicações (Embratel) e o Brasil se vincula ao Sistema Internacional de Satélites (Intelsat). Em 1967, foi criado o Ministério das Comunicações. No ano de 1968, após o AI-5, aparecem as primeiras emissoras de frequência modulada (FM) e surge, também, a Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP) que reafirmava a necessidade de difundir ideais ufanistas e nacionalistas e constituía uma maneira de organizar o ataque ideológico do Estado. Em 1969, o país se integra ao sistema mundial de comunicação por satélite e é criada a Embrafilme – empresa estatal que financiava a produção cinematográfica brasileira.

Sem dúvida, o investimento estatal para o desenvolvimento de uma indústria cultural favoreceu a proliferação de um mercado de bens simbólicos no Brasil, com destaque ao avanço da televisão, a partir de 1970, nos lares do país. Como aponta Ortiz (2001), esse

mercado de bens simbólicos afirma-se pelo duplo papel que a ditadura civil militar passa a ter na sociedade. Se pelo lado político as características mais evidentes passam a ser a censura, a repressão, as prisões e o exílio; pelo lado econômico, a Ditadura, obviamente, não inventa o capitalismo, mas aprofunda o processo iniciado no período de Juscelino. Nesse contexto, o Brasil passa, cada vez mais, a se integrar na lógica de um capitalismo tardio, altamente dependente do fator externo. No plano econômico, a autocracia burguesa não poupa esforços para demonstrar sua ideologia modernizadora para o país, que tem como característica sua “tara elitista” (Netto, 2006) e a consequente exclusão da base popular.

Não é nosso interesse aqui levantar um estudo profundo e quantitativo sobre o avanço dos mais diversos bens culturais no período. O fato incontestável é que, a partir do investimento financeiro de um capitalismo monopolista, por parte do Estado, difundem-se no Brasil as bases sólidas para a integração nacional em torno de uma ideologia oficial de interesse da autocracia burguesa. O projeto de conquista de hegemonia frente à sociedade está intrinsecamente ligado à afirmação e propagação de uma política de incentivo ao desenvolvimento desse mercado de bens simbólicos, que pudesse permitir a integração nacional e o controle de corações e mentes no país.

Dentro da perspectiva dessa pesquisa, o principal objetivo nesse ponto é chamar atenção para o processo de esvaziamento político que a autocracia burguesa coloca em prática, a partir da segunda metade da década de 1960, e toda a modernização observada no setor de telecomunicações. Se durante as décadas de 1940 e de 1950 o fenômeno do rádio ainda não pode ser compreendido como um exemplo de indústria cultural efetiva, por não ter o caráter integrador que caracteriza esse conceito, é a partir do incentivo estatal ao surgimento de um amplo sistema de telecomunicações, e a consequente propagação da televisão aos lares brasileiros, que observamos na prática o processo de naturalização das contradições sociais do regime, a cooptação de intelectuais para trabalhar dentro da própria indústria e o incentivo a uma cultura oficial, porém, não nacional popular. Como afirma Carlos Nelson Coutinho:

[...] Outro fator negativo que não pode absolutamente ser subestimado - tanto mais que reproduz umas tendências mais negativas na formação da intelectualidade brasileira - é que a indústria cultural monopolista aparece como um novo e poderoso meio de cooptação dos intelectuais pelo sistema de dominação, do qual essa indústria é hoje destaque. Em outras palavras: essa indústria cultural aparece como uma nova e eficiente forma de cortar a ligação dos intelectuais com a realidade nacional - popular, da qual poderiam ser - se os organismos culturais da sociedade civil fossem mais pluralistas - uma articulação orgânica como disse Gramsci. Os altos salários pagos pelos monopólios da cultura funcionam como um poderoso atrativo. Por outro lado, a divulgação da cultura requer, agora, um capital mínimo (Marx) indispensável em épocas anteriores, quando predominavam métodos que poderíamos chamar de artesanais ou semi artesanais. (Coutinho, 1943, p.64)

Para que se concretizasse o fenômeno da indústria cultural e a tentativa de integração nacional, em torno de uma hegemonia por parte do estado autoritário e burguês, devemos destacar o papel fundamental que passa a ter a televisão a partir da segunda metade dos anos 1960. Em 1970 já existiam 4 milhões 259 mil residências com um aparelho televisor. Houve, claramente, um incentivo a produção nacional de televisores e um melhor acesso ao consumo do produto, principalmente pela população urbana, o que praticamente eliminou a necessidade de importação dos aparelhos. Dessa forma, o incentivo estatal ao desenvolvimento de grandes conglomerados privados de comunicação fazia parte do objetivo de ter uma integração, cada vez maior, em diversos setores da sociedade brasileira.

O que fica evidente é a importância que os grandes conglomerados de mídia passam a dar para o elemento televisivo a partir da primeira metade dos anos 1970. A implementação dessa indústria cultural, sem dúvida alguma, modifica a relação de todo corpo social com a cultura, uma vez que ela passa a ser compreendida como parte de um investimento comercial. Os grandes empresários do setor de telecomunicações sabiam que precisavam do suporte estatal para continuar evoluindo mercadologicamente no país, o que explica a TV Globo e a TV Tupi terem assinado um protocolo de autocensura em 1973, objetivando, claramente, conquistar o mercado a todo custo (Ortiz, 1994). O capitalismo monopolista estatal (CME) era peça fundamental para aqueles que queriam ter o “monopólio da fala”, que objetivavam controlar a linguagem e reorganizar a cultura brasileira sob seus interesses particulares. Muniz Sodré, em *O monopólio da fala*, livro publicado em 1977, já chamava a atenção para o poder que a televisão exerce sobre o espectador ao eliminar o diálogo – transformando o espectador em uma espécie de voyeur do ambiente social. O monopólio de produção de discurso agiria, assim, de acordo com os interesses das grandes corporações, das multinacionais. Não é um verdadeiro diálogo, é uma abstração, e por isso, a mercantilização e difusão da televisão foram fatores fundamentais no projeto de conquista da hegemonia pela autocracia burguesa. Afirma Muniz Sodré que, “nesta abstração baseia-se o controle social do diálogo”. (Sodré, 1977, p.22)

Dessa forma, podemos afirmar que a época do chamado “vazio cultural” se configurou como um momento de repressão total por parte da autocracia burguesa, que a partir do AI-5 passou a ter o objetivo principal de conseguir sua hegemonia - frente à sociedade brasileira - ao tomar o controle do mundo da cultura. Como dissemos anteriormente, a expressão “vazio” reflete uma leitura sobre o momento posterior à repressão direta do Estado sobre a sociedade civil, onde a luta jamais cessou, mas pode ser considerada uma abstração do processo

histórico se não for compreendida apenas como uma expressão do caráter qualitativo do ponto de vista crítico. Como afirma Carlos Nelson Coutinho:

De Imediato, esse processo de monopolização da indústria cultural gerou uma forte expansão qualitativa dos chamados bens culturais, o que, antes de mais nada, serviu para ocultar o fenômeno do vazio cultural [...] Além disso, seria ocioso lembrar o fato de que na generalização da lógica capitalista e monopolista no plano da cultura provoca um espontâneo privilegiamento do valor de troca sobre o valor de uso dos objetos culturais. O que abre caminho para a criação (indústria cultural) e difusão de uma pseudocultura de massas que, transmitindo valores alienados serve como instrumento de manipulação das consciências a serviço da reprodução do existente. (Coutinho, 1999, p.64)

A atuação governamental durante o regime civil militar deixa exposta a preocupação extrema do regime em relação à área cultural com a criação do Conselho Federal de Cultura, ainda em 1966 e, também, o cuidado em elaborar uma Política Nacional de Cultura. Como observamos, o período de 1964 a 1968 viu ascender uma hegemonia cultural esquerda, anti-imperialista e anticapitalista, o que resultou no aumento das convulsões políticas e críticas ao regime e no endurecimento total da Ditadura a partir do AI-5. Tais ações, posteriormente, relacionam-se tanto com o projeto de modernização do país e o incentivo ao estabelecimento de uma poderosa indústria cultural quanto com os objetivos de Integração e Segurança Nacional, caracterizando-se pela censura a determinado tipo de produção cultural, investimentos em infraestrutura e criação de órgãos estatais voltados a formular e implementar a política cultural oficial.

Então, o período do suposto “vazio cultural” denunciado por Alceu Amoroso Lima corresponde ao momento posterior ao AI-5 e à gestão do ministro Jarbas Passarinho à frente do MEC, de 1969 até 1974, quando foi sucedido pelo ministro Ney Braga – que mais tarde criaria a Funarte. Era evidente que existia uma preocupação sistemática da autocracia burguesa com a cultura, que tinha crescido de forma contestatória nos primeiros anos do regime. Em conferência da Escola Superior de guerra, em 1969, o então ministro Tarso Dutra afirma que “o plano de reforma educacional não estaria completo sem a cobertura na linha da cultura”. Segundo José Paulo Netto:

A intervenção imediata do Estado se dá no circuito da difusão dos produtos culturais; neste domínio é que a política cultural se instrumentaliza diretamente, mediante os mecanismos mais variados (repressão; censura; divulgação segmentar e seletiva, programas de apoio econômico, subsídios e convênios diversos etc.). De qualquer maneira, porém, esta intervenção direta acaba por rebater, se não na produção cultural stricto sensu, pelo menos na existência social do produto cultural: esta é uma variável da sua possibilidade de comunicação, que determina a sua apropriação social – se não for socializado (o que a política cultural, enquanto

ordenadora da difusão, pode obstar) ele carecerá de existência social efetiva. Numa palavra: a seletividade e o estrangulamento na difusão comprometem o próprio desenvolvimento da produção. (Netto, 2006, p.46)

Em janeiro de 1973, o ministro Jarbas Passarinho cobrou que o conselho elaborasse diretrizes para uma política nacional de cultura, já que a aplicação do plano formulado anteriormente tornou-se inviável. Gabriel Cohn analisa, no artigo “A concepção oficial da política cultural nos anos 70”, dois documentos que são expressões formais da atenção despendida pelos governos militares para a formulação e implementação de uma política cultural para o país. O primeiro documento é o que resulta do pedido do ministro Jarbas Passarinho e chama-se *Diretrizes para uma Política Nacional de Cultura*, de 1973; o outro, é “Política Nacional de Cultura”, de 1975. O autor destaca que a primeira metade da década de 1970 teria sido marcada:

[...] pela elaboração de propostas programáticas mais abrangentes mas com escassos efeitos, e o período subsequente se caracterizaria pela diversificação e redefinição dos temas relevantes, numa ótica mais operacional e cada vez mais propriamente política, e pela renovação institucional, iniciada pela criação da Funarte em 1975. (Cohn, 1984, p.87)

Enquanto o Conselho Federal de Cultura trabalhava na elaboração das diretrizes para a política cultural, a ação do Estado concentrava-se em “desbaratar as forças adversárias e neutralizar sua produção com vistas a assumir o processo cultural no passo seguinte”. (Cohn, 1984: 87) Isto é, atuava por meio da censura e da intervenção nas instituições culturais com o intuito de romper a “hegemonia cultural da esquerda” para, no momento seguinte, assumir o controle do processo cultural. No documento intitulado *Diretrizes*<sup>13</sup> podem ser observados os objetivos básicos para uma política nacional no plano da cultura: 1 - a preservação do patrimônio cultural, 2 - o incentivo à criatividade e a difusão das criações e manifestações culturais e 3 - a difusão seria a responsável pela democratização da produção cultural, através da qual o governo faz retornar à nação o que foi produzido. Todavia, o plano possuía 10 pontos fundamentais para a realização de uma política nacional de cultura vinculada ao processo modernizador: 1- Criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Cultura; 2 - Criação do Serviço Nacional de Música; 3 - Criação do Serviço Nacional de Artes Plásticas; 4 - Criação do Serviço Nacional de Folclore; 5 - Levantamento e cadastramento dos bens culturais, cuja defesa seja obrigação do poder público; 6 - Estímulo ao funcionamento e à

---

<sup>13</sup> **Diretrizes para uma política nacional de cultura.** Boletim do Conselho Federal de Cultura, ano 3, n. 9.

criação dos conselhos de cultura; 7 - Criação das casas de cultura; 8 - Implantação de um sistema de colaboração entre as universidades federais, estaduais e privadas, em seus diversos institutos, como estímulo aos estudantes para o estudo e conhecimento da vida cultural do país; 9 - Recuperação e restauração de bens privados tombados, desde que comprovada a incapacidade financeira dos proprietários; 10 - Financiamentos de projetos de natureza cultural.

Cohn pretende demonstrar, por meio da análise dos referidos documentos, que a atuação dos governos desse período no âmbito da cultura foi deliberadamente planejada e afirma que a busca de uma política nacional de cultura realmente existiu nessa fase crucial dos anos 1970, e que seu objetivo era bem definido, a codificação do controle sobre o mundo da cultura.

[...] O regime pós-AI-5 pode não ter logrado alcançar a hegemonia cultural, mas certamente a buscou e lhe deu importância, à sua maneira. Resta então ver como os principais documentos produzidos na época indicam isso. (Cohn, 1984, p.88)

Portanto, é importante ressaltar que durante o período do “aparente vazio” e a gestão de Jarbas Passarinho no MEC foi criado o Plano de Ação Cultural (PAC), um projeto para o financiamento direto de eventos culturais com espetáculos de música, teatro, cinema e folclore, que deixava clara a tentativa da autocracia burguesa em direcionar a cultura. O PAC tinha o objetivo de abranger os setores de patrimônio, as atividades artísticas e culturais – prevendo ainda a capacitação de pessoal para viabilizar o projeto. Ocorria, portanto, um fortalecimento no controle da área cultural por parte da autocracia burguesa, em que o processo de censura e violência articulado contra as formas culturais ditas “subversivas” vinha acompanhado de um forte investimento por parte do Estado para direcionar produção cultural, educacional e política do país. Quando Alceu Amoroso Lima se referiu ao período como “vazio”, desconsiderou que no lugar de uma cultura letrada e humanista, a autocracia burguesa incentivaria uma cultura irracional e escapista, configurando o que José Paulo Netto apontou como “lapso do vazio”.

## **Capítulo 2: Brasil recente: Permanências do golpe e o aparente “vazio” hoje**

### **2.1 Redemocratização ou democratização por cooptação: permanências da Ditadura no aspecto político**

Pretendemos aqui resgatar uma análise de matriz marxiana para negar a categoria do “vazio” dentro de uma concepção política das permanências do golpe civil militar. O Estado, como previa Marx, é entendido, necessariamente, dentro de um interesse particular de classe, que precisa se apresentar como universal para o conjunto da sociedade, visando sua hegemonia na organização da cultura e na manutenção da ordem vigente. O modelo burguês de gerir o Estado no Brasil, que anteriormente se mostrava nitidamente como Estado coerção, apresenta-se hoje como Estado democrático, numa transição que podemos identificar como “revolução passiva”, como apontou Gramsci, onde o modo burguês - ainda capaz de realizar transformações sociais - visa à manutenção de status quo e mantém o antagonismo entre classes. Para isso, a democracia liberal não elimina a coerção, ela a pressupõe. Portanto, um apaziguamento de classes ou um fim da história (vazio) não parece representar o movimento real do momento particular de nossa história recente.

O fim da Ditadura Militar (1964 -1985) no Brasil foi permeado de diversos conflitos que resultaram numa reformulação da sociedade civil e no papel do Estado, que, teoricamente, deixava de ser um Estado autoritário para converter-se num Estado democrático. Direitos foram conquistados e outras reivindicações tiveram suas lutas tensionadas, no processo que culminaria na chamada “transição democrática” – mas, gostaríamos aqui de problematizar sobre qual democracia estaríamos falando, já que nossa visão se pauta pela observação das heranças deixadas pelo rompimento democrático de 1964 na atual sociedade brasileira.

De acordo com a análise de Marx, poderíamos afirmar que é errado supor que a democracia de uma sociedade se apoiaria na aceitação de valores universais, como liberdade individual, igualdade ou participação política como fundamentos que garantiriam uma realização social plena e sem obstáculos. Porém, dentro dessa visão idealizada percebemos que os fatores que dificultam a prática democrática são tratados como casos isolados pela sociedade burguesa, como por exemplo, o caso da desigualdade social no Brasil, herança histórica de nosso processo excludente. Dessa forma, iniciamos esse ponto problematizando a

democracia que resultaria da chamada “transição democrática” e o que resta desse processo na sociedade atual. Entendemos que democracia é um conceito complexo, que precisa ser problematizado para responder uma infinidade de contradições presentes na atual sociedade capitalista. Não nos cabe aqui fazer uma reflexão profunda sobre as transformações em torno do conceito ao longo da história (que não foram poucos), mas tentar demonstrar que os limites impostos pela sociedade capitalista que vivemos é que delimitam e direcionam as possibilidades reais da prática daquilo que seria democracia no mundo contemporâneo.

A sociedade burguesa, como bem observou Marx, se pauta pela preservação do direito à propriedade privada como princípio inquestionável – processo que resulta em uma sociedade de classes desiguais, formada entre aqueles que possuem os modos de produção e aqueles que subordinam sua força de trabalho por serem desprovidos das mesmas propriedades. Temos, então, uma observação teórica que, desde Marx, muitos autores enfatizam ao analisar a sociedade capitalista: a democracia burguesa não pode esconder, exceto em determinados momentos, seu fundamento contraditório, justamente por estar assentada sobre relações desiguais e, simultaneamente, de afirmar-se idealmente pela igualdade dos indivíduos-cidadãos. Recorremos a Marilena Chauí:

A democracia liberal não é, pois, a democracia, nem a não democracia, mas o trabalho histórico de uma sociedade de classes na qual a separação entre relações de produção e relações políticas permite a uma formação social [...] apresentar-se perante si mesma como politicamente democrática. (Chauí, 1993, p.205)

A sociedade burguesa mascara suas contradições atrás de uma suposta realização democrática para legitimar a divisão entre classes e a desigualdade social, na qual, a simples participação popular no pleito eleitoral seria o elemento que afirmaria os poderes populares sobre a democracia, legitimando a máxima que diz: “todo poder emana do povo”. Ao problematizar essa questão, o Estado não pode ser entendido como representante do povo, pois existem mecanismos muito mais profundos dentro da esfera do poder que não se revolvem com a mera participação popular no voto direto. Quanto mais arraigada e explícita se mostra a desigualdade substantiva (Mészáros, 2007) do modo de produção capitalista, mais importante se torna a defesa da igualdade formal, abstrata. Com isso, podemos apontar elementos fundamentais que constituem esse tipo de sociedade: a) O Estado não representa os interesses do público, mas se retroalimenta das desigualdades sociais existentes; b) a grande maioria dos indivíduos está excluída da maioria da riqueza produzida pela sociedade, uma vez que, como observou Marx, a sociedade burguesa tem uma forte tendência à concentração de



sua produção material nas mãos de poucos. É possível afirmar, portanto, que cada sociedade cria sua democracia possível dentro da ordem capitalista vigente em determinado contexto histórico. O que não se configura uma democracia real, mas restrita.

Durante o início do desmantelamento do governo ditatorial no Brasil, em meados dos anos de 1970, muito se discutiu sobre democracia e os rumos da sociedade brasileira dentro da chamada “transição democrática”, proposta pelos militares, justamente por ser um país que vinha de uma longa tradição escravista e autoritária, de transformações políticas sempre excludentes - principalmente na eficácia de travar toda e qualquer tentativa democratizante advinda das classes subalternas numa intensa e permanente *contrarrevolução preventiva* (Fernandes, 1976). Com isso, era de se esperar alguma reflexão profunda sobre os rumos que a sociedade brasileira iria traçar.

Carlos Nelson Coutinho, em 1979, escreveu o ensaio “democracia como valor universal”, no qual buscou elucidar que era preciso entender a democracia não como um estado de coisas em si, mas como um processo. Para esse autor, a democracia deveria ser o norte das lutas sociais das classes trabalhadoras e essas não poderiam deixar de considerar como democrático seu projeto de superação das desigualdades sociais entre classes. Entendendo que não se tratava de um simples “princípio tático”, considerava que a democracia política era um “valor estratégico permanente”. (Coutinho, 1979).

Na visão de Carlos Nelson Coutinho, mesmo um Estado excludente e que se alimenta do antagonismo entre classes sociais, guarda brechas para conquistas graduais das classes trabalhadoras e por isso as etapas de luta por direitos seriam o processo democrático natural para emancipação da classe trabalhadora no Brasil, ou seja, a busca incansável pela democracia como valor universal. Entretanto, a visão de Carlos Nelson não foi unanimidade entre os pensadores daquele período. Florestan Fernandes, por exemplo, entendia que a democracia não era desejo único e exclusivo das classes subalternas, sendo o projeto de democratização desejado por amplos setores conservadores da sociedade, principalmente setores burgueses dos ramos industriais. Segundo Florestan:

Os setores dissidentes dos vários estratos da burguesia ligaram a luta contra a ditadura à proteção de seus interesses de classe e, principalmente, à preservação e ao fortalecimento da ordem burguesa existente (em termos das injustiças e iniquidades inerentes ao capitalismo associado e à industrialização maciça na periferia). Por essa razão põem tanta ênfase no Estado de direito, no papel do parlamento numa democracia representativa e na conciliação dos interesses de classes vitais para a Paz Social. (mito que nasceu sob o Estado Novo). (Fernandes, 1980, p.57, grifos do autor)

Toda essa configuração difusa sobre o processo de democratização não elimina o protagonismo das forças subalternas no aprofundamento das lutas por direitos sociais da segunda metade da década de 1970, no qual a própria característica autoritária da autocracia burguesa fez emergir forças sociais que se encontravam antes neutralizadas pela coerção do Estado e agora disputavam melhorias no seio da sociedade civil no momento de sua reorganização. Segundo Francisco Oliveira, essa configuração criou uma espécie de nova invenção política no Brasil contemporâneo, não uma transição lenta e gradual forjada pela classe dominante durante o governo Geisel, mas conduzida pelo aumento do protagonismo dos setores “de baixo”.

No Brasil, a política é uma invenção das classes dominadas. Elas foram capazes de deslocar a política dos eixos que o Estado autoritário fazia transitar para um outro eixo, para o eixo do desafio à ordem autoritária. Isso aparecia sob diversas formas. Aparecia na contestação da política salarial do governo pelos principais sindicatos. [...] Aparecia na mudança do eixo da política autoritária para as reivindicações sociais, deslocando o eixo para a política das reivindicações. (Oliveira, 2001, p.56)

Obviamente isso não quer dizer que o Brasil passava por um processo de democratização integral de sua sociedade, nem mesmo com as conquistas de direito ao voto ou com a reorganização de partidos políticos (inclusive pelos trabalhadores), do mesmo modo que não podemos reduzir esses ganhos sociais a conquistas inúteis ou insignificantes, já que as lutas pela Anistia ou pela Constituinte foram, massivamente, puxadas pelos “de baixo”. É desse confronto que, enfim, resultarão os parâmetros de convivência democrática que se estabilizou em boa parte das sociedades capitalistas desenvolvidas: nelas, o princípio democrático confundiu-se com as demandas dos trabalhadores. (Netto, 2009).

Todavia, podemos identificar dois grupos protagonistas, no momento de tensionamento pela disputa democrática; por um lado, os trabalhadores organizados em diversas composições sociais, como sindicatos, movimentos sociais, etc; de outro, a classe dominante historicamente preponderante no Brasil - que visava à manutenção de seu status quo, mesmo que isso resultasse em ceder algumas vitórias a classe trabalhadora. Foi possível passar de um regime autoritário para um Estado democrático de direito, mas que não visasse transformações estruturais na sociedade e a modificação na estrutura econômica-histórica, ou seja, uma mudança que não viabilizasse uma democratização efetiva sobre os rumos do país. Há aqui uma mudança significativa de postura de setores dominantes da sociedade. Se esses setores se transfiguraram em elementos claramente reacionários durante o golpe de abril de

1964, agora se travestem de progressistas ao apoiar a redemocratização. Segundo José Paulo Netto, entre o conservadorismo, que pode ceder a conquistas progressistas para se manter como classe dominante, e a perspectiva reacionária, que rejeita qualquer direcionamento progressista, existe uma mudança que precisa ser levada em consideração na análise da sociedade burguesa de e seus desdobramentos contemporâneos.

Segundo Florestan Fernandes, a abertura democrática não consolidou um avanço para a democratização da sociedade brasileira, mas sim a manutenção do projeto de contrarrevolução preventiva articulado pelas classes dominantes com a intenção de travar o ímpeto democratizante que vinha dos setores subalternos, exigindo mais direitos e conquistas sociais. Redemocratizar a sociedade seria, portanto, uma alternativa para a manutenção do status quo da classe burguesa no Brasil, no qual o objetivo era restringir o impacto das forças sociais que lutam pela revolução democrática e para reduzir seu espaço político. A “abertura democrática” buscou apenas proteger os “mais iguais” e, no melhor estilo do paternalismo elitista, manter a contrarrevolução por outros meios - o ritualismo eleitoral; uma democracia representativa sob tutela e dotada de dispositivos constitucionais suficientemente fortes para “garantir a segurança nacional” e “defender o Estado”. (Fernandes, 1980).

Para compreender a dinâmica política e social desse período, é preciso considerar o contexto internacional e a crise econômica que acometeu os países periféricos no fim dos anos 1970 e início dos anos 1980. Importante lembrar que o capitalismo brasileiro se desenvolveu com base na subordinação às leis do capitalismo internacional, nas quais a superexploração da força de trabalho garantiu elevados ganhos de setores burgueses da sociedade. Após o período do “milagre” (1969-1973), a crise econômica internacional logrou aos países periféricos, perfilados às leis do mercado internacional, momentos difíceis em suas economias. O início dos anos de 1980 foi um período conturbado para a economia brasileira, uma vez que o forte desequilíbrio no setor público e o aumento do endividamento externo – fruto da própria política econômica da época do falso “milagre econômico” – se agravavam com o tensionamento da questão social. Porém, a situação brasileira não deve ser entendida como fato isolado, pois a crise econômica internacional do sistema capitalista atingiu a maioria dos países periféricos dependentes, em toda a América do Sul.

A queda do padrão de vida da população, o desemprego, o descontrole da inflação e o aumento do protagonismo dos movimentos sociais inviabilizavam a reforma do regime ditatorial brasileiro, dentre esses movimentos sociais destaca-se o movimento sindical que, segundo José Paulo Netto (2006), aparece no cenário brasileiro com um “nítido corte classista”. A campanha das Diretas Já demonstra a junção de forças entre diversos

movimentos sociais e autônomos que inviabilizavam a reforma do regime - tendo na redemocratização do país sua principal bandeira de lutas -, o que forçava as correntes conservadoras a apoiarem uma reorganização política do país sempre visando a manutenção de seu status de classe dominante. Dentre as formas encontradas para viabilizar essa manutenção, a atitude conciliatória entre as forças conservadoras e o que restou do regime tratavam agora de uma transição conciliatória - que depois da derrota do Arena nas eleições para os governos estaduais em 1982, tem na candidatura presidencial do civil Tancredo Neves seu principal expoente político.

Francisco Oliveira (2002) observa que a derrota da campanha Diretas Já, em 1984, e a nomeação do presidente da república via colégio eleitoral configuravam o início da transição conservadora e o primeiro golpe da redemocratização brasileira, uma vez que o colégio eleitoral que indicou Tancredo Neves à presidência era formado por diversos apoiadores do regime ditatorial. Com a morte de Tancredo, antes mesmo da posse, assume José Sarney, seu vice, um defensor nato do regime autocrático burguês de 1964.

Não é nosso objetivo aqui fazer um percurso histórico da redemocratização até os dias atuais, gostaríamos de retomar, então, a discussão iniciada por Florestan Fernandes sobre o processo da revolução burguesa no Brasil e apontar análises atuais sobre as possibilidades que ainda se encontram presentes. Buscamos problematizar o conceito de democracia e a forma como o Brasil se movimentou de um regime ditatorial para um suposto Estado democrático de direito, ao demonstrar as contradições temos o objetivo de abrir uma análise sobre a continuidade ou o fim do projeto da revolução burguesa a que se referiu Florestan Fernandes. Afinal, a ordem burguesa se consolidou ou não em nosso país?

Segundo Florestan Fernandes, a autocracia burguesa seria um objetivo temporário sempre que a ordem dominante sofresse uma crise de hegemonia. Com o declínio do regime ditatorial e o processo de abertura democrática, Florestan aponta dois caminhos possíveis para a sociedade brasileira: o primeiro seria uma transição da ditadura para um regime novamente autocrático conservador - irreduzível e violento contra os movimentos sociais -, que, ainda de forma alterada em relação ao regime ditatorial, manteria o caráter dominante das classes burguesas no Brasil e sua vigilância contra qualquer alteração proposta pelos “de baixo”. O segundo caminho seria uma mudança no pensamento da ordem burguesa que aceitaria dar pouco aos trabalhadores em troca do apoio desses à ordem vigente, naquilo que Florestan Fernandes denominou democracia por cooptação. Devido ao quadro estabelecido em meados dos anos de 1970, o autor descarta a segunda opção e reafirma a manutenção do processo autocrático das classes dominantes no Brasil:

Até onde pudemos chegar, por via analítica e interpretativa, não padece dúvida de que as contradições entre a aceleração do desenvolvimento econômico e a contrarrevolução preventiva só podem ser resolvidas, “dentro da ordem”, não pela atenuação, mas pelo recrudescimento do despotismo burguês. (Fernandes, 1976)

Entre as análises de Florestan Fernandes e Carlos Nelson Coutinho existem diferenças importantes sobre o caminho a ser percorrido pela redemocratização brasileira. Enquanto Florestan confia na impermeabilidade do Estado Burguês e na necessidade de uma articulação de caráter socialista e organizada, Carlos Nelson confia em um “reformismo revolucionário” que se apoia no fortalecimento da sociedade civil e no acirramento das tensões de classes como resultado do declínio da Ditadura.

Dessa forma, o aumento do protagonismo das classes subalternas obrigaria os setores dominantes a cederem em alguns pontos. Se para Florestan a revolução fora da ordem é improvável, devido a intransigência do Estado Burguês, para Coutinho o fortalecimento da sociedade civil dentro da ordem permitiria etapas de conquistas para superação do capitalismo no Brasil. Do governo Sarney até os governos de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso, parece que as observações de Florestan Fernandes estavam acertadas, uma vez que, o autor entendia que sem um movimento partidário articulado com os trabalhadores ficava cada vez mais difícil a disputa pela hegemonia na sociedade civil. Com isso, somente um movimento ligado às classes trabalhadoras poderia inicialmente fazer uma revolução dentro da ordem, para ampliar sua participação democrática e apontar as exigências dos “de baixo” para, por fim, realizar a revolução fora da ordem, uma revolução socialista. E é no movimento sindical do ABC paulista no fim da década de 1970 que Florestan acredita ter início esse processo. Ao analisar as diferenças entre as visões dos dois autores, Mauro Luís Iasi (2015) afirma que é preciso ressaltar a influência que Carlos Nelson Coutinho teve no Partido dos Trabalhadores. Suas formulações teóricas sobre o movimento que se formava não é direta nem pessoal apesar de sua adesão ao PT, mas muito mais no sentido daquele contexto cultural específico:

(...) constituem um elemento importante na constituição daquilo que se denominou de estratégia Democrática e Popular. Podemos, sinteticamente apontar os seguintes aspectos: a) a centralidade da questão democrática; b) a convicção segundo a qual o processo de democratização aberto pela crise da ditadura alterou a correlação de forças e permitiu a consolidação de uma sociedade civil forte; c) uma concepção “ampliada” de Estado na qual esta correlação de forças poderia imprimir uma direção política ao Estado que não poderia mais ser visto como o “comitê executivo dos interesses burgueses”, mas como síntese da luta entre as classes; d) a possibilidade de reformas radicais produzirem “gradualmente” mudanças estruturais que levariam a superação do capitalismo. (Iasi, 2015)

A afirmação da estratégia democrático popular pelo Partido dos Trabalhadores em 1979 é evidente, uma vez que propunham uma aliança entre os setores explorados pelo capitalismo (trabalhadores urbanos, rurais, movimentos sociais e sindicais) em uma adesão de massas que se chocaria com o Estado Burguês, confirmando a previsão de Florestan Fernandes de uma revolução dentro da ordem para desencadear a revolução socialista. De acordo com Mauro Luís Iasi, a perspectiva democrática popular é abandonada com o aumento da possibilidade de vitória do Partido dos Trabalhadores no fim de 2011, depois de três derrotas presidenciais com Lula em 1989, 1994 e 1998. A instabilidade econômica e o aumento do desemprego no fim do Governo FHC davam, pela primeira vez, condições reais de vitória a Lula. Tal formulação contrasta profundamente com os termos do 12º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores que antecede sua chegada pela primeira vez ao Governo Federal, em 2002, quando afirma que:

Um novo contrato social, em defesa das mudanças estruturais para o país, exige o apoio de amplas forças sociais que deem suporte ao Estado-nação. As mudanças estruturais estão todas dirigidas a promover uma ampla inclusão social – portanto distribuir renda, riqueza, poder e cultura. Os grandes rentistas e especuladores serão atingidos diretamente pelas políticas distributivistas e, nestas condições, não se beneficiarão do novo contrato social. Já os empresários produtivos de qualquer porte estarão contemplados com a ampliação do mercado de consumo de massas e com a desarticulação da lógica financeira e especulativa que caracteriza o atual modelo econômico. Crescer a partir do mercado interno significa dar previsibilidade para o capital produtivo. (12º Encontro Nacional, 2001)

Diferentemente do processo democrático nacional proposto pelo PCB no período anterior ao golpe de 1964, o Partido dos Trabalhadores cresce junto à classe subalterna ao propor um nítido corte de classes nos seus primeiros encontros, porém, como aponta Mauro Iasi (2015), a partir do 12º encontro do partido em 2001, a proposta democrático popular petista, que não aceitava nenhum diálogo com as classes dominante, abre caminhos para uma forma conservadora de governo que atuaria dentro dos limites da ordem e subordinado a ela quando propõe alianças não somente com as classes trabalhadoras, mas também com a burguesia brasileira. O que era democrático popular virou somente democrático, englobando toda a sociedade em torno de um projeto de crescimento econômico com distribuição da renda nacional, tendo como bandeira principal o combate à fome e à pobreza extrema - logicamente numa proposta que beneficiaria a manutenção do status quo da histórica classe dominante brasileira.

Ainda de acordo com Mauro Luís Iasi, não podemos apenas supor que o abandono da estratégia democrática popular desencadearia em um projeto pragmático conservador – é necessário acompanhar o movimento real das forças que disputam o poder em escala nacional. Ao analisarmos o processo dos últimos governos petistas na república brasileira, observamos que a metamorfose continua e amplia-se o leque de alianças para tornar possível uma governabilidade dentro da ordem, e sem ameaçar a mesma. A meta do crescimento econômico capitalista e a lógica de defesa do nacional não têm qualquer perspectiva anti-imperialista, mas aparece como interesse geral acima das particularidades de classe. Mauro Iasi, então, observa:

O que de fato determina a possibilidade de execução do programa democrático popular original (contra os monopólios, o latifúndio e o imperialismo que só se completaria com uma ruptura) seria uma correlação de forças que permitisse chegar ao governo e dispor de apoio popular para executar as reformas radicais. Ora, na equação real a maneira de consolidar o apoio popular pelas reformas e a possibilidade de chegar ao governo para executá-las se mostram, pelo menos ao juízo da maioria que se formou no PT e o controla, como antagônicas, isto é, a radicalidade que consolida um apoio à transformações democráticas que só se completariam em uma ruptura socialista, estreitaria a base eleitoral que permitiria a chegada ao governo. (Iasi, 2015)

Sabemos que ao optar pela governabilidade dentro da ordem e sem ameaçá-la, o Partido dos Trabalhadores amplia suas alianças, elabora um programa moderadamente pragmático, caminha, cada vez mais, em direção ao centro e afasta-se da radicalidade que levaria ao acúmulo de forças necessário para romper com a ordem burguesa e levar à frente as reformas radicais de que necessitavam as classes subalternas brasileiras.

Como vimos com Florestan Fernandes, o problema da burguesia nacional, dado o caráter dependente e associado do capitalismo brasileiro, era o estreito limite em que a classe dominante poderia operar sua hegemonia. Nos termos apresentados por Florestan, a burguesia precisava ampliar sua ordem para além dos limites estreitos burgueses/oligárquicos, criando as condições de uma hegemonia externa que sairia desse pequeno círculo. Para que isso fosse possível, era necessário cooptar os de baixo, ou seja, uma ampliação que só poderia acontecer numa democracia por cooptação. Esse modelo de democracia esbarraria na intransigência dos setores burgueses em oferecer algo à classe trabalhadora. Por outro lado, os trabalhadores não aceitariam a cooptação com o pouco que as classes burguesas estariam dispostas a oferecer-lhes. De acordo com Mauro Luís Iasi (2015), o PT resolve essa equação. Reorganizou o impasse em torno de uma alternativa que garantisse os patamares de acumulação de capitais e garantiu o apassivamento dos trabalhadores nos limites permitidos pela ordem em dois

aspectos essenciais: emprego e capacidade de consumo, para os empregados, e programas sociais compensatórios, focalizados e neo-assistenciais, para os miseráveis. Ainda segundo Iasi:

No lado da acumulação de capitais os 10% mais ricos que em 1989 acumulavam 53,2% da riqueza nacional passam em 2008 a acumular 75,4% desta riqueza, enquanto aqueles submetidos à miséria absoluta que viviam com menos de U\$ 2,00 ao dia, hoje, graças aos programas compensatórios, passaram a viver com U\$ 3,00 ao dia, ou seja, saíram da miséria absoluta para viver na miséria. Nada mais ilustrador dos termos de uma “democracia de cooptação”. (2015)

É importante analisar que a materialização de uma democracia por cooptação, não representa a consolidação total da hegemonia burguesa frente à sociedade civil brasileira, de forma que eliminasse as lutas e tensões sociais dos anos de 1980 e 1990. Pelo contrário, a democracia por cooptação não resolve os problemas estruturais da sociedade - que aparecem e reaparecem em forma de crise de insatisfação, como fica evidente nos protestos nacionais de junho de 2013. Com isso, percebemos que, com o acirramento das questões não resolvidas pela democracia por cooptação, aparece novamente o aspecto coercitivo do Estado burguês – e, para legitimar o consenso da maioria, esse Estado precisa, antes de tudo, convencer a opinião pública sobre suas ações e se faz isso pela mão dos “chamados órgãos de opinião pública – jornais e associações”. (Gramsci, 2007, p.95)

Portanto, nossa análise teve como objetivo apontar que apesar da democracia por cooptação nos últimos anos, o acirramento das tensões não vai cessar. A insatisfação e os interesses de classes podem aparecer de forma desorganizada e/ou empobrecida devido à violência de todo processo histórico, mas estarão sempre presentes em momentos de crise. O Estado burguês na forma ditadura transitou para o Estado burguês na forma democracia - e hoje reafirma, cada vez mais, sua inclinação para a direita neoliberal como querem as classes dominantes que continuam vendendo seus interesses particulares como se fossem universais. A manutenção do capitalismo e do elemento coercitivo do Estado (permanência viva dos tempos do Estado coerção) é o resultado da contradição entre os interesses de classes, que continuam antagônicos, mesmo que sob a máscara ideológica e pessimista de um “vazio cultural” e político ou de um falso apaziguamento entre as classes.



## **2.2 Permanências da Ditadura no terreno da cultura: a herança autoritária**

O processo de modernização conservadora implantado pela autocracia burguesa no pós-64 buscou, além do intenso esvaziamento político da sociedade civil, favorecer os setores privados vinculados às classes dominantes brasileiras, como vimos anteriormente, no primeiro capítulo. O desenvolvimento da indústria cultural, que já era realidade antes de 1964, ganha novos contornos quando o Estado passa a ser o principal articulador de sua expansão. Marcada pela associação do grande capital nativo com o imperialista, a indústria cultural, monopolizada e centralizada, se beneficiou largamente dessa intervenção estatal (Coutinho, 2013). Sem dúvida, o setor da indústria cultural que mais recebeu investimentos por parte da autocracia foi o setor de telecomunicações, desde 1950, e a abertura da economia brasileira ao capital estrangeiro, a integração entre o Estado e os monopólios de comunicação se acentuam - sendo clara a visão manipuladora dos empresários com o objetivo de controlar o processo de radiodifusão no Brasil. O objetivo modernizador e a política de segurança nacional só seriam possíveis com a integração de todo território nacional em torno de uma ideologia própria, e a indústria cultural passa a ser o principal componente visto pela autocracia burguesa capaz de realizar essa junção, de forma que, após o golpe de 1964 os governos militares implantaram uma política modernizadora em todo o sistema de telecomunicações, priorizando a instalação de uma rede de troncos de micro-ondas que, integrada a um sistema de comunicação via satélite (Intelsat, 1969), pudesse interligar todo o território nacional. (Coutinho, 2013).

Vale ressaltar que o código brasileiro de televisão (CBT) foi aprovado pelo congresso ainda no governo de João Goulart, em 1962, e estabeleceu uma política setorial que separou as atribuições do Estado e da iniciativa privada. Ao Setor público, coube a tarefa de expandir a infraestrutura e os serviços, e, a iniciativa privada, explorar essa indústria preparada pelo Estado. A proposta da modernização conservadora articulada pelos militares foi alcançada, uma vez que a expansão da infraestrutura financiada com o dinheiro público permitiu o crescimento do protagonismo dos meios de comunicação no Brasil, favoreceu a conexão entre os principais centros do capitalismo brasileiro e permitiu a entrada de um maior volume de equipamentos estrangeiros para viabilizar o sistema tecnológico necessário ao funcionamento do sistema. O código brasileiro de televisão vigorou até 1997, quando no governo Fernando Henrique Cardoso foi aprovada a lei geral das telecomunicações (LGT) que privatizava o sistema. Como observa Eduardo Granja Coutinho: “claro, com o apoio publicitário dos monopólios da comunicação, que cresceram as suas custas e agora davam sustentação a ação privatista do Estado.”

Como já afirmamos anteriormente, buscaremos entender o papel dos meios de comunicação como aparelhos privados de hegemonia a serviço de determinada classe social, numa concepção gramsciana da luta pela organização da cultura. Para utilizar corretamente o a abordagem gramsciniana, é preciso delimitar fielmente a concepção que o autor marxista tem a respeito do Estado. Em toda nossa exposição tentamos compreender o Estado como a junção entre sociedade política e sociedade civil. A ampliação do conceito que Gramsci propõe advém, em última estância, de Marx, onde ampliar significa expandir para além dos aparelhos unicamente estatais, sendo a sociedade civil a arena de luta pelo controle da cultura. Gramsci não deixa de reconhecer o Estado como organismo de classe e, por isso, os interesses particulares da classe dominante se ampliam para além dos muros burocráticos, passando a se expressar, também, em aparelhos que, embora reconhecidos como integrantes da sociedade civil, apenas complementam a função de dominação que Marx atribuiu ao Estado como *comitê executivo da classe burguesa*. A delimitação dessa metodologia é importante na medida em que é preciso evitar uma leitura equivocada, no sentido gramsciniano, sobre o papel da imprensa burguesa no processo de disputa pela hegemonia no âmbito da sociedade civil.

Todavia, destacamos no ponto anterior as permanências do golpe civil militar no aspecto político e na atuação do Estado como instrumento da classe dominante; com isso, o Estado tem na concepção gramsciniana de hegemonia uma centralidade em torno da luta de classes por consequência das contradições sociais. Quando confrontamos a centralidade que o Estado tem, na concepção gramsciana de hegemonia, com o lugar marginalizado que o discurso das empresas de comunicação atribui a qualquer iniciativa governamental, podemos perceber a atuação desses veículos como verdadeiros aparelhos privados de hegemonia no seio da sociedade civil. É necessário observar que, é por ocupar o espaço da sociedade civil para articular sua dominação, que é próprio do Estado que a imprensa burguesa possa não só prescindir como anular qualquer regulação por parte do governo. Pois, no seu exercício de Estado, fora da esfera burocrática, os aparelhos privados de hegemonia podem corromper inclusive a democracia plena. Virgínia Fontes reúne os elementos necessários para a aplicação dessa metodologia que interessa a este trabalho:

Os aparelhos privados de hegemonia são a vertebração da sociedade civil, e se constituem das instâncias associativas que, formalmente distintas da organização das empresas e das instituições estatais, apresentam-se como associatividade voluntária sob inúmeros formatos. Clubes, partidos, [...] entidades as mais diversas se implantam ou se reconfiguram a partir da própria complexificação da vida urbana capitalista e dos múltiplos sofrimentos, possibilidades e embates que dela derivam.

Não são homogêneos em sua composição e se apresentam muitas vezes como totalmente descolados da organização econômico-política da vida social. [...] Porém muitos partidos políticos e jornais – na maioria das vezes diretamente comprometidos com determinados segmentos de classe – tendem a apagar tal comprometimento, apresentando-se seja como a expressão da “unidade nacional” ou como porta-vozes de uma neutralidade informativa inexistente. Todos, porém, são formas organizadas que remetem às formas da produção econômica (a infraestrutura) e política (ao Estado), embora sua atuação seja eminentemente de cunho cultural (Fontes, 2010).

Desses aparelhos privados de hegemonia que atuam na sociedade civil, a Rede Globo de Televisão é, sem dúvida, um importante instrumento ideológico a serviço das classes dominantes, com impacto direto no terreno da cultura e herança viva da modernização conservadora proposta pela autocracia burguesa. Observaremos brevemente seu processo de formação. A Rede Globo de Televisão é hoje conhecida internacionalmente como um dos maiores impérios de comunicação do mundo, sua formação remonta a década de 1960, quando ainda era chamada somente de TV Globo. Atualmente é a maior rede de televisão do país (e também da América Latina) e a segunda maior no planeta. Possui cinco emissoras pela Brasil: TV Globo Rio de Janeiro, TV Globo São Paulo, TV Globo Minas, TV Globo Brasília e TV Globo Nordeste, além de 117 emissoras afiliadas presentes em todas as partes do Brasil. Esse imenso poderio televisivo também controla as principais empresas de comunicação impressa do país, abarcando os principais jornais, revistas, editoras, além de gravadoras, canais abertos, a cabo, etc. O criador de todo esse império foi o jornalista Irineu Marinho, que era proprietário do jornal *A Noite* e fundou o jornal *O Globo*, em 1925, para concorrer com as principais publicações impressas do país. Depois de seu falecimento, quem assume a direção da empresa é seu filho, Roberto Irineu Marinho, que, em 1944, cria a rádio Globo no estado do Rio de Janeiro. Dez anos mais tarde, ele busca a expansão de suas emissoras e consegue pela primeira vez uma concessão junto ao Estado para um canal de televisão em 1957 durante o governo de Juscelino Kubistchek.

Apesar da concessão obtida, a rede Globo somente vai ao ar em 1965, pois a situação do grupo só ganha novos capítulos na aproximação com o consórcio de comunicação norte-americano *Time-life Broadcast International Inc.* Já em 1962, foram assinados dois contratos entre o grupo norte americano e a empresa de Roberto Irineu Marinho. O primeiro contrato chamado de Contrato Principal era uma conta de participação e o segundo um Acordo de Assistência Técnica. Daniel Heiz, em seu livro *A história secreta da Rede Globo*, apresenta esses contratos como uma sociedade em conta de participação, a partir do compromisso da Time-Life de transferir dinheiro norte-americano para a Rede Globo. Outro fator importante

desses acordos era o compromisso assumido pela empresa estrangeira em oferecer treinamento e assessoramento de engenharia em troca de informações privilegiadas e orientação para propagação de filmes e programas estrangeiros. De acordo com Eduardo Granja Coutinho:

A estratégia da Time-Life Broadcast Inc. no Brasil e em outros países da América Latina era bastante clara. Partindo do reconhecimento de que o grupo norte americano não podia controlar administrativa e intelectualmente canais de televisão nessa região, devido às leis dos respectivos países sobre as telecomunicações, Weston Pullen Jr., cossignatário de Roberto Marinho nos contratos, sustenta que é indispensável ter sócios locais de confiança. (Coutinho, 2011)

O acordo estabelecido entre a Rede Globo e o grupo Time-Life era muito mais ambicioso do que um simples apoio tecnológico, era nitidamente uma tentativa de afirmação da hegemonia burguesa no Brasil, atrelado à formação ideológica norte-americana, interessada em eliminar um provável comunismo na América Latina. Atendendo às necessidades do complexo IPES/IBAD, funcionando como divulgadores da ideologia em defesa dos ideais burgueses e discursando em favor da democracia, do capitalismo e, principalmente, pregando o anticomunismo, esse acordo encontra amplo apoio do Estado autocrático justamente pela necessidade que o Estado tinha de legitimar sua doutrina de segurança nacional, de afirmar valores ao conjunto da sociedade e buscar sua hegemonia. A maioria das empresas de televisão no Brasil até 1965 dispunham de recursos precários que impossibilitavam sua afirmação.

Depois do investimento de mais de 6 milhões de dólares do grupo Time-Life, a TV Globo iniciou uma vida no mercado televisivo com um capital 20 vezes maior do que sua principal concorrente, a TV Tupi.<sup>14</sup> É importante destacar que pela legislação brasileira no período não era permitida nenhuma participação de capital estrangeiro na área de telecomunicações no país, o que torna ilegal - do ponto de vista jurídico - o acordo entre o grupo Time-Life e a Rede Globo. Em 1966, foi criada uma CPI na câmara de deputados para apurar as ligações entre o grupo norte-americano e o grupo de Roberto Irineu Marinho. Na época, a CPI declarou como ilegítimos os acordos firmados entre as duas empresas.

Porém, os grupos hegemônicos interessados em consolidar o domínio imperialista norte-americano no Brasil trataram de legitimar os acordos e a empresa não sofreu nenhum tipo de retaliação. Estava claro que esses interesses imperialistas teriam na Rede Globo seu

---

<sup>14</sup> **Brazil: muito além do Cidadão Kane.** (BBC, 1993), documentário televisivo de Simon Hartog.

principal aliado no Brasil. Joseph Wallace, que era funcionário e representante do grupo Time Life brasileiro, segundo a CPI, participava das decisões financeiras da TV Globo, e na contratação de profissionais era uma espécie de testa de ferro com profunda influência nas decisões e inclinações políticas da empresa no país.

Dentro da perspectiva dessa pesquisa, é preciso destacar que a formação da Rede Globo de Televisão, em 1965, desfrutando de todo o aparato comunicacional desenvolvido pelo Estado autocrático e com investimento estrangeiro para seu desenvolvimento, está intrinsecamente ligado com o projeto de hegemonia em curso. Era necessário eliminar as correntes nacionais populares, presentes na sociedade brasileira desde finais de 1950, sob a influência do ISEB, da canção de protesto, do Cinema Novo, etc. Era preciso criar uma linguagem hegemônica capaz de criar um consenso nacional em cima do projeto de sociedade apresentado pelo estado militar.

É certo que outros grupos comunicacionais tiveram papel importante na derrubada do governo de João Goulart e na consolidação do golpe, mas é necessário observar que a Rede Globo de Televisão foi a beneficiada por um investimento desproporcional em relação aos outros grupos no Brasil; e desde sua primeira transmissão nacional, no dia 26 de abril de 1965, atua com um intelectual orgânico capaz de desistoricizar a memória do povo brasileiro em prol dos interesses mercadológicos e antipopulares. Como afirmou Nelson Werneck Sodré, observou-se a “substituição de uma imprensa controlada indiretamente do exterior por uma genuína imprensa estrangeira, sem mais disfarce algum”. (Sodré apud Coutinho, 2014, pág.124)

A sociedade política coercitiva da autocracia burguesa transitou para um estado democrático restrito, como procuramos demonstrar anteriormente, ao tentar compreender o que Florestan Fernandes chamava de uma democracia por cooptação. O advento da nova república, em 1985, não representou rupturas estruturais com o modelo de Estado que vigorava desde 1964. A mudança, mais uma vez pelo “alto”, deixou de pé uma herança autoritária no terreno da cultura que, pela sua dimensão, não nos permite afirmar que não interfere na dificuldade de organização da cultura pela sociedade brasileira contemporânea. Apesar de a nova constituição prever um controle maior sobre a concentração de poder nas mãos dos barões da comunicação, o congresso nacional ainda não se mostrou comprometido com o cumprimento daquilo que previa a nova constituição: “os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objetos de monopólio ou oligopólio” (artigo 220 da Constituição Federal). Como aparelhos privados de hegemonia atuantes da sociedade civil, o poder exercido pelos donos dos meios de comunicação é fundamental para a manutenção da

ordem vigente, bem como para a despolitização constante dos sujeitos do âmbito da sociedade civil. No Brasil de hoje, o oligopólio da comunicação pertence às famílias Civita, Abravanel, Frias, Saad, Mesquita, igreja universal e pela família Marinho. Desses sete grupos que controlam mais de 80% de tudo o que é visto, ouvido ou lido no país, a família Marinho e a Rede Globo aparecem com destaque. É a maior rede comercial do mundo, com 122 emissoras próprias ou afiliadas, além de estações de rádio, jornais, revistas, gravadoras, editoras, sites, produtora de cinema, etc. Dessa forma, a batalha pela democratização da mídia no Brasil e o cumprimento da constituição é a luta pelo alargamento da própria ideia de democracia que pretendemos alcançar.

Seguimos a linha apresentada por Bakhtin, quando o autor destaca o valor fundamental da palavra como modo mais puro de interação social. Entendemos que o papel da indústria cultural e da mídia na sociedade atual é fundamental para os interesses das classes dominantes. Tentaremos uma exposição a respeito do poder da linguagem na organização da cultura e no próximo capítulo destacaremos o poder da indústria cultural e a necessidade de uma guerrilha semiológica. A palavra, além de instrumento de consciência, é também, espaço privilegiado da criação ideológica, disputa pela organização da cultura e, conseqüentemente, da luta de classes. Entendendo a cultura e a linguagem como elementos fundamentais na disputa pela hegemonia, Gramsci observa que o direcionamento político e ideológico das camadas dirigentes tem como objetivo o empobrecimento e a fragmentação da linguagem e consciência popular, dificultando a atuação democrática das camadas populares onde o discurso alternativo deveria ser elaborado fora dos padrões dominantes. Configurando, assim, uma expressão advinda de outros meios de interação cultural. Enquanto a fala oficial é sistematicamente articulada por meio de uma matriz de canais institucionais, as formas de consciência do povo são descontínuas e fragmentárias. Nelas, pode-se encontrar uma infinidade de traços deixados pelo processo histórico.

Interessado em compreender as relações de luta pela hegemonia, o pensador Antônio Gramsci nos ajuda a entender a linguagem/comunicação e a cultura como fator fundamental na luta de classes: “Toda língua é um conjunto de noções e de conceitos determinados” e não, simplesmente, uma “veste que sirva indiferentemente como forma a qualquer conteúdo” (1999-2002). As formas históricas são portadoras de conteúdos históricos, por isso a língua deve ser entendida como uma concepção ideológica e não somente compreendida como expressão gramatical.

Para Gramsci, linguagem representa cultura e filosofia e deve ser compreendida dentro de um campo de disputas e interesses políticos e ideológicos de diferentes grupos sociais.

Essa disputa demonstra o desejo de determinada classe em assumir a narrativa e contar a história a partir de sua própria perspectiva. A concepção *gramsciniana* de linguagem também encontra afinidade com as análises de Bakhtin, onde a linguagem só é compreendida na sua devida complexidade quando considerada como fenômeno social e ideológico e aprendida dialogicamente no fluxo da história.

Já Bakhtin chama a atenção para o valor fundamental da palavra como modo mais puro de interação social. Além de instrumento de consciência, ela é, também, espaço privilegiado da criação ideológica, disputa pela organização da cultura e, conseqüentemente, da luta de classes. Entendendo a cultura e a linguagem como elementos fundamentais na disputa pela hegemonia, Gramsci observa que o direcionamento político e ideológico das camadas dirigentes tem como objetivo o empobrecimento e a fragmentação da linguagem e consciência popular, dificultando a atuação democrática das camadas populares, onde o discurso alternativo deveria ser elaborado fora dos padrões dominantes. Configurando, assim, uma expressão advinda de outros meios de interação cultural. Enquanto a fala oficial é sistematicamente articulada por meio de uma matriz de canais institucionais, as formas de consciência do povo são descontínuas e fragmentárias. Nelas, pode-se encontrar uma infinidade de traços deixados pelo processo histórico.

Visto que a linguagem é elemento social que norteia a consciência, vale indagar sobre as narrativas e as formas de comunicação predominantes na consciência popular da sociedade contemporânea para compreender a fragilidade da sociedade civil frente à hegemonia exercida pela cultura dominante, baseada nos grandes monopólios de comunicação em todo o corpo social. As possibilidades de existência de formas de discurso alternativas e autênticas, onde uma realidade que mesmo sufocada e deformada pelos aparelhos de coerção e consenso, precisa ser capaz de expressar os estratos críticos do senso comum e aquela verdade que não sai no jornal. Essa pode não se tornar ainda uma visão do mundo sistematizada, articulada, como é a fala hegemônica, mas é seguramente o princípio daquilo que Gramsci chamaria de “filosofia popular”. Ele dá maior ênfase à perspectiva diretamente política da consciência, ou seja, aborda de que maneira a produção de ideias atende a determinados interesses de grupos e classes sociais. Isso nos ajudaria a responder à questão colocada por Gramsci: “Qual é o tipo histórico de conformismo, de homem-massa do qual fazemos parte?” (1999-2002). Considerando a centralidade midiática na sociedade civil, sua principalidade na organização da consciência popular, iniciaremos pela hipótese de que o tipo histórico de conformismo do qual fazemos parte, hoje, não pode ser compreendido sem uma análise do modo como os modernos meios de comunicação reelaboram os signos do passado, se apropriam de formas e

linguagens populares, reinterpretam a tradição. É o poder das palavras, exercido pelos que controlam os grandes meios. Aqui vale utilizar a expressão gramsciana - as organizações pertencentes à sociedade civil, nesse caso, são “débeis e gelatinosas”. A hegemonia está contida na própria linguagem e quem tem o poder de dar nomes, de criar jargões, define como os demais vão pensar. Compreende-se por sociedade civil o conjunto de aparelhos de hegemonia responsável pela organização da cultura. E organizar a cultura no momento presente é, principalmente, brigar pela memória e contra a herança autoritária do período ditatorial, buscar historicizar o que a linguagem hegemônica buscar subtrair de história.

Portanto, o que pretendemos apontar neste ponto é o poder da linguagem hegemônica exercida pelos grandes monopólios de mídia como herança viva do período ditatorial no Brasil. Os grandes monopólios de comunicação não vão mediar à relação entre os homens, muito menos despertar a consciência crítica presente nos elementos culturais oferecidos, pelo contrário, numa época em que observamos uma forma de vida onde se sacrifica a ação da palavra e da tradição existente, e sem a dimensão exata da narrativa, a palavra perde o sentido de ação, se torna puro verbalismo. Da expressão coisificada não se pode esperar a denúncia do mundo. Nesse sentido a *Pedagogia do oprimido* envolve uma reflexão crítica sobre os “slogans dos opressores” (Freire, 2005), de maneira a que os homens, livres das formas de consciência que os escravizam, sintam-se “sujeitos do seu pensar”. Freire parte da convicção de que mesmo as lideranças revolucionárias não podem levar ao povo verdades estabelecidas sob a forma de clichês. O conhecimento deve ser buscado dialogicamente com o próprio povo, reconhecido como sujeito de sua educação. “Obstaculizar a comunicação é transformá-los [os homens] em quase ‘coisa’ e isso é tarefa e objetivo dos opressores, não dos revolucionários”. (Ibid., p.145)



### 2.3 A retórica do “vazio cultural” hoje: debate – Revista Carta Capital/fevereiro de 2013

Neste ponto gostaríamos de apresentar a repercussão que a revista Carta Capital, de fevereiro de 2013, provocou entre diversos críticos e pensadores. As diversas abordagens a respeito do “vazio” direcionam a discussão para diferentes tipos de visão, uns menos pessimistas outras mais pessimistas e, para nossa análise, colocam em discussão um importante elemento da luta de classes na sociedade contemporânea: a organização da cultura. Ou seja, partindo de Gramsci, (onde o conceito abarca um conjunto de fatores políticos que levariam a classe subalterna, organizada, a sua emancipação), Raymond Williams afirma que essa análise se apresenta como “uma teoria das especificidades da produção material de cultura dentro do materialismo histórico”. Uma visão estreita do que seria cultura pode desaguar na ideologia ou no fim da história ou na reafirmação da existência de um “vazio cultural”.

A edição da revista Carta Capital aborda o problema do momento cultural brasileiro iniciando uma trajetória dividida pelos ciclos econômicos, iniciando com a revolução de 1930 e os diversos pensadores que procuraram pensar o Brasil no campo da sociologia, como Caio Prado Jr, Sérgio Buarque de Hollanda, Gilberto Freire. Na Literatura, destaque para o romance social de Jorge Amado, Raquel de Queiroz e Graciliano Ramos; na música popular, Ary Barroso e Dorival Caymmi. O segundo momento seria posterior à modernização imposta por JK até 1968, o desenvolvimento da indústria cultural e o Cinema Novo, o Teatro de Arena, o CPC da UNE e os músicos da MPB, como Chico Buarque, Edu Lobo entre outros. E Hoje, 12 anos depois do governo do PT, como estaria o campo da cultura? O editor da revista (Mino Carta) faz questão de escrever uma apresentação reafirmando o “vazio cultural” por culpa de uma *imbecilização do Brasil*. Dentre os artigos da revista, destacaremos a visão do professor de filosofia e militante político, Vladimir Safatle.

Professor livre-docente na área de filosofia da Universidade de São Paulo, Safatle já tinha escrito um artigo intitulado “a miséria da cultura”, no site da revista carta capital, em maio de 2012, onde argumentava sobre a realidade cultural miserável em que o país estaria atravessando. Seu horizonte de análise parte da crítica à mercantilização da cultura e à indústria do entretenimento como sendo a lógica cultural da atual sociedade brasileira. Na revista de fevereiro de 2013, seu artigo enfatiza que o ciclo econômico atual não estimula a produção cultural a acompanhar a realidade social; pelo contrário, a desestimula, criando o vazio ou a miséria no campo da cultura. Segundo o professor, em todos os grandes ciclos econômicos brasileiros, a cultura despontou com notável qualidade e inovação, o atual estágio

do capitalismo no Brasil e a afirmação do modelo neoliberal estariam comprometidos a dar um fim à cultura, a consequência seria o vazio, a ausência de alguma produção relevante. A grande questão de Safatle é a crítica ao capital como criador da alienação na sociedade civil – como marxista, entende que a lógica mercadológica atrelada aos interesses da grande indústria do entretenimento, e a consequente redução do papel da cultura, é fruto de uma mesma fração ideológica. Sendo assim, o neoliberalismo e a lógica pós-moderna estão totalmente relacionadas à crítica feita por Safatle, uma vez que a cultura dentro dos padrões capitalistas estaria atrelada à ideologia e não mais cumpriria seu papel humanista, dialético, comprometida com as contradições e com a transformação da sociedade.

Uma das críticas mais enfáticas de Safatle é quanto ao papel do Estado e a importância da cultura na sociedade atual, principalmente pela atuação da chamada lei Rouanet, que segundo o autor deixou de ser uma preocupação real do Estado com a cultura, para ficar nas mãos dos grandes empresários, que agora delimitam qual o evento cultural merece patrocínio ou o apoio da iniciativa. Segundo Safatle, o papel do capital se faz presente mais uma vez na organização da cultura - logicamente colaborando para o papel do esvaziamento político e criando o que o temido “vazio cultural”.

Em reação à crítica do professor Vladimir Safatle, o antropólogo Hermano Vianna publicou no jornal o Globo um artigo intitulado: *vazio cultural? no Piauí não* – no qual vai absolutamente no caminho contrário. Segundo Hermano Vianna, a produção cultural brasileira nunca esteve tão intensa e tão prolífica, destaca o papel democratizador das novas mídias na produção da cultura, onde artistas de menor investimento podem autogerir suas criações sem passar pelo crivo de grandes gravadoras e da grande indústria - e mesmo assim conseguem enorme retorno do público. Observando a intensa produção cultural permitida pelas novas tecnologias, Hermano lista uma série de locais e cenas que podem contrapor à ideia do vazio defendida por Safatle. Deixa claro que prefere observar o que tem sido produzido por novos artistas do que somente observar o vazio de cultura apontado pelos mais pessimistas. Podemos observar como é bastante antagônica a visão de Hermano Vianna e a visão de Vladimir Safatle. Se para um a cultura está vivendo um período miserável, para o outro estaríamos num momento de efervescência cultural no país.

José Miguel Wisnik, músico, compositor, ensaísta brasileiro e também professor de Literatura Brasileira na Universidade de São Paulo, observou a discussão entre Hermano e Safatle num artigo do jornal O Globo chamado *pontos*, com o objetivo de jogar luz na discussão a respeito do “vazio cultural” no Brasil e tenta elucidar qual a crítica que Vladimir Safatle está fazendo, não só ao Brasil, mas ao mundo contemporâneo, quando fala em *uma*

*miséria da cultura*. Para Wisnik, Safatle se refere à cultura letrada, humanista, dialética e comprometida com a totalidade social e aponta como o desenvolvimento econômico mercadológico vai, pouco a pouco, eliminando do terreno da cultura esses valores fundamentais. Ora, a visão de Safatle é para Wisnik a visão de um crítico à sociedade de consumo e ao capitalismo contemporâneo pelo viés totalizante da crítica social, onde a cultura e a política não são antagonismos, mas sim componentes de um movimento real de um tempo histórico específico.

Em seu texto, Wisnik parece preocupado em articular melhor a abordagem feita por Safatle, ao acrescentar o papel da crítica na importância do desenvolvimento cultural no Brasil. Ambos estão de acordo que o papel da grande indústria do entretenimento sobre a sociedade e seus atores sociais rebaixam o papel da cultura e de seus agentes, artistas e críticos, a um patamar iletrado, desconexo com a totalidade social e afirma que o “vazio cultural” apontado por Safatle é, na verdade, a junção desses fatores – a desconexão entre artistas e comentadores, a falta de um tensionamento da linguagem que comprometa as produções com algo mais do que a sua inserção no mercado. Como professor da teoria literária, Wisnik acredita que a junção e a afinidade entre o artista e o crítico são fundamentais no papel da cultura frente à sociedade, e é exatamente aqui que parece discordar da visão autossuficiente que Hermano Vianna dá à produção independente e sua imediatividade em relação ao público consumidor. Por fim, Wisnik acredita que o “vazio cultural” é o estado do mundo hoje, porém, basta saber onde estão os pontos luminosos da produção da cultura, e termina afirmando que o Brasil é um vazio cheio deles.

### 2.3.1 “Vazio cultural” ou cultura do espetáculo?

Traremos aqui a reflexão do professor Celso Frederico (ECA-USP) no artigo intitulado *Da periferia ao centro: cultura e política em tempos pós-modernos*, a respeito do suposto “vazio cultural” abordado pela revista Carta Capital, de fevereiro de 2013. No artigo escolhido para este ponto, o autor traz uma reflexão teórica e abrangente a respeito do problema da cultura hoje no Brasil. Partindo da crítica à abordagem da Revista Carta Capital, busca desconsiderar a existência do “vazio cultural” ao rejeitar uma ideia estreita de cultura, na qual o vazio seria a inexistência da propagação cultural em nenhum âmbito social. Numa total ausência do sujeito e uma visão elitizada e incompleta do conceito de cultura.

Para iniciar o artigo, observa que toda a movimentação política e cultural da década de 1960 (época apontada pela revista como segundo momento rico da cultura no Brasil) surgiu em torno de um público estudantil e de classe média escolarizada, e justamente esse segmento vive, hoje, um considerável crescimento nos últimos anos. De acordo com Marcelo Ridenti (2003), o número de universitários no país quase dobrou na última década, hoje já são 7 milhões de brasileiros com acesso ao nível superior, quando em 1960 a universidade oferecia 35.909 vagas. Entretanto, para o autor, são dados que não obtiveram efeitos significativos no terreno amplo da cultura e da política. Sustenta que as manifestações culturais apareceram e se multiplicaram na outra ponta da tabela, nos 85% dos jovens conhecidos como nem – nem, pois não estão nas universidades ou nos cursos profissionalizantes e não estão inseridos no mercado de trabalho e habitam, basicamente, as periferias. Essa seria a justificativa social que negaria a existência do “vazio cultural”.

A configuração e os problemas enfrentados pela periferia hoje são entendidos como reflexo direto dos contornos neoliberais dos anos 1990, em oposição ao ambiente político movimentado dos anos 1980, o fim da Ditadura Militar e o aumento do protagonismo político das esquerdas e dos movimentos sindicais. Se os anos 1980 trouxeram à cena a classe subalterna e os trabalhadores na disputa pela organização cultural e política, os anos 1990 e as práticas neoliberais de reformulação urbana, que prezavam pelo individual em detrimento do coletivo, pela concentração de renda e a propagação dos condomínios, consolidaram o fenômeno do aumento da favelização. O resultado dessa forma de política pública foi a segregação dos mais pobres aos espaços mais remotos e afastados dos centros urbanos, locais que sofrem com o abandono, com a violência e a falta de oportunidades, entre outras mazelas. Porém, a periferia retratada nos jornais como local de violência e favelização, segundo o autor, viveu uma intensa floração cultural nos anos 1990 – o funk, e principalmente o rap, se

tornaram a expressão cultural da visão de mundo da periferia e despertam o interesse das políticas de incentivo à cultura e de financiamentos privados.

O sucesso do movimento Rap e o crescimento dos saraus, cineclubes, rodas de poesia e dança chamam a atenção desses setores, uma vez que o terreno da cultura aparece como fôlego imediato para os jovens que anteriormente estariam vinculados ao mundo do tráfico de drogas e da violência. Essa tentativa imediata, de apaziguamento das contradições de classe e de problemas sociais, tem também, na iniciativa privada e no discurso “empreendedorista”, parte interessada em realizar tais financiamentos. Citando os trabalhos de Tiarajú Pablo D’andrea (2014), Tereza Caldeira (2011), Walter Garcia (2003) e André Singer (2003), observa-se que a ascensão do movimento cultural na periferia e o sucesso do rap como visão de mundos desses sujeitos não ficaram ilesos ao poder mercadológico do grande capital, e além da vinculação com os investimentos de empresas privadas ou ONG’S, a inclusão social pelo consumo é um instrumento ainda mais poderoso de dominação social – o que pode gerar discursos antagônicos dentro de uma perspectiva de luta. Recorrendo a Gramsci, entende que nem toda a cultura popular é necessariamente progressista. Dentro dos parâmetros da dificuldade de organização cultural, é comum que discursos progressistas e reacionários se confundam para denunciar as questões mais urgentes de determinado ambiente social. Portanto, de modo semelhante, encontraríamos na periferia manifestações radicalmente progressistas e com um viés de denúncia, como por exemplo, o Rap do grupo paulista Racionais Mc’s, e também a ode ao consumo e à mercadoria como o fenômeno recente do funk ostentação. Lembrando, também, que os próprios Racionais Mc’s fazem parte de uma indústria do consumo, e nem por isso precisam necessariamente deixar de ter um discurso progressista.

Esse dualismo presente nas manifestações culturais dos sujeitos periféricos, para Celso Frederico, reflete a incompletude da prática do particularismo que aparece nas diversas formas de discurso que confrontam a “periferia” e o “centro”. O fechamento do espaço às ideais de fora das comunidades e até a repulsa a um tipo de cultura de classe média e branca deixam a educação da periferia nas mãos da publicidade, adotando a postura do imediatismo e da ideia da ineficiência da organização social de classes. Segundo o autor:

A integração pela cultura, sem dúvida, melhora a autoestima de setores marginalizados, mas também pode colaborar para acentuar os irredutíveis particularismos - A integração crítica e revolucionária, contudo, necessita do esforço universalizante da educação, tanto escolar como a política. E a cultura não pode ser substituta da educação. (2013)

A imeaditicidade e o particularismo do discurso dos sujeitos periféricos denunciam o que o autor chama de “realidade caótica provocada pelo fetichismo mercantil”. Sendo a publicidade e a mídia, o principal articulador desse processo. A permanência no visível e no imediato desperta interesses de setores conservadores da sociedade justamente por não oferecer perigo na organização de classes. Dessa forma, a economia da cultura passou a integrar as políticas públicas, ao ponto de um documento do MEC, durante o governo FHC, informar que “a cultura é bom negócio” e merece mais atenção por parte dos órgãos públicos de incentivo à área. Com isso, teríamos dois polos de uma questão social complexa: a realidade particular da cultura da periferia e a adesão à aparência sensível pela classe média. Que assim como periferia é um termo pra lá de ambíguo.

Ao analisar a classe média que foi às ruas em Junho de 2013 e a multiplicidade dos discursos, coloca-se mais uma vez a questão da cultura como fundamental para a compreensão desse momento histórico. Para se referir à multidão que foi às ruas em 2013, citamos uma observação de Negri (2005), quando o autor afirma que: “a multidão é uma multiplicidade de singularidades que não pode encontrar unidade representativa em nenhum sentido”. Sem a presença de partidos, que têm a função de universalizar as reivindicações, as manifestações correm o risco de se perder num conjunto infinito de reivindicações particularistas e, o que é pior, de serem pautadas pelo novo partido da sociedade do espetáculo: o “partido da mídia”.

O individualismo e a ação direta, contudo, se revoltam contra a mediação – representada por partidos ou sindicatos, instâncias consideradas “externas” ao poderoso movimento que, em sua onipresença, constitui o novo sujeito em luta pela “democracia absoluta”. Para Celso Frederico, a revolta deixou de ser pelos vinte centavos para se tornar uma luta por direitos conduzida pela lógica do espetáculo. Sem uma organização política definida, cada um ficava responsável por definir o que levava à manifestação. Todos entendiam que possivelmente poderiam ser filmados pelos milhares de celulares e câmeras nas ruas. Iria para a internet, facebook ou instagram, ou para sites dos jornais ou televisão. Cada um que cuidasse, portanto, do modo como iria aparecer, como iria ser espetáculo.

O autor destaca que o que fica evidente é a preponderância da cultura do espetáculo, a ideia de interação que perpassa todas as esferas sociais e a manifestação exclusiva da representação caótica de um mundo que parece caminhar ininterruptamente através do fluxo das mercadorias e da imagem. A estetização da política é para Celso Frederico, resultado do mesmo movimento que aprisiona os sujeitos periféricos em discursos particularistas, é o projeto despolutizador do discurso pós-moderno. A multidão “desorganizada” seria fruto

direto da vitória da lógica do capital e do triunfo do fetichismo da mercadoria e sua contrapartida: a estetização da política. Segundo o autor:

culto das grifes no funk da ostentação ou a crítica abstrata ao “sistema”, na visão dualista dos rappers – ambos prisioneiros do imediato; o encantamento súbito de uma burguesia financeirizada pelo valor de troca da obra de arte, ou a atuação performática dos *Black Blocs* que investem contra os odiosos “símbolos visíveis” do capitalismo – complemento perfeito para as declarações de amor da burguesia ao invólucro da mercadoria, pelas grifes, pela marca, pelo valor de troca. Assim, consoma-se o espetáculo, a manifestação sensível da representação caótica de um mundo que parece governado pelo movimento automático das mercadorias.

Ao apresentar, de forma rápida, a abordagem de Celso Frederico, gostaríamos de propor não somente uma análise do artigo, mas um diálogo entre a discussão em torno da categoria do “vazio cultural” e nossa proposta. Em primeiro lugar, é evidente que o artigo busca alargar a discussão em torno da publicação da revista *Capital* ao propor uma ideia mais abrangente do conceito de cultura. Para o autor, considerar como cultura somente a manifestação humanista e letrada é desconsiderar o poder exercido pelas produções culturais presentes no atual estágio da sociedade capitalista. Partindo da leitura de Celso Frederico, fica claro que a visão de Safatle - quando aponta um vazio de cultura - é muito semelhante à visão de Alceu Amoroso Lima, quando denunciava o estágio em que se encontrava a cultura no momento posterior ao AI-5.

Naquele momento, a censura e a afirmação de uma indústria cultural de bens simbólicos, iniciava no Brasil um processo pós-moderno e despoliticizador no terreno da cultura. Como tentamos demonstrar no capítulo anterior, a expressão vazio aparece muito mais pelo caráter qualitativo do que do ponto de vista quantitativo. Dentro da nossa perspectiva de análise, isso é porque ele rapidamente despertou interesse do Estado em apoiar uma cultura atrelada ao seu projeto de modernização conservadora que visava o controle sobre sua produção e disseminação. Fica evidente que a visão de Celso Frederico desconstrói a análise da revista *Carta Capital*, o autor percebe o movimento real da lógica do capital e as dificuldades de organização da cultura no seio da sociedade civil, cada vez mais atrelada aos discursos publicitários e midiáticos. O autor propõe que ao invés do vazio, podemos perceber a vitória da estetização da política e a consequente vitória do capitalismo, pois o processo em curso segue a lógica de despoliticização da sociedade, o apego ao imediatismo performático e consumista e a superação do valor de uso pelo poder do valor de troca mercadológico.

Ao direcionar sua análise para uma visão ampla da sociedade e do conceito de cultura, Celso Frederico denuncia a incompletude do discurso do vazio e propõe uma abordagem

crítica a respeito dos impactos da permanência da lógica do capitalismo na organização da cultura. Esse parece ser o ponto de inflexão entre nossa análise e a visão do artigo proposto neste ponto. Porém, nossa perspectiva busca denunciar que toda a questão social e cultural ainda em curso tem uma ligação direta com as permanências sólidas do golpe de abril de 1964 na sociedade. Quando propomos a ideia de um aparente vazio, o objetivo é demonstrar que o “vazio cultural” é impossível e improvável porque, de alguma forma ainda lutamos contra a desmemorização e contra o esvaziamento político que a autocracia burguesa logrou à sociedade brasileira no período de sua gestão.

O poder da mídia e da linguagem hegemônica na organização da cultura é fruto das permanências do golpe dentro desse terreno, e toda a questão sobre o atual estágio da cultura e da política brasileira está vinculada aos objetivos do golpe de abril. Nossa proposta é tentar enxergar de que forma essas permanências exercem papel direto na dificuldade da organização de classes, na sua propagação cultural, na sua visão de mundo. Se a lógica mercadológica tem hoje violentado a autonomia dos sujeitos e desorganizado a luta de classes é porque existe um processo histórico que nos traz até o momento específico de análise, processo histórico que se mantém no Brasil na égide da formação de seu Estado, confirmando o que Florestan Fernandes definiu como sendo a tática das classes dominantes: “a contrarrevolução preventiva”.

Portanto, o que pretendemos neste ponto era demonstrar as diferentes visões e perspectivas a respeito da nossa categoria de análise atualmente. Ao alargar a discussão para uma abordagem rica a respeito do conceito de cultura, o artigo de Celso Frederico nos ajuda a reparar como a lógica mercadológica organiza a vida na sociedade pós-moderna, porém, o que aparenta estar vazio, ainda está na verdade sendo preenchido de linguagem dominante, midiática. Estamos convencidos de que a luta pela organização da cultura não cessa, a sociedade capitalista é uma sociedade de classes antagônicas, onde tem a hegemonia a classe que consegue tornar sua visão de mundo como sendo a visão de mundo universal. Essa hegemonia se dá na luta (interrupta) pela organização da cultura. Contra o preenchimento total do vazio por uma cultura pós-moderna, nos resta o processo de guerrilha semiológica contra os mitos criados pela indústria cultural. Portanto, nossa contribuição para o debate em torno da categoria “vazio cultural” é tentar pensar todas as questões atribuídas à dificuldade de organização da cultura na sociedade brasileira e à percepção das permanências do golpe civil militar, como colocamos no ponto anterior. Ao invés da “vitória” do capitalismo preferimos apontar os entraves que dificultam a organização da cultura, para não somente negar o vazio, mas indicar o processo histórico que atravessamos, para perceber como o



rompimento democrático de 1964 ainda tem ecos no momento presente, no terreno da cultura, principalmente por conta de suas instituições sólidas, sua herança no patrimônio, na educação, na política e na sociedade brasileira. Ou seja, a luta contra a memória do golpe de abril não se encerra enquanto suas heranças ainda estiverem impedindo a emancipação da sociedade.

## **CAPÍTULO 3: O aparente vazio: cultura e política em tempos pós-modernos**

### **3.1 O neoliberalismo e a lógica cultural pós-moderna**

Pretendemos aqui demonstrar a impossibilidade de existência de um “vazio cultural” no momento de afirmação do neoliberalismo e disseminação da cultura pós-moderna na sociedade. Para a manutenção da ordem e a consolidação do modo de produção existente, é fundamental que as correntes irracionistas no plano da cultura estejam coniventes com o discurso pós-moderno de fim da história e fim das grandes narrativas. Se a decadência ideológica burguesa elimina, cada vez mais, as correntes humanistas e dialéticas, a lógica pós-moderna preenche esse espaço com o escapismo, o irracionismo, o fim da história ou com a ideia de impossibilidade de organização da cultura.

A afirmação e disseminação de uma lógica cultural de características pós-modernas é fruto de um momento histórico bem específico, que tem no plano econômico a consolidação da prática do neoliberalismo como uma nova fase do sistema capitalista. É necessário entender como as primeiras formulações filosóficas apresentadas ainda nas décadas de 1930 e 1940 encontram amplo apoio na sociedade civil no período de afirmação neoliberal, com influência direta no investimento de áreas relativas à produção e difusão cultural e, conseqüentemente, na relação entre os indivíduos e a sociedade. Dessa forma, buscaremos compreender como as conseqüências dessa etapa neoliberal formulam as bases necessárias para a proliferação de uma estética pós-moderna no plano da organização da cultura, principalmente no que diz respeito ao entendimento da arte e da cultura como mera reprodução mercadológica das diretrizes reificadas da sociedade de consumo. Ao relacionar a lógica cultural pós-moderna e o embasamento econômico que a consolida, gostaríamos de deixar claro que ambos os fenômenos não aparecem num dado momento da sociedade por mera coincidência, mas são frutos de uma mesma fração ideológica.

É importante deixar claro que o neoliberalismo não deve ser interpretado como um modelo econômico próprio e inovador. Na verdade, o neoliberalismo se constitui como uma nova fase do próprio sistema capitalista consolidado no século XIX, ou seja, todas as contradições presentes no modelo anterior se intensificam dentro dessa perceptiva econômica. A divisão das classes sociais, a pauperização dos trabalhadores, o aumento do índice de desemprego, a valorização do privado em relação ao público (privatizações em massa) e

principalmente a extração da mais-valia como ferramenta fundamental da classe burguesa em relação às classes subalternas. Não há nada de novo no neoliberalismo que não tenha sido analisado e criticado por Marx ao se referir ao tipo de funcionamento econômico da sociedade burguesa e a suas principais diretrizes para desigualdade social e acumulação da riqueza.

O momento de emergência do neoliberalismo no plano prático é justamente o declínio daquilo que ficou conhecido como o Estado de Bem-Estar Social. De acordo com Eric Hobsbawm, essa forma política perdurou no intervalo do fim da segunda guerra mundial até ser superado após a crise do petróleo de 1974. Durante esse período, entendia-se que eram direitos públicos os investimentos de segurança mínima nas áreas de saúde, educação, transporte público, regulação de investimentos e, principalmente, com a presença forte do estado como interventor econômico. Nesse momento, os direitos garantidos pelo estado não eram entendidos como prática assistencialista, mas sim direitos públicos de todos os cidadãos garantidos por constituição. Assim, o reformismo do Estado do Bem Estar tornou possível compatibilizar capitalismo e democracia. O conflito de classes não desapareceu, mas se institucionalizou. A extensão dos direitos políticos e o sufrágio universal possibilitaram canalizar os conflitos sociais para as instituições políticas, transformando as demandas populares mais urgentes em direitos atendidos. E é justamente nesse período de bonança e aparente estabilidade na relação entre capital e trabalho que as formulações pós-modernas emergem como fruto de uma realidade que agora se demonstra falsamente insuperável. Segundo o historiador Eric Hobsbawm:

A essa altura, na verdade, observadores sofisticados começaram a supor que, de algum modo, tudo na economia iria para frente e para o alto eternamente. Não há motivo especial para duvidar de que as tendências subjacentes de crescimento no início e meados da década de 1970 continuarão em grande parte como nas de 1960, dizia um relatório de 1972(...) “A economia mundial cresce a uma taxa explosiva. Na década de 1960, era claro que jamais houvera algo assim. (...)” A produção mundial de manufaturas quadruplicou entre o início da década de 1950 e o início da década de 1970, e, o que é ainda mais impressionante, o comércio mundial de produtos manufaturados aumentou dez vezes. (Hobsbawm, 1995, p.254-257)

A base econômica dessa fase próspera do capitalismo nos países mais desenvolvidos parecia pôr fim à maioria dos conflitos latentes entre as classes na sociedade, uma vez que com globalização e integração dos trabalhadores à esfera do consumo, esse fenômeno fez muitos teóricos, inclusive de esquerda, interpretarem a realidade como insuperável, na qual o proletariado não mais seria a classe responsável pelas transpirações sociais que visavam o socialismo e a igualdade. É significativamente importante para este ponto entender como o momento conhecido como a “Era de Ouro” do capitalismo (1947 – 1974) tem influência

direta nas primeiras formulações pós-modernas que vão ser difundidas e consolidadas no período em que emerge o neoliberalismo como orientação macroeconômica dos países centrais. Com esse horizonte de expectativas proposto pelo Estado de Bem-Estar Social, vemos emergir a ideia irracionalista de fim da história, de fim dos grandes discursos ou das grandes narrativas, o que desconsiderava qualquer alternativa de mudança social que levasse em consideração a totalidade de funcionamento da sociedade burguesa. Mas, porque as expectativas pós-modernas forjadas no período da socialdemocracia ganham força no período de afirmação do modelo neoliberal?

Para responder a essa pergunta é preciso compreender como se deu o declínio da socialdemocracia e sua superação pelo modelo neoliberal. A partir do ano de 1974, com a deflagração da crise internacional do petróleo, ficava exposto o esgotamento daquele modelo de desenvolvimento baseado na socialdemocracia, em que mais uma crise de superacumulação do capitalismo deixava clara a necessidade do aumento da taxa de lucros por parte da classe burguesa. Esse aumento de lucros passaria – justamente – por uma diminuição da força do estado como regulador econômico, com responsabilidades sociais. Ou seja, a diminuição da exploração da classe trabalhadora durante a socialdemocracia, com queda dos níveis de extração de mais-valia, foi compensada pelo desenvolvimento tecnológico do capitalismo. Agora a necessidade do aumento de lucros por parte do capital exigia o rompimento com o modelo de socialdemocracia vigente até então e o capital não mais poderia suportar todo custo de manutenção do Estado de Bem-Estar Social, era necessário desregular a atuação do estado e aperfeiçoar as formas de dominação do capitalismo.

Tem início um período em que o capitalismo necessita de uma série de ajustes para recuperar suas taxas de lucro. O Estado, então, avança na desregulamentação das relações de trabalho e até mesmo na política de intervenções militares para garantir suas necessidades. Consolida-se, então, um processo marcado fundamentalmente pela desconstrução do Estado de Bem-Estar Social, com o corte nos investimentos em políticas públicas de saúde, educação, assistência social, transporte, habitação e pela enorme redução das medidas limitadoras ao fluxo de capitais (impostos e taxas alfandegárias), pela consolidação da economia transnacional, pelo aumento dos níveis de desemprego e pelo deslocamento do investimento no setor produtivo para o setor de serviços, o que é de particular interesse para compreendermos as profundas transformações ocorridas no processo comunicativo e na indústria cultural nesse período. A ideologia neoliberal, ao interpretar que o mundo viva um novo momento, afirma que com o aumento do fluxo de capitais, o aumento de bens e serviços

e o sucesso dos mercados, a sociedade seria levada a uma configuração mais dinâmica e igualitária. Essa sociedade globalizada e inserida na lógica do consumo seria o melhor dos mundos para a prosperidade social de todos os indivíduos. Seria também a salvação dos países periféricos que recorreram em massa ao FMI e aplicaram políticas de desregulação estatal em suas economias, seguindo a cartilha neoliberal.

De acordo com o economista marxista Marcelo Carcanholo, Fiori (1997, p.205) identifica quatro etapas fundamentais para compreender a gestação do pensamento neoliberal: a primeira fase se caracteriza pelos estudos do economista ortodoxo Friedrich Hayek e seu livro *Caminhos da servidão*, de 1947, em que o autor faz severas críticas ao intervencionismo estatal, presente nos estados de Bem Estar Social. Apesar da importância de sua obra, o pensamento de Hayek perdia para o sucesso das teorias keynesianas que pautavam a política do “welfare state”. A segunda fase inicia-se a partir dos anos de 1960, quando os discípulos de Friedrich Hayek e também de Milton Friedman ganham destaque no meio acadêmico norte-americano, tornando hegemônica a tendência neoliberal (esses economistas ocupariam posições de destaque na condução política e econômica mundial nas décadas seguintes). A terceira etapa é justamente a saída da ideologia neoliberal do campo teórico para o campo prático, quando da chegada ao poder de forças políticas liberais e conservadoras como Margareth Thatcher na Inglaterra, em 1979, e Ronald Reagan nos EUA, em 1980. As primeiras medidas econômicas adotadas por esses governos foram justamente o fim das políticas keynesianas do Estado de Bem-Estar Social, com a desregulação dos mercados, privatizações de bens públicos e incorporação dessas ideias em instituições como FMI e também nos países que recorrem a esses fundos monetários, principalmente os países periféricos sul americanos. A quarta etapa, seria a crise do bloco socialista a partir dos anos 1980 até o colapso total da URSS, momento no qual as ideias neoliberais se afirmavam com mais intensidade por se oporem tanto ao modelo keynesiano como também ao tipo de economia planificada dos estados socialistas.

Em 1989, a cartilha neoliberal começa a ser delimitada pelos países centrais naquilo que ficou conhecido como “Consenso de Washington”, onde diversos economistas liberais de todo o mundo passaram a traçar os objetivos para superação da falência do Estado de Bem-Estar Social em relação às pretensões do capitalismo. O caminho traçado foi à saída do Estado da posição de promotor de políticas públicas, se restringindo a uma espécie de agitador econômico através de medidas como a disciplina fiscal, diminuição dos investimentos Estatais, constituindo o chamado Estado Mínimo, a reforma tributária, a determinação das taxas de juros pelos mercados financeiros domésticos, a mudança na prioridade das despesas

públicas, a abertura comercial, o aumento dos investimentos estrangeiros, a privatização de empresas estatais e a manutenção da garantia de direito à propriedade. Dessa forma, os países periféricos, inclusive o Brasil à época de sua redemocratização, seguiram à risca o receituário neoliberal e se aproximaram de organismos internacionais como Banco Mundial e FMI para recorrer a empréstimos exorbitantes que desencadearam em uma dívida externa brutal nos anos posteriores – o que ainda hoje demonstram o caráter dependente dessas economias no cenário internacional.

Feita essa observação, podemos começar a responder o porquê das ideias pós-modernas ganharem tanta força nessa nova fase do sistema capitalista. Como já afirmamos, é preciso reconhecer que apesar do neoliberalismo se apresentar como fruto de um novo momento histórico ele não representa mudanças estruturais na base do sistema de acumulação capitalista. Uma vez que a aplicação das receitas econômicas neoliberais configurou-se como uma clara estratégia da classe dominante no intuito de recuperar os índices de sua taxa de lucros. Portanto, a divisão da sociedade em classes e a subordinação do proletariado são realidades que permaneceram inalteráveis nessa nova fase do capitalismo.

Já que o neoliberalismo não alterou a sociedade do ponto de vista estrutural e se apresentava como modelo que levaria a sociedade à plenitude de sua organização, ao dinamizar as relações capitalistas, podemos entender como aquelas ideias pós-modernas que mostravam descrédito nas “grandes narrativas” e descrédito nas “grandes mudanças sociais” encontram respaldo nessa nova fase do capitalismo. Dessa forma, a visão pós-moderna de fim da história legítima e é legitimada pela nova realidade neoliberal, e não por acaso estão intrinsecamente relacionadas como estamos tentando demonstrar. Essa concepção social e política da realidade foi amplamente difundida pela intelectualidade (inclusive de esquerda) durante esse período. O ceticismo servia de base para aqueles que não mais acreditavam num sujeito social capaz de transformar a sociedade de forma total, mas esse sentimento se apagava bastante nas últimas experiências verificadas nas rebeliões jovens que marcaram a década de 1960 e a derrocada do socialismo real.

Com isso, podemos entender que o ceticismo em relação ao conceito de história e a rejeição da vocação do sujeito como agente transformador da totalidade social determina a relação de complementaridade entre o discurso adotado pelos meios oficiais para justificar o neoliberalismo, orientado pela lógica do pensamento único, e o pós-modernismo enquanto discurso utilizado para a legitimação do modelo neoliberal nos meios intelectuais. Essa realidade é o cerne da disseminação do pensamento pós-moderno. Quando o capitalismo neoliberal aparece como a única opção possível, se intensifica a visão pós-moderna de

impossibilidade de transformação total da sociedade, e justamente essa tentativa de transformação seria a causadora dos principais problemas sociais, como guerras e conflitos. Como resultado dessa impossibilidade de compreensão da práxis social pelos sujeitos, o pensamento pós-moderno ganha força ao cultivar a “diversidade” como estratégia mais indicada para qualquer tipo de ação política na sociedade. Como observa David Harvey,

Mas se, como insistem os pós-modernistas, não podemos aspirar a nenhuma representação unificada do mundo, nem retratá-lo com uma totalidade cheia de conexões e diferenciações, em vez de fragmentos em perpétua mudança, como poderíamos aspirar a agir coerentemente diante do mundo? A resposta pós-moderna simples é de que, como a representação e a ação coerentes são repressivas ou ilusórias (e, portanto, fadadas a ser autodissolventes e autoderrotantes), sequer deveríamos tentar nos engajar em algum projeto global. O pragmatismo... se torna então a única filosofia da ação possível. (Harvey, 2007, p.55)

Agora, cada grupo social deve valorizar o seu lugar de fala, rejeitar qualquer projeto político totalizante e principalmente abandonar a ideia do socialismo como orientação fundamental de suas lutas, esse culto ao diverso é consequência de uma realidade onde o próprio capitalismo como sistema totalizante não existiria mais, o que configuraria a dificuldade de uma crítica total à ordem vigente. O que percebemos é que o projeto iluminista, matriz do modernismo, é o principal objeto de rejeição do pós-modernismo. As premissas pós-modernistas, que se demonstram como as mais avançadas são, na verdade, uma operação ideológica de descrédito no sujeito como capaz de compreender a práxis e nas perspectivas que almejam outra forma de sociedade. Negam as possibilidades da autonomia dos sujeitos e reduzem o destino humano ao aprisionamento, seja nas estruturas da linguagem, seja nas micro e macroestruturas da sociedade. Entretanto, o que gostaríamos de deixar claro é que o pensamento pós-moderno e sua disseminação após a implantação do neoliberalismo são frutos de uma mesma fração ideológica irracional proposta pela classe burguesa num determinado período histórico. Assim, o capitalismo em sua forma neoliberal tem impacto direto na organização da sociedade civil e na afirmação da hegemonia (no sentido gramsciano) exercida por essas frações dominantes, o que fica exposto principalmente no terreno da cultura. Como afirma Ellen Wood:

(...) Não há, com efeito, melhor confirmação do materialismo histórico que o vínculo entre cultura pós-moderna e um capitalismo global segmentado, consumista e móvel. Nem tampouco uma abordagem materialista significa que temos que desvalorizar ou denegrir as dimensões culturais da experiência humana. Uma compreensão materialista constitui, ao contrário, passo essencial para liberar a cultura dos grilhões da mercantilização. (Wood, 1996, p.18)

Todavia, tentaremos agora demonstrar como o modelo de sociedade proposto pela cartilha neoliberal burguesa, após o declínio do Estado de Bem-Estar Social, tem influência direta no papel da comunicação e da indústria cultural na disputa pela hegemonia e na organização da cultura, e, conseqüentemente, na relação entre os indivíduos e as contradições expostas na sociedade. Já dissemos aqui que o neoliberalismo, ao propor uma expansão dos setores de serviços, a partir da década de 1980, tem impacto direto na expansão dos setores de tecnologia vinculados a uma indústria cultural cada vez mais sedenta por propagar valores reificados. É preciso deixar claro que o discurso neoliberal que prega o Estado Mínimo não se justifica na realidade – uma vez que, a desregulamentação do mercado e o aumento do fluxo de capitais para o setor de serviços ligados à comunicação e à indústria cultural não demonstra uma ausência do Estado no processo de acumulação do capital, pelo contrário, significa uma conivência desse mesmo Estado com a subordinação, cada vez mais intensa, do público em relação ao privado. Seja na democracia burguesa ou no autoritarismo de uma ditadura, o Estado age por vias legais e ilegais para manter sua hegemonia frente à sociedade civil. As classes subalternas inseridas nessa configuração estão sob o risco iminente de sofrer com o poder coercitivo do Estado, sempre visto como forma eficaz e necessária para reestabelecer a ordem vigente e garantir a propriedade privada.

Com isso, a aparente ausência do Estado nessas relações capitalistas da sociedade civil se configura, na verdade, num incentivo intenso no deslocamento de capitais para os setores referentes à tecnologia, comunicação e indústria cultural – a partir da implementação do neoliberalismo, vimos crescer de modo significativo o papel da comunicação e da cultura para a permanência do discurso pós-moderno de “fim da história” e, conseqüentemente, da hegemonia burguesa. O papel ideológico de setores de comunicação, como jornais, revistas, televisão e indústria do entretenimento, passa a ser fundamental para a manutenção da ordem, pois é no terreno da cultura que as forças irracionalistas ganham cada vez mais força na sociedade capitalista neoliberal.

Feita essa análise, podemos dizer que a concepção gramscianiana de estado ampliado se aplica perfeitamente em nossa apreciação sobre as aproximações entre o neoliberalismo e a cultura pós-moderna, uma vez que, percebemos que setores presentes na sociedade civil estão intrinsecamente relacionados aos interesses burgueses representados no próprio Estado. A sociedade civil composta por aparelhos privados de hegemonia é entendida por Gramsci como a arena da luta de classes, portanto, o Estado burguês amplia seu poder de organizar a cultura quando percebemos a importância desses aparelhos privados de hegemonia vinculados aos interesses de supremacia.



Os aparelhos privados de hegemonia relacionados à comunicação e à indústria cultural têm seus intelectuais orgânicos engajados no processo de manutenção da ordem burguesa. O embasamento teórico que buscamos na teoria ampliada do Estado, no pensamento de Gramsci, permite reforçar a crítica feita a aparente isenção do Estado neoliberal e sua falácia do Estado mínimo na disputa pela hegemonia na sociedade civil. Ao estabelecer uma visão gramsciniana sobre a organização da cultura na sociedade, permeada pelos discursos neoliberais e pós-modernos, buscaremos a partir daqui destacar o papel da comunicação e da cultura na arena de luta de classes, e as possibilidades da emancipação do sujeito contemporâneo frente a essas problemáticas.

A emancipação dos indivíduos enquanto sujeitos ativos na práxis social só é possível quando os mesmos compreendem a realidade em sua totalidade, identificando, assim, as contradições e atuando politicamente para transformar o social em que atuam. Como vimos anteriormente, o processo de reificação propagado pelo aumento da importância ideológica da indústria cultural e da comunicação da época do neoliberalismo impõe uma grande dificuldade para a compreensão da realidade e reitera o discurso pós-moderno de fim da história. Ao propor o caráter industrializado da cultura no âmbito social, Adorno e Horkheimer, já chamavam a atenção para um perigoso inimigo que surgia no plano da técnica. Desde a afirmação da sociedade burguesa, em meados do séc. XIX, e da predominância da mercadoria sobre a individualidade dos homens, ficava muito clara a tentativa de reorganizar as consciências a ponto de torná-las incapazes de se rebelar, incapazes de observar criticamente as contradições apresentadas pela sociedade.

Apesar do termo indústria se relacionar principalmente com a ideia de produção, os autores identificam um apelo ao caráter diverso de cada objeto produzido, assimilando características de um falso individualismo (Adorno, 1986, p.94), que não denunciaria o caráter alienador da indústria cultural, pelo contrário, venderia a ideia de liberdade como princípio. E é com esse conceito que a ideia de entretenimento vem suprir a necessidade de distração dos homens inseridos no ritmo atordoante da sociedade capitalista. Com o surgimento da indústria cultural, a sociedade burguesa entendia, definitivamente, a importância de controlar os homens para além da dominação como classe trabalhadora.

É justamente nesse sentido que Fredric Jamenson, em seu ensaio *O pós-modernismo e o mercado*, analisa como o pós-modernismo enquanto fração ideológica, que se consolida no momento de afirmação do neoliberalismo e potencializa um mercado de bens simbólicos que tem por objetivo a reificação da consciência dos indivíduos – o aumento dos investimentos nos setores voltados ao entretenimento redimensionam o caráter alienador da indústria

cultural, como já tinha sido exposto e temido por Adorno. O que fica evidente é a propagação da lógica mercantil da arte e da comunicação, onde o valor de troca sobrepõe o valor de uso e os indivíduos não mais se comportam como sujeitos; e sim como meros objetos consumidores desses itens simbólicos.

A lógica cultural pós-moderna seria, segundo Terry Eagleton, parte do próprio resultado da reificação. A proposta escolhida pelo pós-modernismo é optar por acreditar que a obra de arte é uma mercadoria, num processo em que a mercadoria como bem mecanicamente reproduzível (pós-modernismo) expulsa a mercadoria como aura mágica (modernismo). O pós-modernismo, assim, não está proferindo outra narrativa sobre a história, apenas negando que a história tem forma de história (Eagleton, 1996, p.28). Daí resulta a perspectiva da arte pós-modernista que tentamos demonstrar estar afinada com o discurso neoliberal, no qual, dada a impossibilidade de atuação transformadora na realidade, resta-nos, portanto, apenas a aceitação passiva dos efeitos do desenvolvimento inexorável do capitalismo.

Segundo o historiador Perry Anderson, podemos estabelecer que a principal diferença trazida pela percepção de arte pós-moderna é a negação do sujeito e, assim, a negação dos gênios individuais tão caros ao modernismo. Dito isso, podemos afirmar que a estética pós-moderna se configura por uma visão (a)histórica da sociedade, em que, a falência da vanguarda e dos gênios individuais, assim como a aceitação da arte definitivamente convertida em mercadoria (em paralelo à aceitação do capitalismo enquanto única possibilidade histórica), aparecem, então, como sintomas estéticos desse processo. Uma vez que os indivíduos não mais conseguem atuar na sociedade enquanto sujeitos, rebaixam-se a mera condição de objetos passivos em relação ao poderoso mercado de bens simbólicos que se expande em proporções gigantescas. No período neoliberal, a indústria cultural atua de forma ainda mais intensa no processo de propagação do conformismo e da aceitação passiva da realidade e suas contradições, o que compromete diretamente o processo de emancipação dos indivíduos. Outra característica que podemos identificar na estética pós-moderna é, segundo Fredric Jameson, a ideia de pastiche.

O pastiche é, tal como a paródia, a imitação de uma máscara peculiar, discurso numa língua morta; mas é uma prática neutra desse mimetismo, isenta das motivações ulteriores da paródia, amputada de impulso satírico, carente do riso e de qualquer convicção de que, ao lado da língua anormal momentaneamente emprestada, exista alguma saudável normalidade linguística. (Jameson, 1996, p.284)

A lógica cultural pós-moderna é, segundo Jameson, uma mera adaptação acrítica que toma um objeto como verdade sem nenhuma reflexão, sendo próprio dessa lógica cultural

negar veementemente o caráter revolucionário e histórico da arte, ou seja, aceitar o pastiche como mera adaptação, sem reflexão, inexoravelmente reafirma a negação do caráter revolucionário dos indivíduos como sujeitos ativos na sociedade. O que passa a ser propagado é uma falsa ideia de conformismo permeado de uma estranha comemoração diante da (falsa) impossibilidade do entendimento da totalidade da práxis social.

Portanto, o que procuramos demonstrar nesse ponto é a relação intrínseca e inseparável do momento de afirmação do neoliberalismo enquanto prática econômica e da propagação da lógica cultural (a)histórica característica do pós-modernismo. A consolidação das reformas neoliberais resultou claramente na expansão das prerrogativas pós-modernas, uma vez que o neoliberalismo leva ao aumento do processo de acumulação capitalista e o discurso pós-moderno se acomoda perfeitamente a essa realidade. Pós-modernismo como padrão estético, cultural e comportamental e neoliberalismo como permanência da lógica de acumulação do capital – esta junção parece representar o movimento real da onda conservadora dos tempos atuais.

### 3.2 A Indústria Cultural: mito e guerrilha semiológica

O conceito de Indústria Cultural foi apresentado, pela primeira vez, por dois pensadores alemães vinculados a Escola de Frankfurt, Adorno e Horkheimer, no livro “A Dialética do esclarecimento: Fragmentos filosóficos”, publicado no ano de 1947. O termo “indústria cultural” diz respeito à produção e organização da cultura em uma sociedade predominantemente veiculada à ideia de mercadoria – onde toda e qualquer ação humana teria como característica os valores do mundo do capital, da padronização do objeto e, conseqüentemente, a alienação dos indivíduos. O que estava em jogo agora era o tempo livre entre um expediente e outro, e é nesse sentido que a indústria cultural aparece, para Adorno e Horkheimer, como uma extensão do modo de dominação econômico do capitalismo. Ao controlar as sensações e aparecer como forma total no âmbito da sociedade, a indústria cultural trabalha com a ideia de tornar hegemônica a universalização da lógica da mercadoria, essas mercadorias organizariam as vontades, os anseios e a totalidade da vida humana em defesa da ordem e do sistema vigentes.

Para explicar como se daria o fenômeno da indústria cultural na sociedade, Adorno e Horkheimer trabalham a ideia de fetichização e padronização das formas culturais. Para esses autores, a característica principal dessa forma de cultura mercadológica seria uma tendência ao empobrecimento da subjetividade e a predominância de uma padronização alienante que buscaria, assim, eliminar a autonomia dos sujeitos em relação à cultura emancipatória. Quanto à fetichização, essa seria a característica de uma indústria que passa a deter o poder da linguagem e assim exerce, também, o poder de criar e recriar necessidades de consumo para os objetos por ela produzidos. Como herdeiros do materialismo histórico de Marx, Adorno e Horkheimer, apontam para a principal arma que a indústria cultural teria contra as consciências dos homens: a ideologia.<sup>15</sup> Entendemos que a ideologia é um problema teórico central para o campo comunicação e da cultura, por isso, buscamos desenvolver uma reflexão que relacionasse o seu conceito com as bases e implicações de suas abordagens em contato direto com a nossa categoria de análise. Os pensamentos pós-modernista estruturalista ou pós-estruturalista tendem a desconsiderar o conceito de ideologia como fundamental para a

---

<sup>15</sup> O conceito de ideologia aparece em Marx como equivalente de ilusão, falsa consciência, concepção idealista na qual a realidade é invertida e as ideias aparecem como motor da vida real. (...) No marxismo posterior a Marx, sobretudo na obra de Lênin, ganha outro sentido, bastante diferente: ideologia é qualquer concepção da realidade social ou política, vinculada aos interesses de certas classes sociais particulares.

reflexão da totalidade social, formando um ceticismo que aponta para impossibilidade da compreensão da realidade como um todo racional.

Nossa proposta metodológica vai ao sentido inverso. Acreditamos que a ideologia exercida pelos setores dominantes da sociedade, através de seus aparelhos privados de hegemonia, como a mídia, tem a necessidade de realizar diariamente seu exercício de dominação para buscar sua hegemonia. Esse é o movimento que tentamos demonstrar fazer parte do objetivo da indústria cultural como criadora de mitos diariamente. O esvaziamento e a naturalização das contradições ocorrem ininterruptamente, uma vez que, o processo de luta contra a ideologia dominante é o processo inerente à luta de classes frente à permanência das contradições sociais. A ideia de um vazio não demonstra essa processualidade, pelo contrário, abandona a matriz ontológica da crítica social e deságua numa concepção abstrata do movimento real. Como colocamos no ponto anterior, não se trata aqui de escolher um dos apontamentos sobre o conceito dentro da tradição marxista. Seja a ideologia falsa consciência ou visão de mundo de uma classe, acreditamos que ambas as concepções não são antagônicas, e sim complementares. Porém, a análise que pretendemos realizar precisava dar conta de demonstrar o caráter ontológico social da dominação em determinado momento histórico, justamente por interferir e organizar diretamente ação dos homens. Recorreremos a Carlos Nelson Coutinho:

Ideologia se torna aqui, independentemente de sua veracidade ou falsidade epistemológicas o *médium* cognoscitivo através do qual os homens interferem na realidade e a modificam. Apesar de condicionadas pelas mudanças materiais ocorridas nas condições econômicas de produção, as formas ideológicas não são um mero epifenômeno, mas um elemento determinante da própria realidade social e da solução de suas contradições. Se a crença em Deus se torna um universal subjetivo, nas palavras de Gramsci, Deus se converte numa realidade ontológico social, que mobiliza a ação prática dos homens, independentemente do fato de estarmos diante de uma falsa consciência no plano epistemológico e da ontologia da natureza. Do mesmo modo, independentemente do fato de expressar no plano gnosiológico uma consciência verdadeira da realidade histórica-social, o marxismo só se torna realidade sócio-ontológica, com efetiva incidência na vida real dos homens, quando – nas palavras do jovem Marx – “se apodera das massas”, ou seja, quando se torna um universal subjetivo. (Coutinho, 2011, p.164)

Os valores propagados pela indústria cultural teriam, necessariamente, que criar uma visão de mundo desistoricizada, desvinculada das contradições sociais. Para legitimar o mundo atrelado aos valores dessa indústria, os homens não poderiam reconhecer-se como atores de sua própria história, como sujeitos influentes das questões da sociedade, como ativos – o papel da indústria cultural seria, então, conseguir a passividade dos homens sob a ótica da ideologia.

Dessa forma, ambos os autores estariam convencidos do papel triunfante que a indústria cultural teria na legitimação, por exemplo, de regimes autoritários. Como o caso do Nazismo alemão (observado criticamente na obra de Theodor Adorno), que usou principalmente o poder de criar e recriar ideias em setores culturais como cinema, teatro, etc, para legitimar sua ação política. A visão pessimista dos autores em relação ao papel do sujeito frente ao poder exercido pela indústria cultural deve ser relacionada ao método crítico adotado em relação ao desenvolvimento desse mercado de bens simbólicos, após a década de 1930 na Europa. A passividade dos sujeitos e a propagação da alienação social seriam as consequências imediatas do avanço do domínio da forma burguesa de organizar o social sobre o mundo da cultura. O desenvolvimento e a afirmação desse grande mercado de bens simbólicos, a partir do século XVIII, e que se consolida na esfera da cultura na década de 30, pode ser definido como:

Conjunto de organizações empresariais, altamente concentradas tecnicamente e de capital centralizado, que produzem e distribuem objetos culturais em grande escala, empregando métodos marcados por alto grau de divisão do trabalho, baseado em fórmulas e visando a rentabilidade econômica (Adorno; Horkheimer, 1985).

No ensaio intitulado apocalípticos e integrados, Umberto Eco nos oferece uma reflexão crítica a respeito das análises sobre indústria cultural proposta pelos frankfurtianos. O autor reconhece sua dívida para com os apocalípticos e dedica a eles sua obra. O autor afirma partilhar da maioria das ideias, mas atenta para o valor de suas considerações para o entendimento do fenômeno da cultura de massa. Eco se dá conta de que existe base para uma visão negativa do presente, mas recusa um tratamento catastrofista e, portanto, paralisante. Umberto Eco apresenta a recusa na análise da cultura de uma visão elitista de mundo como argumento para desqualificar as elaborações frankfurtianas, que resultariam em conformismo e não em crítica. Os resultados desse trabalho relacionam-se ao entendimento do conceito indústria cultural na atualidade de uma forma ampla. Esse foi proposto por Adorno e Horkheimer, mas deve ser compreendido, também, a partir de seus comentadores, que influenciaram no sentido que o termo assumiu. Gostaríamos aqui de utilizar a reflexão de Umberto Eco sobre a necessidade de uma crítica que colocasse em movimento a luta pela organização da cultura na sociedade contemporânea, com destaque imediato para o papel dos meios de comunicação. No ensaio guerrilha semiológica, o autor nos apresenta a reflexão sobre o universo tecnológico da comunicação/cultura como uma realidade que nos exige papel ativo no confronto com o destino da mensagem propagada pelo mais diversos meios em

uma sociedade. Ao iniciar o artigo, Eco destaca três produções cinematográficas que abordam o tema de um golpe militar na sociedade contemporânea, e aponta que, em todos os três filmes, o golpe militar aconteceria não pela via da violência armada, regada a tanques e tiros de fuzil, mas pelo controle do telégrafo, do telefone, do rádio ou da televisão. Essa reflexão demonstra, na visão do autor, que vivemos a era da comunicação e é contra essa realidade que devemos atentar e nos organizar como sujeitos ativos na sociedade, e não como indivíduos passivos e vencidos.

Para Umberto Eco, seria necessário uma intensa guerrilha semiológica contra o que ele chamou de cultura de massa, numa crítica tanto aos coniventes com a realidade, quanto aos críticos apocalípticos (principalmente o frankfurtiano Theodor Adorno), que refletiam sobre a mesma. O confronto necessário precisa ser travado não de onde é emitida a mensagem, mas aonde ela chega, segundo o autor. Ou seja, cada sociedade em sua particularidade deveria estar atenta à realidade dos indivíduos que recebem uma mensagem em determinado contexto social e político. A ideia de guerrilha parece avançar contra a perspectiva paralisante do termo indústria cultural, proposto pelos frankfurtianos, uma vez que a ideia de um movimento na luta pela organização da cultura demonstra mais reação do que conformação, mais luta que passividade. Nas palavras de Umberto Eco:

Por isso, à solução de estratégia será preciso, amanhã, aplicar uma solução de guerrilha. É preciso ocupar, em todos os lugares do mundo, a primeira cadeira diante de cada aparelho de televisão (e naturalmente: a cadeira do líder de grupo diante de cada tela cinematográfica, de cada transmissor, de cada página de jornal). [...] a batalha pela sobrevivência do homem como ser responsável na Era da Comunicação não é vencida lá onde a comunicação parte, mas aonde ela chega. [...] nós teremos de ser capazes de imaginar sistemas de comunicação complementar que nos permitam atingir cada grupo humano isolado cada membro isolado do público universal, para discutir a mensagem que chega à luz dos códigos de chegada, confrontando-os com os de partida. (Eco, 1984)

Uma guerrilha da comunicação, portanto, é necessária para a manutenção do homem como ser (sujeito ativo) responsável na sociedade contemporânea, permeada pelo fluxo de informações e pelo considerável controle social exercido por aqueles que controlam os grandes meios. Umberto Eco reconhece e reafirma o poder da indústria cultural criticada pelos frankfurtianos, mas acrescenta que o tom apocalíptico das análises trazem uma ideia de passividade que deve ser confrontada pela necessidade de uma guerrilha semiológica, na era da comunicação enfrentada pela sociedade atual. Ao inverter a ponta do problema, o autor parece demonstrar interesse em observar o impacto da mensagem em cada grupo social diferenciado e em cada realidade, e é justamente nesses espaços que recebem a mensagem em

códigos totalmente diferentes que deve se travar a guerrilha semiológica com o objetivo de confrontar esses códigos com o ponto de partida dos mesmos.

Acreditamos na validade da crítica de Umberto Eco e na intensidade do movimento travado pela sua reflexão, porém, nosso objetivo aqui não é uma crítica à indústria cultural por aquilo que ela é, mas pelo que ela diz. Nesse contexto, entendemos que a necessidade e a realidade de luta pela organização da cultura não cessa, justamente porque a própria indústria cultural, num momento propício para sua expansão, como tentamos mostrar no ponto anterior, aplica uma intensa guerrilha semiológica em relação à sociedade – visando a despolitização dos sujeitos e a consequente manutenção da ordem. Numa sociedade capitalista, onde o intuito burguês é sempre a aplicação da mais-valia sobre a massa de trabalhadores, realizar uma guerrilha semiológica é fundamental na mesma medida em que é desqualificada e dificultada pela ideologia dominante, uma vez que essa ideologia já é colocada em prática por uma intensa guerrilha semiológica por parte da classe dominante através de sua indústria cultural. O momento da lógica cultural pós-moderna é o momento de despolitização e esvaziamento político da sociedade civil, justamente pela atuação dos grandes meios de comunicação em conveniência direta com a indústria de cultura e o entretenimento. Para demonstrar essa reflexão acerca do discurso proveniente da indústria cultural e propagada como comportamento social, traremos, então, da reflexão de Roland Barthes e da função do mito na sociedade capitalista.

Em primeiro lugar, Barthes deixa claro que o mito é, antes de tudo, uma fala. Mas não uma fala qualquer, é preciso que existam condições especiais para que a linguagem se transforme em mito, como tentaremos demonstrar adiante – ou seja, é uma mensagem e essa mensagem não pode ser definida pelo seu objeto, nem pela sua matéria, uma vez que, qualquer matéria pode ser arbitrariamente dotada de significação. Entende-se, portanto, por linguagem, qualquer discurso, fala ou unidade que seja verbal ou visual. O mito depende de uma ciência geral extensiva à linguagem – que é a semiologia. Segundo Barthes, a semiologia postula uma relação entre dois termos: um significante e um significado. O que se aprende não é absolutamente um termo, mas a correlação que os une; portanto, o significante, o significado e, também, o signo, que é o total associativo dos dois primeiros termos. Nesse contexto, a matéria-prima da fala mítica pressupõe uma consciência significante. Isso quer dizer que a fala mítica é constituída por significados já preexistentes em determinados signos, selecionados entre os outros possíveis e cristalizado em um sistema de significações específico. O objeto dessa fala pode ser qualquer unidade significativa, verbal ou visual, pois todas, a partir do momento que intencionam dizer alguma coisa, se convertem em textos a



serem decifrados. O mito é um significado a mais, uma conotação, sobre um primeiro significado, de cujo saber próprio e a história são tornados acessórios. O sentido esvaziado do signo linguístico reduz-se à forma no sistema mítico, que se fortalece daquele, mantendo-o em segundo plano, e, entretanto, à disposição para reiterar e conferir vivacidade à mensagem do mito.

Se compreendermos que o mito em relação ao significante tem uma função de deformação, nos interessa (particularmente nesse ponto) a articulação que Roland Barthes faz do mito como uma fala roubada e despolitizada. De acordo com o autor, o mito tem uma única e exclusiva função – que é transformar um sentido em forma. Ora, se estamos aqui interessados em fazer uma correlação coerente da função do mito na sociedade capitalista ao destacar o papel da indústria cultural, nesse quesito devemos observar que a naturalização das contradições sociais é o papel próprio da ideologia burguesa, e é justamente aqui que reside o papel fundamental do mito, que é constituído pela eliminação da qualidade histórica de tudo. No mito, tudo perde a lembrança de sua produção. A sociedade aliena-se por esse meio da natureza objetiva da história, abarcando os produtos ideológicos como sendo universais, substituindo a realidade pela imagem construída da realidade. O mito, na sociedade burguesa, tem o objetivo de esvaziar a memória da produção das coisas, purificando as significações a medida que as trata como resultado direto de tudo, sem implicações históricas. A fala mítica é despolitizada, e prescinde da ação, entretanto, para sua desmontagem, é primordial identificar o ambiente político em que se formatou. De acordo com Barthes, o que o mundo fornece ao mito é um real histórico, definido, por mais longe que se recue no tempo, pela maneira como os homens o produziram ou utilizaram; e o que o mito restitui é uma imagem natural desse real. E, do mesmo modo que a ideologia burguesa se define pela deserção do nome burguês, o mito é constituído pela eliminação de sua qualidade histórica: nele, tudo perde a lembrança de sua produção. O mundo penetra na linguagem como uma relação dialética de atividades, de atos humanos: sai do mito como um quadro harmonioso de essências. Uma prestidigitação inverteu o real, esvaziou-o de história e encheu-o de natureza, retirou-lhe o seu sentido humano, de modo a fazer significar uma insignificância humana. A função do mito é evacuar o real: literalmente, o mito é um escoamento incessante, uma hemorragia, ou, se prefere, uma evaporação; em suma, uma ausência sensível. (Barthes, 1985, p.163).

Entretanto, segundo o autor, o mito não tem a função de negar algo, ao contrário, tem o objetivo de falar de tudo, purificando, inocentando e fundamentando com natureza e eternidade. Dessa forma, observamos que o processo de criação de um mito (modo de significação) é o processo de esvaziamento da memória e do conjunto de valores. Para

Barthes, o mito é constituído pela eliminação de sua qualidade histórica, o real esvazia-se de história e enche-se de natureza. Ao passar da história para a natureza, o mito realiza a economia dos atos humanos, suprimindo toda a complexidade da dialética, as contradições em prol de um mundo claro e transparente. Ou seja, o que Roland Barthes demonstra é que o mito é, antes de tudo, metalinguagem, que fala de algo, porém, o mito é sempre metalinguagem num mundo já naturalizado, despolitizado por uma metalinguagem geral – e é justamente aqui que destacamos o papel da indústria cultural e da mídia, no geral, como grande intelectual orgânico a serviço da naturalização das contradições sociais, visando, obviamente, a manutenção da ordem vigente – não o único e mais importante, mas aquele que detém grande poder sobre a linguagem e, conseqüentemente, sobre a organização da cultura.

Entretanto, o que pretendemos expor a partir daqui é uma contribuição crítica da indústria cultural atenta mais ao que ela diz, do que ao que ela propriamente é. Como dito anteriormente, não acreditamos ser a indústria cultural e a mídia em geral o único e mais poderoso intelectual orgânico na disputa pela hegemonia na sociedade burguesa – mas destacaremos o papel naturalizador imposto por aqueles que controlam grandes meios de comunicação, e conseqüentemente a linguagem, como uma guerrilha semiológica contra a sociedade civil e sua organização social e política. A necessidade de se travar uma guerrilha semiológica para dar movimento à disputa pela organização da cultura (para além da crítica, por vezes, passiva e pessimista de Adorno e Horkheimer) é fundamental na medida em que a própria indústria cultural, e seus tentáculos propagandísticos, já travam uma intensa luta organizada contra a sociedade civil. Todavia, o papel naturalizador daqueles que controlam os grandes meios e tem poder direto sobre a linguagem passa, obviamente, pela criação de mitos que mascarem a realidade objetiva da sociedade, e para isso, não basta somente a criação de mitos no presente, é, também, necessário a resignificação de elementos sociais para descaracterizar e esvaziar seu conteúdo histórico, preenchendo com uma intensa naturalização de toda potência dialética presente.

O que a ideia de guerrilha semiológica e o papel do mito na sociedade burguesa têm em comum é a atualidade desse enfrentamento. Para conseguir sua hegemonia e propagar valores particulares como se fossem universais, a classe dominante busca esvaziar o presente de história, esvaziar as contradições e impor ideologias que mascaram a realidade social. Isso demonstra o caráter de guerra no que diz respeito a organização da cultura. O fundamental para nossa pesquisa é compreender como o papel do mito na sociedade burguesa não é deixar vazio o conteúdo histórico escolhido para ser resignificado, mas sim, preenchê-lo com uma intensa naturalização dos fatos e de suas contradições.

Essa guerrilha semiológica está sendo travada diariamente nos programas de TV e na visão comercial da produção da cultura na sociedade atual, estamos em meio a uma guerra da linguagem e é justamente aqui que reside um problema central de nossa sociedade. Importante ressaltar que a luta pela organização da cultura jamais cessou, como tentamos demonstrar em dois momentos diferentes o percurso histórico da sociedade brasileira. Nossa exposição sobre a indústria cultural e o papel ativo dos mitos na manutenção da ordem vigente se dá no contexto de redemocratização por cooptação no Brasil e na atualidade dessa realidade. Ou seja, o impacto do golpe de abril de 1964, que ainda ecoa na sociedade brasileira e tem fortes traços autoritários no papel da comunicação hoje. Toda uma estrutura forjada no período posterior ao golpe continua tentando organizar a cultura em prol das classes dominantes, criando mitos, travando uma guerrilha semiológica contra a sociedade civil. O que sobra disso é uma intensa despolitização da sociedade, uma dificuldade intensa de organização política e social, e um conseqüente aumento do ceticismo pós-moderno exacerbado em diferentes tentativas de organização da cultura, de forma dialética, crítica e consciente.

O golpe civil – empresarial e militar de 1964 permanece ecoando na medida em que estruturas culturais e comunicativas forjadas naquele período, e com claro objetivo conservador reacionário em vários momentos, ainda continuam de pé, em diferentes frentes e objetivos. Há pouco tempo, a rede globo de televisão, cedendo a pressões e manifestações populares, admitiu, durante seu principal noticiário, que apoiou o rompimento da democracia no Brasil em abril de 1964, para no dia seguinte, continuar o papel ativo de criação de mitos, numa clara posição de guerrilha semiológica contra nossa sociedade civil. A desorganização política e cultural imposta pelo autoritarismo do período ditatorial brasileiro ainda tem impacto direto na atual realidade e na organização de nossa cultura. Portanto, o que pretendemos demonstrar nesse ponto é a atualíssima ideia de guerrilha semiológica apresentada por Umberto Eco, em consonância direta com a ideia do mito, apresentada por Roland Barthes. Levando em consideração, claro, a rica crítica de caráter mais totalizante, do ponto de vista da teoria social, apresentada pelos frankfurtianos Adorno e Horkheimer, com o conceito de indústria cultural. A função do mito é a função despolitizadora da indústria cultural, porém, não tem como objetivo somente esvaziar elementos históricos, mas preenchê-los de natureza, naturalizando as contradições em prol dos interesses das ideias dominantes – nossa função de guerrilha é, apesar das dificuldades, historicizá-los novamente.

### **3.3 Vazio cultural: ideologia e abstração – do estruturalismo ao discurso pós-moderno**

Buscar a real identidade na aparente diferenciação e contradição, e descobrir a substancial diversidade por trás da aparente identidade é a mais delicada, incompreendida e, contudo essencial capacidade do crítico das ideias e do historiador do desenvolvimento social. (Gramsci, 2001, p.205)

Ao longo deste trabalho procuramos estabelecer uma comparação entre dois períodos históricos diferentes sob a ótica de uma categoria específica: o “vazio cultural”, justamente pelo caráter irracionalista dessa abordagem. Ao demonstrar essa processualidade, que tem início com o golpe civil empresarial e militar de 1964, tentamos compreender essa categoria em meio aos principais problemas sociais e políticos abordados. Deixamos claro que nossa análise do momento presente se baseia por uma compreensão daquilo que ainda podemos observar na sociedade como herança do rompimento democrático de 1964, como estruturas de coerção sólidas que ainda hoje dificultam, significativamente, a organização da cultura no seio da sociedade civil e sua consequente emancipação política.

A desmemorização e a censura aplicadas pela autocracia burguesa - contra uma cultura conscientemente crítica - objetivava impor aos indivíduos uma cortina de fumaça nas contradições existentes dentro de um sistema autoritário e coercitivo. Para isso, era necessário excluir do alcance popular todo tipo de cultura que pretendesse apresentar em seu discurso uma compreensão da totalidade do ambiente político existente, que forjasse, assim, indivíduos conscientes e ativos na sociedade. Como resultado dessa violência contra a cultura e a intelectualidade do período, vimos ganhar força as correntes irracionalistas tanto no plano da cultura de massas, quanto no plano da produção acadêmica. Num primeiro momento, o “vazio cultural” apontado pelo crítico Alceu Amoroso Lima buscava designar a realidade brasileira no período posterior ao AI-5 e o endurecimento do regime autocrático burguês. Tentava, assim, demonstrar a miséria em que vivia o campo da cultura naquele momento, com o desenvolvimento de uma indústria de entretenimento com amplo apoio do Estado, a cooptação das consciências e a violência imposta pela censura. De acordo com Alceu Amoroso Lima:

(...) um vazio provocado não pela ausência de autores e obras capazes de preencher esse vazio, mas por culpa de uma censura explícita, imediata ou potencial, que obriga grande parte da intelectualidade brasileira a escrever apenas, ou predominantemente, nas entrelinhas. (Lima, Alceu Amoroso, *Jornal do Brasil*, 1971)

Para Alceu Amoroso Lima, o resultado da censura e da política de segurança nacional da Ditadura era um vazio no campo da cultura brasileira - onde intelectuais e artistas só conseguiam se expressar nas entrelinhas, tentando burlar os censores, quando não eram presos, mortos ou obrigados a seguir para o exílio.

Sabemos que ao instaurar um verdadeiro terror sobre a produção intelectual do país a autocracia burguesa visava o controle sobre o mundo da cultura como fator fundamental na conquista de sua hegemonia frente à sociedade civil, uma que vez que o Estado não produz cultura, mas direciona e molda a sociedade civil segundo seus interesses (Netto, 2006). Dessa forma, buscamos compreender como Alceu Amoroso Lima, ao nomear o momento posterior ao AI-5 como um período de “vazio cultural”, não colaborou muito para a compreensão das dificuldades da organização da cultura em tempos de censura e perseguição política. A ideia de cultura que parece ter Lima é o de uma cultura letrada e humanista, fruto da produção intelectual da burguesia enquanto classe revolucionária. Uma ideia limitada desse conceito leva a desconsiderar que no lugar de uma cultura humanista, entra em cena amplo apoio do Estado autoritário, uma indústria cultural de características pós-modernas. Processo esse que não acontece sem lutas, pelo contrário, apesar de toda coerção e violência, obviamente, se continuou a produzir cultura no país, tanto pela via irracionalista impulsionada pelo Estado como pela via nacional popular. José Paulo Netto resolve a questão da seguinte forma:

Em resumidas contas, os anos de chumbo realmente instauraram, na primeira metade da década de 1970, o “vazio cultural” a que Alceu Amoro Lima se referiu. Mas isto não significou que a ditadura tenha conseguido arrancar as raízes democráticas e progressistas que, na nossa cultura, se desenvolveram nos anos imediatamente posteriores – significa que elas viram-se congeladas, foram subtraídas do conhecimento do grande público e especialmente sonegadas aos jovens que se então se formaram. A estes, nos anos de chumbo, o regime de abril ofereceu uma mixórdia cultural de conformismo e carreirismo ou, quando se tratava de jovens inquietos e rebeldes, a alternativa irracionalista aparentemente radical da contracultura (já contida no tropicalismo), o então designado *desbunde*, que pôde se desenvolver de modo relativamente livre. (Netto, 2014)

O movimento tropicalista pode ser entendido dentro dessa nova configuração do país em relação a nascente indústria cultural no pós AI-5 (de 1968 em diante). Partiremos da observação de Roberto Schwarz, na qual o autor aponta que os tropicalistas brincavam com imagens absurdas do Brasil, utilizando as contradições entre o moderno e o arcaico,

construindo uma imagem do absurdo e não dialética, a qual para ele era consumida sem críticas e, ao invés de serem apresentadas soluções, crescia um estranho sentimento de celebração. Ainda para o autor, na imagem tropicalista: “é essencial que a justaposição do antigo e do novo, seja entre conteúdo e forma, seja no interior do conteúdo – compunha um absurdo, esteja em forma de aberração, a que se referem à melancolia e o humor deste estilo.” (2001, p.73).

Já de acordo com Marcelo Ridenti o tropicalismo não tinha por objetivo ser pioneiro de nenhuma revolução social, mas sim revolucionar a linguagem e o comportamento da vida cotidiana, sempre criticando por um lado a ditadura e por outro a estética de esquerda, a qual acusavam de menosprezar a forma artística, ao mesmo tempo em que desejava incorporar-se aos meios de comunicação de massa e aos mecanismos de produção cultural. Na observação de Carlos Nelson Coutinho, a Tropicália foi um movimento “extracultural”, se colocando mais como uma crise do que uma tentativa de resolvê-la.

Todavia, apoiamo-nos na leitura de Carlos Nelson Coutinho, em seu ensaio *O estruturalismo e a miséria da razão*, para compreender a crítica feita pelo autor a corrente irracionalista e antiontológica preponderante naquele momento histórico. Temos como objetivo desconstruir a categoria de vazio para estabelecer outra leitura a respeito do movimento real das dificuldades daquele período. A análise contrária ao estruturalismo empreendida por Carlos Nelson Coutinho, pela força de sua atualidade crítica contra o discurso pós-moderno, contém importantes ferramentas teóricas que podem ser utilizadas para observar de que forma a categoria “vazio cultural” aparece na sociedade contemporânea como discurso irracionalista. No prefácio à segunda edição do livro, o autor aponta como o suposto “vazio cultural” e a miséria da razão impostas pelos estruturalistas estavam de comum acordo com esse tipo de análise.

Para realizar essa crítica, Carlos Nelson Coutinho compreende que toda tradição filosófica decadente, desde o neopositivismo ao estruturalismo, opõe-se radicalmente a razão dialética, principalmente ao afirmar que o homem é um puro dado passivo em torno de uma grande estrutura social que precisa ser compreendida - assumindo uma racionalidade burocrática. O humanismo ou qualquer análise que aborde a sociedade capitalista em sua totalidade seria, na verdade, um falso problema. Proclama-se assim, a morte da ideologia e uma análise que priorizaria a imeditividade dos fenômenos sociais. Ao basear-se numa análise autenticamente materialista e dialética de caráter marxista, Carlos Nelson Coutinho denuncia os limites das abordagens formuladas por autores vinculados à corrente estruturalista.

A visão pessimista e angustiada dessa abordagem coloca em cheque qualquer tentativa racional de apreensão do real. Isso quer dizer que a abordagem estruturalista eliminaria o papel ativo dos sujeitos em prol de uma análise empobrecida a respeito das estruturas de poder que aprisionariam esses sujeitos. É o que o autor chama de *a ideologia do mundo manipulado*.<sup>16</sup> A passividade dessa abordagem foi demonstrada no ponto anterior quando tentamos expor como a mudança de um tipo de capitalismo totalmente agregado e preocupado com a produção se transforma numa esfera muito mais poderosa quando passa a organizar, também, o consumo, e aqui cabe toda nossa análise a respeito da indústria cultural como criadora de mitos e ideologias.

Para demonstrar essa tendência pessimista e irracional, Carlos Nelson Coutinho aborda o pensamento de Michel Foucault quando o autor afirma que “o mundo técnico é o nosso mundo real”.<sup>17</sup> Para Carlos Nelson Coutinho, esse tipo de afirmação que elimina o papel ontológico da crítica social, ao desconsiderar o papel ativo dos sujeitos, é o que deixa clara a ideologia de um mundo totalmente manipulado, característico do pensamento estruturalista, no qual o verdadeiro inimigo dessa concepção empobrecida seria, portanto, aquele que desenvolve uma visão de mundo herdeira dos preceitos básicos da tradição progressista, do historicismo e da dialética. A ilusão ideológica de uma total subordinação do ser social frente à técnica e às regras formais elimina, pouco a pouco, a herança revolucionária de uma abordagem verdadeiramente racional, e culminaria necessariamente em uma análise irracional de um fim do poder exercido pela ideologia dominante na vida dos homens.

No prefácio à segunda edição de *O estruturalismo e a miséria da razão*, Carlos Nelson Coutinho inicia o texto afirmando que o momento de publicação de sua obra (1973) coincidia com o período conhecido como *vazio cultural* no Brasil. Entretanto, o autor não aborda especificamente essa categoria nesse ensaio. Onde aparece uma análise mais cuidadosa é no livro *Cultura e sociedade no Brasil* – no qual fica evidente a visão do autor quanto a essa abordagem antiontológica, quando demonstra que é evidente que não existe a possibilidade de um vazio, e aponta que é mais correto falar sobre um tipo de cultura esvaziada, esvaziada de caráter político e crítico, de seu engajamento, passando a ser subordinada a manutenção da ordem vigente – obviamente analisando o poder da censura e ao endurecimento coercitivo da autocracia burguesa no pós-68. Segundo Carlos Nelson Coutinho:

---

<sup>16</sup> Coutinho, Carlos Nelson. **O estruturalismo e a miséria da razão**. 2010, p. 67

<sup>17</sup> Foucault, Michel. “entrevista a *Quinzaine littéraire*”. In: E.P. Coelho (org.) *Estruturalismo*. Antologia de textos teóricos. Lisboa, Portugal, 1968, p. 35.

A época do chamado “vazio cultural”, que seria melhor designar como época da cultura esvaziada (e/ou empobrecida) e que domina o período de 1969-1973 aquilo que um tecnocrata poderia chamar de “ponto ótimo” na tentativa de marginalização das correntes nacional-populares e, conseqüentemente, de remoção do pluralismo como traço dominante de nossa vida social. (Coutinho, 1999, p. 63)

Como já demonstramos no primeiro capítulo, a questão do vazio era uma crítica muito mais do caráter qualitativo (elitista) do que do ponto de vista quantitativo. O que gostaríamos de deixar claro é a aproximação, evidente, da categoria de “vazio cultural” com a metodologia estruturalista característica daquele período. Entretanto, se a estrutura for o objeto verdadeiramente importante na análise do real, se o sujeito não tem mais papel ativo na construção do mesmo e se a técnica venceu, realmente teríamos a junção perfeita para estabelecer um mundo manipulado a tal ponto que viveríamos, no caso brasileiro, um completo vazio de cultura no pós-68. Acreditamos que Carlos Nelson Coutinho parte de uma análise do caso brasileiro para alcançar uma abordagem crítica sobre toda uma corrente filosófica que ganhava força na década de 1970 – dessa forma, *O estruturalismo e a miséria da razão* denuncia como a falta de compreensão ontológica do real leva a análises empobrecidas e fetichizadas; como aquela expressa na categoria de “vazio cultural” apontada por Alceu Amoroso Lima.

Quando analisamos a repercussão e a abordagem a respeito de nossa categoria após a publicação da revista Carta Capital, de fevereiro de 2013, novamente a retórica do “vazio cultural” aparece como tentativa de compreensão da atual conjuntura política e social que atravessamos. Como procuramos demonstrar, posições diferentes a respeito da publicação aguçaram uma intensa discussão sobre o momento atual da produção cultural e o momento político no Brasil. Pessimistas e otimistas traçaram análises na tentativa de compreender se de fato era correto apontar um vazio de caráter pessimista ou se, na verdade, vivemos uma cheia cultural de caráter mais otimista.

Seguindo a análise de Carlos Nelson Coutinho, e a atualidade da crítica presente em *O estruturalismo e a miséria da razão*, acreditamos ser possível retomar aqui uma crítica dialética e ontológica a essa categoria hoje atrelada a um irracionalismo pós-moderno, onde vemos uma clara ligação entre a negação da razão dialética pelos estruturalistas e uma adesão a essa rejeição por autores pós-modernos. Como tentamos observar entre os capítulos 1 e 2, nossa transição para a uma democracia burguesa nos deixou um vasto legado de permanências daquele período autoritário.

A via prussiana se intensificou naquilo que observamos com Florestan Fernandes



como o processo da revolução burguesa no Brasil, e, justamente, por isso, o golpe de abril de 1964 (que ainda reverbera na sociedade) deve ser levado em consideração na análise sobre o atual momento político e, conseqüentemente, cultural brasileiro. Dessa forma, em 1973, a categoria “vazio cultural” aparece como uma ideologia e uma abstração daquela realidade, hoje reaparece de forma mais intensa atrelada a uma leitura pós-moderna que se desvincula do processo histórico para cair num irracionalismo subjetivo. Tanto na análise de Alceu Amoroso Lima, em 1972, como na capa da revista Carta Capital de 2013 o “vazio” aparece desconsiderando o papel ativo dos sujeitos na sociedade, numa ideia limitada do conceito de cultura. Para melhor compreender o atual cenário cultural e político e não rotular o momento como vazio vamos de acordo com Álvaro Bianchi e Ruy Braga em recente artigo intitulado “Hegemonia e Crise”, que foi publicado no blog convergência:

A característica fundamental da crise de hegemonia não é, então, o “vazio de poder”, que a rigor poderia ser ocupado por qualquer um, até mesmo por um aventureiro ou um grupo deles. A política, assim como a natureza também tem “horror ao vácuo”. A crise de hegemonia se caracteriza não pela inexistência de poder, o vazio, e sim por uma multiplicidade deles. Poderes plurais e policêntricos que têm como portadores diferentes grupos sociais que lutam incessantemente pela afirmação de sua alternativa. É claro que essa situação não pode se prolongar indefinidamente. Sem nenhuma capacidade dirigente, as classes dominantes ou frações dela podem ser deslocadas do poder, deixando de ser dominantes. (Braga; Bianchi, 2015).

Se trabalharmos com a ideia de que o golpe de abril de 1964 ainda pode ser compreendido por suas permanências sólidas na sociedade, temos uma herança autoritária que precisa ser levada em consideração se analisarmos o presente e suas contradições na sociedade brasileira. As abordagens (a)históricas de uma filosofia pós-moderna intensificam uma leitura desvinculada dessa processualidade fundamental para a compreensão do presente, de forma que, ao desconsiderar a violência de um trajeto histórico especificamente autoritário, a categoria “vazio cultural” está totalmente atrelada às interpretações pós-modernas, que ganham força com uma realidade cada vez mais reificada e empobrecida de sua matriz dialética. Como observa Terry Eagleton em “*As ilusões do pós-modernismo*”, essa nova fase se constitui principalmente pela rejeição à importância do processo histórico e a qualquer perspectiva crítica totalizante dentro da estrutura social.

A influência do poder do capital, atrelado a uma sedenta indústria de valores culturais cada vez mais reificados, configura o campo da disputa pela hegemonia na contemporaneidade. Todavia, a atual conjuntura social se configura, para os pós-modernos, como um momento constituído pelas identidades atomizadas e fragmentárias que indicam a dissolução de um projeto histórico e político com a responsabilidade de análise estrutural da

realidade. O descrédito com a modernidade e o fim da perspectiva evolutiva atrelada à ideia de razão, que seria capaz de levar o mundo a um processo de igualdade e justiça, criou o que conhecemos hoje como esse pensamento pós-moderno, ou seja, uma tentativa de fim dos grandes paradigmas, das certezas. Recorremos a conclusão de Terry Eagleton, em que o autor sintetiza a problemática que caracteriza o tipo de pensamento vigente na sociedade que viu as certezas que guiaram a modernidade declinarem:

Preciso terminar, infelizmente, com uma observação sinistra. O pensamento pós-moderno de fim-da-história não antevê um futuro para nós muito diferente do presente, perspectiva que ele curiosamente vê como motivo de comemoração. Mas há de fato a possibilidade de um futuro desses entre vários, e ele se chama fascismo. O maior teste do pós-modernismo, ou no caso de qualquer outra doutrina política, é como ele poderia chegar a isso. O conjunto da sua obra acerca do racismo e da etnicidade, da paranoia de pensar a identidade, dos perigos da totalidade e do medo da diferença: tudo isso, junto com seus insights aprofundados sobre as artimanhas do poder, sem dúvida revelar-se-ia de considerável valor. Mas seu relativismo cultural e seu convencionalismo moral, seu ceticismo, pragmatismo e bairrismo, seu desagrado com ideias de solidariedade e organização disciplinada, sua falta de qualquer teoria adequada de ação política: tudo isso ia depor muito contra ele. No confronto com seus adversários políticos, a esquerda, hoje mais que nunca, precisa de sólidos fundamentos éticos e mesmo antropológicos: é provável que nada menos que isso nos possa suprir dos recursos políticos de que necessitamos. E, nessa área, o pós-modernismo acaba sendo mais parte do problema que da solução. (Eagleton, 1998, p. 130)

A análise irracionalista e pós-moderna de fim da história a qual se refere Eagleton é totalmente vinculada à categoria de vazio, na qual o caráter ontológico da crítica social se transforma em uma compreensão empobrecida da realidade. Uma análise sobre as permanências sólidas do golpe de abril de 1964 não permite trabalhar a ideia de vazio como resposta aos problemas enfrentados pela atual conjuntura política, pelo contrário, nos faz evidenciar, cada vez mais, a necessidade de debater os impactos que o golpe impulsionado pela autocracia burguesa deixou sobre a sociedade. Enquanto essa linguagem hegemônica estiver colocando em prática seu processo de desistoricização do real, tanto no plano do presente como vinculado aos elementos históricos de nosso passado recente, encontraremos dificuldades para virar, de uma vez por todas, a trágica página da história iniciada em abril de 1964.

Para compor nossa proposta, gostaríamos de exemplificar e denunciar como o discurso pós-moderno alimenta a categoria do vazio, uma vez que essa corrente filosófica direciona toda tentativa de compreensão do real para um subjetivismo cínico sobre as contradições existentes na sociedade. A análise apocalíptica e antiontológica de autores vinculados a essa tradição nos permite apontar como a categoria do vazio está expressamente vinculada à perda

de uma análise verdadeiramente racional do real. O fim da possibilidade de grandes narrativas e de grandes transformações (nas palavras de Gramsci: a *grande política*) são para alguns autores pós-modernos o elo de análise para a compreensão apocalíptica da realidade. Não por faltar realidade, mas por uma suposta hiper-realidade.

Assim, é possível perceber que há um Estado paradoxal, com realidade demais, positividade demais e informações demais. Para entender esse Estado, seria necessário um modo de pensar paradoxal que descarte a verdade, a causalidade e as normas discursivas. Esse parece ser o fio condutor do pensamento de Jean Baudrillard, filósofo francês e crítico do mundo da sociedade de consumo. Contestador do mundo real forjado, principalmente, pelos meios de comunicação e pela lógica da mercadoria, Baudrillard é um dos pioneiros do pensamento pós-moderno no século XX, e ainda hoje desperta grande interesse em sua obra. A ideia de um real ilusório é ponto importante na obra do autor, de qual ensaio “simulacros e simulações” é um expoente importante pelo seu vínculo com a cultura pop ao, supostamente, ter influenciado o filme *Matrix*. Ao denunciar um mundo repleto de simulacros e um fim do social para o aparecimento de um mundo de massas amorfas, Baudrillard nos oferece uma leitura do real onde o sujeito não mais participa de nenhum tipo de construção social, como puro objeto é consequência do real e não causa.

Para este autor, o desaparecimento do real parece ser um diagnóstico irreversível, já que é impulsionado por uma extrema racionalização da vida, a hiper-realidade. A realidade ilusória, para Baudrillard, é a consequência da ausência do real dos seres e das coisas. Com isso, o autor acredita que nem para os outros e nem para nós próprios somos, de fato, reais. Para melhor exemplificar a ideia de Baudrillard, podemos afirmar que o autor acredita que as relações interpessoais, atreladas ao consumismo e ao mundo mediado pelos meios de comunicação, são impulsionadas através de um processo ilusório necessário para o estabelecimento das relações sociais atuais. Ao afirmar que o “objeto torna-se o horizonte do desaparecimento do sujeito”, Baudrillard deixa claro que para ele existe o fim do social como realidade compreensível do ponto de vista filosofia moderna. O fim do social é o fim do projeto iluminista e o fim da possibilidade transformadora inerente aos sujeitos, o autor afirma seu diagnóstico antropológico quando questiona: As massas são o “espelho do social? Não, elas não refletem o social, nem se refletem no social – é o espelho do social que nelas se despedaça” (Baudrillard, 1994). Acreditamos que a interpretação de Jean Baudrillard e a ideia de um desaparecimento do real tem relação direta com a categoria do *vazio*, em ambas o papel do sujeito não é compreendida numa condição ontológica, o diagnóstico catastrófico denuncia uma realidade onde os sujeitos não mais são criadores do meio em que vivem, mas

condicionados a ele, de forma passiva, estaríamos portanto, no fim da história. Nosso objetivo é demonstrar como a ideia de vazio está arraigada no pensamento catastrófico e pós-moderno de fim da história, uma total destruição do compromisso com o movimento real dos homens, com a razão, como observa Gyorgy Lukács, nas palavras do marxista húngaro: <sup>18</sup>

(...) o desprezo pelo entendimento e razão, a glorificação sincera e rasa da intuição, a teoria aristocrata do conhecimento, a repulsa do progresso social, a mitomania, etc., (...) podemos descobrir sem dificuldade (...) em todo filósofo irracionalista.

O autor identifica que as etapas do irracionalismo nascem como outras respostas reacionárias aos problemas colocadas pela ininterrupta luta de classes. Com isso, nosso objetivo é a denúncia de nossa categoria de análise como uma ideologia, uma negação de todo processo histórico que tentamos demonstrar nos dois períodos estudados. Ou seja, apontar um “vazio cultural” é renunciar ao movimento real da história, é deixar de considerar a atualidade de que o rompimento democrático de 1964 ainda exerce sobre a sociedade, é não perceber as permanências concretas que podemos identificar tanto no aspecto político como no terreno da cultura.

É necessário, portanto, mostrar a inaplicabilidade da ideia do “vazio”, para reafirmar os desafios que ainda precisamos enfrentar contra o golpe de abril. O que tentamos afirmar aqui é o vínculo entre o pensamento pós-moderno e a ideia de fim da história com a nossa categoria de análise. A atualidade da crítica de Carlos Nelson Coutinho à corrente estruturalista nos permite traçar uma continuidade do empobrecimento da crítica social vinculada ao pensamento pós-moderno. Ao traçar uma relação da categoria do vazio em dois momentos diferentes percebemos que em ambos os casos cabe à crítica materialista histórica para desconstruir esse tipo de abordagem. Acreditamos que é impossível apontar uma análise convincente com a ideia de vazio, a ausência dos sujeitos na construção da práxis social é, necessariamente, uma ideologia, uma abstração do processo histórico, afinal: “são os homens que desenvolvem a sua produção material e o seu intercâmbio material que, ao mudarem esta sua realidade, mudam também o seu pensamento e os produtos do seu pensamento” (Marx & Engels, 2002, p.23).

---

<sup>18</sup> LUKÁCS, G. *El asalto a lá razón*. Barcelona: Grijalbo S.A. 1976.



## Conclusão

No encerramento deste trabalho, gostaríamos de reafirmar nosso compromisso de não ter a pretensão de esgotar as possibilidades de análise que a pesquisa nos permitiu alcançar. Ao longo das leituras necessárias para dar corpo a esta dissertação, percebemos que é possível aprofundar as abordagens observadas numa pesquisa mais longa e detalhada, que dê conta de expor toda nossa argumentação a respeito dos impactos do golpe civil militar na sociedade brasileira. Inicialmente, foi feita uma intensa pesquisa bibliográfica que nos permitisse tratar de um tema tantas vezes debatido por pesquisadores e professores muito mais experientes. O levantamento desse material, em contato direto com a orientação do professor Eduardo Granja Coutinho, foi fundamental para nos aproximar das diversas abordagens já feitas sobre os dois períodos pesquisados. A escolha de uma categoria específica de análise nos permitiu olhar para a bibliografia e para o processo histórico com um objetivo claro estabelecido: a impossibilidade de um “vazio cultural”, tanto no momento posterior ao golpe civil militar como no presente, justamente pelas permanências sólidas que ainda podemos apontar e delimitar como fontes de análise, sempre com a intenção de colaborar para a atualidade do tema, dando a importância devida à crítica do caráter autoritário da sociedade que experimentamos.

Todavia, nossa principal motivação para o início desta pesquisa foi trazer para o centro da discussão uma abordagem crítica que cumprisse o papel político de identificar o processo que indicasse o atual estágio da sociedade brasileira e suas contradições. Com o crescimento de abordagens cada vez mais “culturalistas”, o que se perde é a preocupação política que dá moldes ao processo de lutas e de disputas, de forma que, o processo histórico perde sua importância e o que sobra é sempre o visível e o imediato. Com isso, o avanço neoliberal, o crescimento do poder da indústria da mídia e a influência da ideologia na organização da cultura configuram um momento propício para a disseminação de análises cada vez mais inclinadas a tendência pós-modernas, até entre os setores progressistas da sociedade, como é o caso da publicação da revista Carta Capital.

Feita essa análise, nos preocupamos em utilizar um método teórico bem específico, para que fosse possível dar conta de nossa análise. A preocupação central de toda a discussão aqui trabalhada gira em torno da dificuldade da organização da cultura em tempos neoliberais de forte domínio ideológico, exercido pelos meios de comunicação e pela indústria cultural. O papel do Estado nesse processo foi apresentar como fundamental na manutenção da ordem

vigente e na exclusão e repressão a qualquer demanda popular organizada no seio da sociedade civil. Sendo o Estado um instrumento de classe, seus aparelhos burocráticos e privados criam as bases necessárias para o domínio burguês via instrumentos ideológicos. A ideologia, quando entendida pelo seu caráter ontológico, dá conta de explicar pra além de uma falsa consciência, o papel organizativo que as ideias particulares de uma classe podem exercer sobre o conjunto da sociedade, num estágio do capitalismo em que, nos países ditos “ocidentais”, a sociedade civil se tornou um espaço privilegiado de exercício de poder (e de luta contra ele), a conformação de modelos e linguagens pretensamente técnicas e universais e sua legitimação por instituições caracterizadas nos moldes que Gramsci chamou de aparelhos privados de hegemonia. Entretanto, nossa preocupação girou em torno da dificuldade da organização da cultura frente a permanências sólidas do golpe civil militar na sociedade brasileira. É fato que o papel ideológico dos meios de comunicação é parte fundamental da crítica à sociedade burguesa atualmente. No Brasil, especificamente, temos um processo de modernização conservadora articulado de forma autoritária que ainda se mantém de pé. Muitas rupturas foram conquistadas em relação ao período ditatorial, porém, a emancipação da sociedade frente ao poder exercido pela histórica classe dominante brasileira, passa fundamentalmente pelo questionamento ao poder ideológico exercido por aqueles que controlam os grandes meios, que coagem e limitam até o Estado para anunciar seus valores particulares como se fossem universais a todo corpo social. Como sabemos, a democratização da mídia na sociedade é uma luta totalmente atual, porém, não parece ser a prioridade dos governos vigentes.

Na busca pela abordagem necessária para negar a possibilidade de um “vazio”, buscamos apontar como se estabeleceu o aparelho midiático no Brasil em convivência direta com a autocracia burguesa, para depois esmiuçar de que forma a ideologia dominante atua na sociedade. Esvaziando, despolitizando e escondendo as reais contradições sociais. Com o objetivo de naturalizar as contradições é preciso um tipo de cultura que preencha o espaço e não ofereça perigo à ordem estabelecida. Esse trabalho é exercido pelo poder da indústria cultural e pelos meios massivos de comunicação.

A forma como se deu a transição brasileira do fim da Ditadura para a reformulação aparentemente democrática do Estado, nos mostra como é fundamental para o projeto de domínio burguês que se mantenham características essenciais à sujeição do conjunto da sociedade para a objetividade das ideias dominantes. O aumento do protagonismo das lutas sociais nos anos 1970 e o papel do PT como maior aglutinador dessas lutas da era pós-democratização (Iasi, 2006), justifica que o partido dos trabalhadores carregasse a

potencialidade em relação a um projeto de comunicação que enfrentasse a disputa da hegemonia no Brasil. Apesar das menções e declarações favoráveis à democratização dos meios de comunicação pelo diretório nacional do partido, e por parte de seus parlamentares, o que parece ocorrer é o abandono por parte do PT da perspectiva de construção de uma contra – hegemonia nos termos de Gramsci, que enfrente e a ordem vigente e o poder dos grandes conglomerados de mídia no Brasil e que conseguisse agregar as forças progressistas para inaugurar um novo projeto social. Essas são abordagens que precisam ser debatidas a fundo, uma das grandes possibilidades de análise que nossa pesquisa nos mostrou ser possível e infelizmente não pôde ser feita aqui.

Acreditamos que ideia de um aparente vazio dá conta de, ao menos, chamar atenção para as permanências autoritárias que podemos observar ainda na sociedade brasileira, configurada por uma realidade onde a influência dos elementos veiculados por uma linguagem hegemônica, que tenta direcionar a vida dos sujeitos, reflete diretamente na organização cultural, “blindando a política de forma a que não envolva transformações substantivas na vida social. Essa configuração parece corresponder à hegemonia do grande capital monetário, hoje (ainda) dominante e dirigente” (Fontes, 2008). Portanto, para finalizar essas considerações, voltamos à questão central do nosso trabalho. Ao apontar o momento atual como “vazio”, essa crítica empobrecida de características pós-modernas faz parte de uma junção de dois principais equívocos: 1) por apontar uma ideia limitada do conceito de cultura e 2) por desconsiderar o processo histórico que traz a sociedade até as dificuldades enfrentadas pelos tempos atuais. Ao propor uma leitura crítica a respeito do processo de permanências no golpe civil militar na sociedade, objetivamos esclarecer como a impossibilidade de um “vazio” está de acordo com uma leitura ontológica da realidade social. De forma que, buscamos desconstruir nossa categoria de análise com uma abordagem historicista que desse conta de esclarecer a inaplicabilidade de uma crítica que não tenha compromisso com o movimento real da história recente brasileira.



## Referências bibliográficas

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

\_\_\_\_\_. **A indústria cultural**. In: COHN, Gabriel (org.). Col. Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1986.

ANDERSON, Perry. **As origens da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1997.

BARTHES, Roland. **Mitologias**. Lisboa: Ed 70, 1988.

BAUDRILLARD, Jean. **A Sombra das maiorias Silenciosas ou o Fim do Social**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução: Fernando Tomaz. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

BRAGA, Rui; BIANCHI, Álvaro. **Hegemonia e Crise: noções básicas para entender a situação brasileira**. Disponível em <http://blogconvergencia.org/?p=3749>. Acesso em 4/3/2016.

CARCANHOLO, Marcelo Dias e BARUCO, Grasiela Cristina da Cunha. **A atual ideologia conservadora e o capitalismo contemporâneo: uma crítica à teoria pós-moderna neoliberal**. Disponível em

<http://econpapers.repec.org/paper/anpen2008/200807091134410.htm>. Acesso em 4/3/2016.

CHAUÍ, M. **Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

\_\_\_\_\_. **Simulacro e poder: uma análise da mídia**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

COHN, Gabriel. **Comunicação e indústria cultural**. São Paulo: T. A. Queiroz, Editor, 1987.

\_\_\_\_\_. **A concepção oficial da política cultural nos anos 70**. In: MICELI, S. (Org.). Estado e cultura no Brasil. São Paulo: Difel, 1984.

COUTINHO, Eduardo Granja. **Velhas histórias, memórias futuras: o sentido da tradição na obra de Paulinho da Viola**. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 2002.

\_\_\_\_\_. **A comunicação do oprimido: malandragem, marginalidade e contra-hegemonia**. In: PAIVA, Raquel; SANTOS, Cristiano. Comunidade e contra-hegemonia no Rio de Janeiro: rotas de comunicação alternativa. Rio de Janeiro: Mauad, 2008.

\_\_\_\_\_. **Contrarrevolução impressa: jornalismo, reificação e hegemonia**. IN: COUTINHO, E.G.; GONÇALVES, Márcio Souza. Letra impressa: comunicação, cultura e sociedade. Porto Alegre: Sulina, 200.

\_\_\_\_\_. **Comunicação e Contra-Hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

\_\_\_\_\_. Gramsci. **A Comunicação como Política**. In: Mídia e Poder. Discurso, Ideologia, e Subjetividade. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

\_\_\_\_\_. **Ecos do golpe no mundo da cultura**. In: COUTINHO, E.G. A Comunicação do oprimido e outros ensaios. Rio de Janeiro: Mórula, 2014.

COUTINHO, Carlos. Nelson. **A democracia como valor universal**. Encontros com a civilização brasileira. Rio de Janeiro, 1979.

\_\_\_\_\_. **O estruturalismo e a miséria da razão**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

\_\_\_\_\_. **Cultura e sociedade no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

\_\_\_\_\_. **O leitor de Gramsci**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

\_\_\_\_\_. **Gramsci: Um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

\_\_\_\_\_. **De Rousseau a Gramsci: ensaios de teoria política.** São Paulo: Boitempo, 2011.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DREIFUSS, René Armand Dreifuss. **1964: A conquista do Estado – Ação política, poder e golpe de classe.** Petrópolis, Vozes, 1981

EAGLETON, Terry. **Ideologia.** São Paulo: Boitempo, 1997.

\_\_\_\_\_. **As Ilusões do Pós-Modernismo.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996

ECO, Umberto. **Guerrilha semiológica.** In: Viagem na irrealidade cotidiana. Tradução de Aurora Fornoni Bernardini e Homero Freitas de Andrade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

\_\_\_\_\_. **A ditadura em questão.** São Paulo: T. A. Queiroz, Editor, 1982.

\_\_\_\_\_. **Brasil em compasso de espera.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido.** 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FONTES, Virgínia. **Intelectuais e mídia: quem dita à pauta?** In: Eduardo Granja Coutinho (org.) Comunicação e contra hegemonia: processos culturais e comunicacionais de contestação, pressão e resistência. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

\_\_\_\_\_. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

FREDERICO, Celso. **Da periferia ao centro: cultura e política em tempos pós-modernos.** Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142013000300017>. Acesso em 4/3/2016.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Walter Benjamin ou a história aberta (prefácio)**. In: Walter Benjamin: Magia e Técnica, Arte e Política. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

\_\_\_\_\_. **História e narração em Walter Benjamin**. São Paulo: Perspectiva, 1994.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere vol. 1**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

\_\_\_\_\_. **Cadernos do cárcere vol. 2**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

\_\_\_\_\_. **Os intelectuais e a organização da cultura**. São Paulo, Círculo do Livro: s.d.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo, Ed. Loyola, 1992.

HERZ, Daniel. **A história secreta da Rede Globo**. Porto Alegre, 1987.

HOBBSBAWM, E. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. Tradução de Marcos Santarrita. 2. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. **Sobre História**. Tradução: Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

IANNI, O. **A organização da cultura**. In: \_\_\_\_\_. Ensaios de sociologia da cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

Iasi, M. L. **O PT e a Revolução Burguesa no Brasil**. Disponível em [https://docs.google.com/file/d/0B\\_s4202oxQXfNzkxN2hWb2VQSIE/edit](https://docs.google.com/file/d/0B_s4202oxQXfNzkxN2hWb2VQSIE/edit). Acesso em 4/3/2016.

\_\_\_\_\_. **Estado, ditadura e permanências: sobre a forma política**. In: Iasi, Mauro Luis; Coutinho, Eduardo Granja (orgs). Ecos do golpe: a persistência da ditadura 50 anos depois. Rio de Janeiro: Mórula, 2014.

\_\_\_\_\_. **Democracia de cooptação e o apassivamento da classe trabalhadora**.

Disponível em

[http://pcb.org.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5659](http://pcb.org.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5659). Acesso em 4/3/2016.

JAMESON, Fredric. **Pós-Modernismo: lógica cultural do capitalismo tardio**. São Paulo: Editora Ática, 2002.

LIMA, Alceu Amoroso. **Entre o vazio e o esvaziamento**. Jornal do Brasil. 12/9/1971.

LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe**. Tradução de Telma Costa. 2. ed. Rio de Janeiro: Elfos Ed; Porto, Portugal: Publicações Escorpião, 1989.

\_\_\_\_\_. **El assalto a lá razón**. Barcelona: Grijalbo S.A. 1976

\_\_\_\_\_. **Para uma ontologia do ser social: Os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

\_\_\_\_\_. **Introdução à crítica da economia política**. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

\_\_\_\_\_. **O manifesto do partido comunista**. In BOGO, A Teoria da organização política. São Paulo: Expressão popular, 2005.

TOLEDO, Caio Navarro. **ISEB: fábrica de ideologias**. São Paulo, Ática, 1977.

MÉSZÁROS, I. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

\_\_\_\_\_. **O leitor de Marx**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

\_\_\_\_\_. **Pequena história da ditadura brasileira (1964 – 1985)**. São Paulo: Cortez, 2014.

OLIVEIRA, F. de. **A nova hegemonia da burguesia no Brasil dos anos 90 e os desafios de uma alternativa democrática**. In: FRIGOTTO, G; CIAVATTA, M. (Orgs.). Petrópolis: Vozes, 2001.

\_\_\_\_\_. **Queda da ditadura e democratização no Brasil**. In: FÁVERO, O.; SEMERARO, G. (Orgs.). Democracia e construção do público no pensamento educacional brasileiro. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

\_\_\_\_\_. **Hegemonia às avessas**. São Paulo: Boitempo, 2010.

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

\_\_\_\_\_. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. São Paulo, Brasiliense, 2012.

RIDENTI, Marcelo. **Em Busca do Povo Brasileiro**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SCHWARZ, Roberto. **Cultura e política, 1964 – 1968**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

SILVA, Vardeli Maria. **A construção da política cultural no regime militar: concepções, diretrizes e programas 1974-1978**. 2001.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação**. Rio de Janeiro, Vozes, 2010.

\_\_\_\_\_. **O monopólio da fala**. Petrópolis: Vozes, 2001.

\_\_\_\_\_. **A comunicação do grotesco**. [S.l.]: [s.n.],1971

WISNIK, J. M. **Pontos**. O Globo. 20/4/2013.

WOOD, Ellen Meiksins. **O que é a agenda pós-moderna?** In: *Crítica Marxista*. Volume 1. Número 3. 1996.